

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

16 a 22 de setembro n. 6

COLLOR DE NELLO EM MOÇAMBIQUE

A visita de 24 horas, que se destinava a ter um caráter político, acabou sendo mais positiva para o incremento da cooperação técnica e econômica. O Brasil vai dar a assistência na elaboração do Plano Nacional de Transporte e cooperação técnica na área de extensão rural.

A principal questão econômica, o projeto de exploração do carvão de Moatize, não foi finalizada. A Vale do Rio Doce já realizou o estudo de pré-viabilidade. Falta o apoio financeiro para a consecução do projeto. Quando o presidente Chissano verificou que a Vale do Rio Doce não se mostrava propícia a implementar o projeto, o ministro Resék ofereceu a alternativa da Odebrecht, cujo presidente participava da comitiva brasileira.

[A exploração do carvão de Moatize daria mercadoria de retorno ao Brasil e seria fundamental no incremento das relações com Moçambique] (p.38).

COLLOR EM ANGOLA. VERTENTE ECONÔMICA DOMINA A VISITA

O Brasil convocará proximamente a comissão mista dos dois países para a concessão de novos créditos a Luanda. Dias antes, o primeiro-ministro português, Cavaco e Silva abriu uma linha de crédito para Angola no valor de US\$ 450 milhões.

Angola é, neste momento, o maior parceiro africano do Brasil. A hidrelétrica de Capanda, o maior empreendimento edificado em Angola, avaliado em 1,2 bilhões de dólares, está sendo construído pela empresa brasileira Norberto Odebrecht, em associação com os soviéticos.

Causou impacto altamente positivo a promessa da Odebrecht de contratar trabalhadores militares da UNITA e do governo que serão desmobilizados

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8632 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

JOSE EDUARDO RECEBIDO HOJE NA CASA BRANCA

PRESIDENTE DE ANGOLA LEVA AOS EUA EMPENHO DE LUANDA NA DEMOCRACIA

Ainda sobre a viagem do presidente de Angola aos Estados Unidos, destacam-se, além do encontro com o presidente Bush, os que ele terá com a secretaria do Tesouro, com congressistas e com o Centro de Estudos Estratégicos Internacionais. Na Câmara do Comércio, ele falará das dificuldades da transição para uma economia de mercado. Eduardo dos Santos solicitará a retirada de Angola da lista americana de países marxistas, uma vez que o país já deixou de sê-lo.

Entretanto, o encontro que o vice-presidente norte-americano, Dan Quayle teve com Savimbi, em Abidjan (Costa do Marfim), levou a UNITA a retornar à CCPM - Comissão de Contro Político-Militar que havia abandonado dias antes argumentando que "as questões que a preocupam são legítimas, mas que o foro apropriado para a sua discussão é a CCPM e não fora dela" (pp.27 e 28).

EM PORTUGUÊS NOS ENTENDEREMOS...

Em um encontro na ilha do Sal, (Cabo Verde), de 14 emissoras de televisão de língua portuguesa (pp. 06 e 07), foi decidida a criação da Organização de Televisões de Língua Portuguesa (OTLP), que visa desenvolver ações de cooperação entre elas.

As emissoras dos cinco países africanos apostam na OTLP como um meio de obter formação profissional. Contudo a idéia base da RTP (estação pública Portuguesa) é criar a RTP internacional, que atingiria duzentos milhões de pessoas: África, Brasil, EUA, Macau e Portugal (p.03).

ÇÕES DELIBERADAS SABOTAM ACORDOS

TRANSVAL: DOMINGO SANGRENTO

(África do Sul)

VIOLÊNCIA SINCRONIZADA

SEMANA COMEÇOU COM 62 MORTOS

Existem entraves para a resolução do problema da violência política e racial; uma série de crimes ocorridos imediatamente antes ou depois de progressos nas negociações (p.47), que deixa no ar a suspeita de que há em marcha uma movimentação para impedir a concretização do acordo de paz. No domingo, 8 de setembro, um grupo de manifestantes do Inkatha foi atacado por 3 homens armados de armas automáticas; 18 zulus foram mortos, e nas represálias que se seguiram mais 44 pessoas morreram (p.43). A forma profissional do ataque à manifestação (p.47), e uma série de fatos correlatos - como a tentativa de assassinato de Gill Marcus, porta-voz do ANC (p.47) - conduzem à hipótese de que uma força, composta provavelmente por membros das forças de segurança (polícia e exército), esteja, com ou sem o conhecimento do governo, procurando criar atritos entre os 2 mais importantes agrupamentos negros (pp.47 e 49).

A Renamo propõe a realização de uma conferência dos países da África Austral para debater a paz em Moçambique, adiando assim a oitava rodada de negociações que se realizaria este mês, em Roma.

A proposta de Afonso Dhlakama, líder dos rebeldes, não sugere data nem quais os participantes dessa conferência.

O governo moçambicano, que só soube da proposta pela imprensa, considerou-a como "mais uma manobra dilatória" (p.33).

DUREZA ESPERA EDUARDO DOS SANTOS EM WASHINGTON

(Angola)

SAVIMBI PERDE PESO EM WASHINGTON

O presidente angolano, no encontro que terá esta semana com Bush, pretende abrir uma missão comercial angolana nos EUA para captar investimentos "no clima de reconciliação que existe em Angola" e estabelecer relações diplomáticas com esse país, iniciando-as através de um "gabinete de extensão" da missão angolana nas Nações Unidas. A instalação desse gabinete é diplomaticamente problemática e os EUA só reconhecerão o governo de Luanda após as eleições gerais que o país terá, em setembro do próximo ano.

No entanto, Bush poderá adiar a abertura dessa missão comercial se Eduardo dos Santos não convencê-lo de que o governo angolano está cumprindo devidamente o plano de retirada das suas tropas para os locais previstos de acantonamento.

Por outro lado, a UNITA perde peso em Washington. O fim da guerra fria e a retirada da União Soviética do Terceiro Mundo fazem diminuir o papel de Savimbi. Congressistas americanos estão inclinados a não conceder novos donativos à UNITA, e a reconhecer que Eduardo dos Santos foi um grande protagonista do processo de paz em Angola e, afinal, é um presidente com quem se pode falar. Outros sintomas da perda da influência da UNITA foi o êxito que o MPLA retirou da visita de Cavaco e essa viagem de Santos aos EUA (pp. 20 e 17).

DE VISITA AO INFERNO DA CONSTRUÇÃO CIVIL (Portugal/PALOP)

São africanos que vieram dos PALOP. Quantos são? Ninguém sabe. O certo é que quase todos — zairenses, são-tomenses, guineenses, angolanos (indicados como aqueles que trabalham pouco, e fazedores de muita "ronha" ou corpo-mole) e cabo-verdeanos (os mais "cotados" no mercado) — trabalham na construção civil.

O fornecimento de trabalhadores clandestinos para os grandes construtores ocorre, geralmente, quando o africano (residente em um dos bairros degradados que rodeiam Lisboa) é conectado por quem às vezes um patrício — tem ligações com os grandes da construção. Se estiverem ilegalmente em Portugal (sem documentos de residência) tudo se torna mais fácil, podendo o contratador oferecer menos e exigir mais, porque o trabalhador nada poderá reivindicar. Não desconta para a Segurança Social, não tem direito a subsídio

de férias ou de Natal, e o horário de trabalho pode prolongar-se pela madrugada, tornando frequentes os acidentes de trabalho. Apesar de tudo isso, grande parte dos imigrantes dos PALOP optam por trabalhar clandestinamente, pois, sob contrato, sujeitam-se ao pagamento de impostos e ganham não mais que 80 contos; como clandestinos podem ganhar até 200 contos por mês. (p.04)

CULTURA E DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

A África é um continente onde o analfabetismo atinge mais de metade da população, e que está preso a crônicos problemas econômicos e sociais. Portanto, a questão do desenvolvimento e da cultura — modernidade e tradição —, que envolve a relação de prevalência da cultura ocidental diante da cultura africana (essencialmente de caráter oral), pode produzir em África uma crise de identidade cultural.

Partindo do princípio de que o desenvolvimento é uma consequência da cultura, a África apenas conseguirá vencer o subdesenvolvimento se, em primeiro lugar, alicerçar a sua sociedade sobre uma matriz cultural clara. Não se pretenda o simples regresso dos africanos às suas tradições, usos e costumes mais anacrônicos. Mas, deve haver a associação das políticas de desenvolvimento ao modo próprio de ser africano. (p.05)

UNITA ACUSA CAVACO E GOVERNO DESMENTE UNITA (Angola)

A UNITA afirma que a visita do primeiro ministro português a Angola foi "um apoio deliberado ao MPLA-PT e a José Eduardo dos Santos", pois não houve nenhum problema logístico ou de protocolo, como foi levantado (ver clipping nº 05 pp. IV, 08 e 09), que impedisse Cavaco e Silva de encontrar-se com Savimbi em lugares alternativos. A UNITA ameaça ainda o processo de paz ao declarar que "as suas forças armadas não aceitarão nem mais uma humilhação sem resposta".

O assessor diplomático do primeiro-ministro português, Antônio Martius da Cruz, desmentiu o teor do comunicado e destacou a indecisão da UNITA, que retardou uma resposta conclusiva até a chegada de Cavaco e Silva a Luanda, quando toda a programação já estava acertada (p.11).

ANGOLA CANSADA DE GUERRA

De Luanda a Luena. Na capital angolana — entre ruas esburacadas e cobertas de poeira, prédios semidestruídos pelos disparos de metralhadoras e crateras abertas pelos obuses, lojas vazias (algumas encerradas ao público), a miséria que envolve as avenidas repletas de lixo, a falta de residência, os constantes cortes de eletricidade, falta de água e açúcar, etc. — o termômetro da paz estará aquecido enquanto "homens fardados de verde, empunhando pistola e com lenços ao pescoço" e retratos de Jonas Savimbi puderem passear à vontade pelos hotéis e avenidas de Luanda, Angola terá paz. Por sinal, Luanda ainda espera o líder da UNITA (vivendo ainda na Jamba), que declara como o único motivo para ainda não se ter fixado na capital a falta de residência. Certo, há falta de casas em Luanda. Mas, para o MPLA, Savimbi ainda não tem, na verdade, são garantias de uma boa recepção popular. Se

gundo o partido governamental, "na capital ninguém gosta da UNITA". Talvez isto seja verdade, pois "na capital, a defesa chamou-se sempre MPLA e o poder tem desde há anos o rosto de José Eduardo dos Santos".

Ao sairmos da cidade rumo ao mato, a Luena, seguem-se relatos de fome e pavor, imagens de abrigos no interior da terra, casas semidestruídas e outros horrores causados pela guerra. Portugueses que ali vivem dizem: "vivemos como animais." (p.16)

SONANGOL ACERTA PARA DEZEMBRO A PRIVATIZAÇÃO DA PETROGAL (Angola)

João Lourenço Landoite, ministro dos Petróleos de Angola, em visita a Portugal ressaltou a importância dos acordos entre Sonangol (companhia petrolífera angolana) e a Petrogal (companhia petrolífera portuguesa) [Esses acordos prevêem a participação da Sonangol em até 19% do capital da Petrogal, e criação de uma joint-venture entre as duas empresas para o setor de distribuição em Angola, sendo 51% sob controle da Sonangol]. (ver clipping 05, pp. V e 09)

A Petrogal pertence a um consórcio que receberá os direitos de exploração do bloco central "on-shore" de Cabinda. Este consórcio é constituído por quatro companhias: British Petroleum (40%), Repsol (20%), Petrogal (20%) e Sonangol (20%).

João Landoite lançou a hipótese de ações mais concretas por Portugal como "a formação de quadros angolanos, estágios práticos para engenheiros angolanos e talvez a participação da Petrogal na refinação em Angola". (p. 19)

MPLA E UNITA DISCUTEM CRISE (Angola)

Segundo fontes diplomáticas, a UNITA ao reclamar da eficácia da postura eleitoral do MPLA está na verdade sentindo "a falta de identidade que ela tem no meio urbano", pondo a descoberto também a sua "fragilidade de base política".

As queixas da UNITA quanto ao atraso governamental no acantonamento das suas tropas não tem, na maior parte das vezes, sido reconhecidas como válidas pelos observadores internacionais. Elas refletem, de certa forma, uma reação dos rebeldes à aproximação de Luanda com Washington. Essa aproximação pode levar a novas posições quanto aos contratos petrolíferos. Por exemplo, a Sonangol privilegiou a ELF francesa cedendo-lhe 10% de suas ações no valioso bloco petrolífero de Cabinda (o nº 2). O ministro dos Petróleos tratará de propor outros bons negócios às empresas petrolíferas americanas (p.21).

LUANDA, PORTO DE PIRATAS

Há um recrudescimento dos assaltos a barcos estrangeiros feitos com o recurso de pequenos e rápidos botes de borracha tripulados por homens bem armados. Em agosto passado foram assaltados dez navios fundados no porto de Luanda (p.23).

Numa mini-sondagem feita a leitores do Jornal de Angola sobre a eventual legalização do aborto, 80% responderam negativamente — além de 99 pessoas que repudiaram a sondagem. O aborto foi considerado "crime e pecado" por 128 pessoas (numa amostra de 231 respostas), "crime" por 27 e "pecado" por 12. A maior parte das pessoas que foram a favor da legalização, consideravam o aborto não um direito, mas um mal necessário (p.26).

PONTE PARA UM MERCADO DE 200 MILHÕES (Cabo Verde)

A República de Cabo Verde, com a sua situação geo-estratégica privilegiada na encruzilhada das rotas marítimas e aéreas entre a Europa, a África e a América do Norte e Central, pode vir a ser ainda mais importante como ponto de abastecimento, comunicações e entreposto para negócios. Com a sua vocação de porta de entrada para o mercado da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental — 16 países, 200 milhões de habitantes), é um país que, embora com fracos recursos naturais, está vocacionado para a prestação de serviços.

A ajuda internacional e as remessas dos emigrantes (em 1987, somou 28 milhões de dólares) são essenciais para um país que suporta uma volumosa dívida externa (em 1988, de 120 milhões de dólares), que convive com alta taxa de desemprego (e com dificuldades de criar empresas), com uma balança de pagamentos deficitária (importa 90% de bens alimentícios).

Cabo Verde, desde novembro de 1988, adotou a abertura ao exterior e o aumento do papel da iniciativa privada; possui uma mão-de-obra de qualificação muito acima da média africana, constituindo-se em um país atrativo para investimentos brasileiros, visando o mercado da África Ocidental. (p. 28)

OPOSIÇÃO A NINO QUER CONFERÊNCIA (Guiné-Bissau)

Os partidos da oposição guineense promoverão uma conferência com o objetivo de debater o processo de democratização do país. A iniciativa do encontro parte do Movimento Bafatã, tendo-se como certa a presença de representantes da "Carta dos 121". O PAIGC foi convidado a participar do evento, que deverá ter lugar em Bissau, antes do seu V Congresso, marcado para novembro próximo. (ver clipping n.2 pp.III e 14) (p.29)

MINISTRO PRETENDE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO ATRAVÉS DE EMPRESÁRIOS MOÇAMBICANOS

Esse apelo foi feito pelo ministro da Indústria e Energia a 20 jovens empresários portugueses em visita ao país. O ministro salientou que o setor prioritário é o agro-alimentar. Os empresários portugueses em contato com os seus parceiros moçambicanos, reconheceram que ainda é insuficiente a cooperação do seu país com Moçambique (p. 31).

MOÇAMBIQUE DÁ TERRAS A AGRICULTORES SUL-AFRICANOS

Agricultores moçambicanos da região de Moamba, no sul do país, acusam o gover

no de entregar terras aráveis aos sul-africanos, ao invés dos agricultores nacionais (p. 33).^{-VII-}

EUA JÁ COM PLANO DEFINIDO PARA APOIO MILITAR A MOÇAMBIQUE

O referido plano inclui 100 mil dólares para a compra de alimentos e outros bens de consumo para o exército moçambicano. Prevê também a frequência de militares em cursos de formação nos EUA.

Moçambique é um dos países da África subsaariana que mais tem recebido ajuda norte-americana.

Os EUA também concederam um donativo de 71 mil dólares para a formação e preparação de juizes em Maputo (p.33).

MARIA BARROSO APELA PARA A AJUDA A MOÇAMBIQUE

A esposa do Chefe de Estado português, Mario Soares, que esteve em Maputo a convite da Igreja Católica local, fez um apelo à ajuda e cooperação internacional às vítimas da guerra (que já dura mais de uma década) e da fome em Moçambique. Dos 15 milhões de habitantes, um terço encontra-se deslocado no próprio país, um milhão e meio refugiados nos países vizinhos (200 mil na África do Sul, além de mais de 300 mil crianças orfãs. (p.34)

27ª FEIRA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE

PORTUGUESES DOMINAM NA MONTRA ECONÔMICA DE MOÇAMBIQUE

O pavilhão português foi o maior da tradicional Feira Agro-Pecuária Comercial e Industrial de Moçambique. Estiram presentes 15 países [a matéria não faz referência a uma possível presença brasileira] e 409 empresas.

A vertente dominante foi a de exportações de bens para Moçambique. Na pauta de importações deste país, 40% são de bens de consumo (20% dos quais em alimentos), 30% de matérias primas e outro tanto de equipamento e peças de reposição. O valor total dessas importações será, em 1991, de cerca de um bilhão de dólares. (p.35).

COMUNISTAS FIÉIS A MARX (África do Sul)

O Partido Comunista da África do Sul demonstra sinais de vigor, no momento em que no país de origem do socialismo, a URSS, desmorona a ordem comunista. Tendo certa influência sobre o ANC, o PCAS tem como uma de suas plataformas a nacionalização do sistema bancário e das minas de ouro (aspiração de grande parte da população negra). Dois de seus principais dirigentes, o secretário geral Joe Slovo e Chris Haní (chefe da ala militar do ANC), atribuem a erros econômicos o fracasso do socialismo, acreditando na permanência de validade da ideologia comunista. O PCAS critica a atuação presente de Gorbachev e condena a "anti-constitucional" suspensão do PCUS. (p.44)

PAZ ASSINADA NA ÁFRICA DO SUL

ACORDO DE PAZ OBTIDO NA ÁFRICA DO SUL

Foi assinado em Johannesburgo um acordo de paz entre as principais forças po

líticas do país; o governo de Pretória, o ANC e o Inkatha (além de cerca de 30 outras organizações, entre às quais o Partido Comunista, a Central Sindical COSATU e o governo do bantustão do Kwazulu), visando pôr fim à violência que atinge os bairros negros da África do Sul, responsável por 10.000 mortos desde 1984 (3.000 somente no decurso do último ano). Há reserva, todavia, quanto aos efeitos práticos do acordo: de Klerk e Mandela ressaltaram as dificuldades do processo de apaziguamento, e os indícios da existência de uma "terceira força" interessada na manutenção da violência são preocupantes. Existem ainda questões pendentes relativas ao Estatuto das regiões do Ciskei, Bophutatswana, Transkei e Venda, bem como dos vários "bantustões" (Gazankulu, Lebowa, Kwandebele, Kangwane, Kwazulu e Qwaqwa), que terão seu estatuto alterado, com o fim de apartheid. (pp. 48 e 49)

INDICE

1- PALOP.....	01-07
2- ESPECIAL (geral) ..	08-09
3- ANGOLA	10-27
4- Cabo Verde	29
5- Guiné-Bissau	29-30
6- Moçambique	31-38
7- África do Sul	39-51

Mira Amaral

Opção por África garante futuro da indústria nacional

Entre o Leste europeu e África, as opções dos industriais portugueses devem cair sobre esta última. «Temos já um acervo de conhecimentos e afinidades que ninguém pode pôr em causa», diz Mira Amaral. A Leste fica a expectativa de dias melhores. Quanto ao PEDIP, trata-se apenas de «histórias de sucesso»

José Manuel Vasconcelos

«O Jornal da Economia» — É conhecida, em termos de PEDIP, como o Ministro 300 por cento. Para 1991, os dados de que dispõe apontam no mesmo sentido dos anos anteriores?

Mira Amaral — Sem dúvida. A linha operacional específica do Pedip — aquela que é gerida directamente pelo Ministério da Indústria e Energia e sem ligação a Bruxelas — foi executada a 100 por cento nos anos de 1988 a 1990, quer em termos de compromissos quer em termos de pagamentos. Em este ano, não indica, considerando os dados do primeiro trimestre, que vai voltar a acontecer. É isto porque continuamos com o mesmo ritmo de execução que tínhamos nos anos anteriores. Posso dizer-lhe que o PEDIP tem tido um grande sucesso em Portugal. Em Bruxelas ele foi um factor de reforço da nossa credibili-

dade. Além, assim como a economia portuguesa. O próprio primeiro-ministro tem dito que nós temos avançado de forma excepcional, mas falta consolidar tudo aquilo que obtemos até agora e é esse o problema que também temos na indústria.

P. — O PEDIP 2 acesseval vai avançar ou não passará de uma reformulação do tal PEDIP?

R. — É perigoso falar disso. Tudo o que posso dizer é que terá de ser negociado o novo Quadro Comunitário de Apoio para Portugal e isso terá o novo pacote financeiro de apoio a Portugal. É neste quadro que terá de haver lugar para um programa de apoio à indústria portuguesa. O nome que lhe chamarem para mim secundário, digamos que é uma questão semântica.

O que é importante é que no novo quadro comunitário de apoio à indústria portuguesa exista um programa de apoio que consista de facto aquilo que o PEDIP tem feito de positivo na indústria portuguesa.

Tenho uma visão clara de como é que esse programa deve existir. Deve estar de acordo com as orientações e prioridades da política industrial portuguesa. Essas orientações e essas prioridades em termos horizontais são: inovação e desenvolvimento tecnológico, qualidade e design, o apoio às pequenas e médias empresas, o apoio à introdução de tecnologias limpas na indústria e o apoio também à internacionalização da indústria portuguesa. Isto em termos

de prioridades horizontais.

Em termos de prioridades sectoriais temos o problema da modernização dos nossos sectores industriais tradicionais, como o têxtil, vestuário e o calçado, temos o tema do desenvolvimento das tecnologias de informação e da electrónica, dos bens de equipamento, da indústria automóvel e componentes para automóvel, vitruvado agora por este esforço que temos feito de captação de investimento estrangeiro, e temos ainda o problema das indústrias das indústrias limpas. E ainda temos aquela grande prioridade que sempre houve de aproveitamento industrial dos recursos naturais portugueses, quer recursos florestais, minerais, ou as agro-indústrias. Essas são as grandes linhas da política da indústria portuguesa horizontal e sectorial.

Logicamente um programa de apoio à indústria é um instrumento da política industrial e por isso deve estar de acordo com estas prioridades que referi.

URSS não é problema

P. — Os acontecimentos mais recentes na URSS e no Leste da Europa não condicionam a vida para Portugal, não nos fundos estruturais que já estão consignados aos vários programas destinados ao nosso país, mas os que estão em negociação com vista à consolidação dos avanços que entretanto fu-

ram conseguidos na nossa indústria?

R. — Bom esse problema não sou eu que vou negociar. Estão a decorrer conferências inter-governamentais, em que os meus colegas dos Negócios Estrangeiros e das Finanças estão presentes. Os acontecimentos a Leste não podem prejudicar ou fazer esquecer à Comunidade a necessidade de continuar a apoiar os países menos industrializados da Europa Comunitária. Só assim se garantirá uma integração harmoniosa desses países no Mercado Único Europeu e na UEM.

Temos por muito claro que a UEM pressupõe a continuação do apoio estrutural a Portugal para que o nosso país possa integrar-se harmoniosamente nessa Europa. Nós não queremos uma Europa a duas velocidades, e portanto continuaremos a procurar de apoios para a integração na UEM.

Os acontecimentos a Leste não podem fazer esquecer a necessidade que a Comunidade tem de continuar a apoiar países como Portugal. Isto é do interesse da própria Comunidade, porque, se quer aprofundar-se através da UEM, tem de ter interesse em que os seus membros tenham nela uma integração harmoniosa. E por isso julgo que o tipo de instrumentos de apoio a um país como Portugal, que já é uma economia de mercado, e agora precisa de apoios para consolidar essa economia de mercado, são diferentes do tipo de instrumentos de apoio aos países do Centro e Leste Europeu. É que nesses países ainda não existe uma economia de mercado. Temos ainda de lhes ensinar o ABC das regras elementares da economia de mercado. Não vale a pena estar a dar apoios financeiros, se não se corrigem as estruturas e as mentalidades.

Há portanto todo um trabalho preliminar a fazer nesses países do Centro e Leste Europeu que em Portugal está feito. Nós já estamos numa economia de mercado, já temos empresários e trabalhadores conscientes nessa matéria. Digamos que o nosso quadro mental já está a funcionar numa economia de mercado, embora com deficiências.

Nesses países do Centro e Leste Europeu o problema é anterior e está a alterar a estrutura para que progressivamente se venham a ajustar a um quadro de economia de mercado. Por isso esses países não estão em condições de uma adesão à CEE imediatamente.

E por isso o tipo de apoios que a Comunidade lhes prestará é diferente daquele que é dado a um Estado Membro como Portugal.

África é a opção

P. — Em que medida a indústria portuguesa pode ser afectada pelo que se está a passar na União Soviética e em outros países do Leste Europeu?

R. — Se me perguntar o meu sentimento em termos de probabilidades Leste europeu/África eu diria — e é claramente que aposto mais em África que no Leste europeu.

Porquê? Porque temos uma experiência em África, conhecemos — lá, temos, neste domínio, vantagens comparativas face a outros países.

Nas minhas visitas como ministro da Indústria e Energia ao continente africano, e mesmo antes, concluí que esses países têm a consciência de que necessitam dos portugueses para a modernização das suas economias. Nós temos uma capacidade de trabalhar nesses países que os outros não têm.

Podemos ter em África uma estratégia de utilização industrial que passa por muitos investimentos em sectores industriais tradicionais serem feitos em África e não continuamente a ser feitos em Portugal.

P. — Refere-se ao fenómeno da deslocalização industrial?

R. — Sim. Há equipamentos em Portugal em certos sectores, que já não são viáveis mas que poderão ser utilizados nos países africanos de expressão oficial portuguesa. Em África não se pode ser a última palavra da tecnologia porque não existe uma estrutura de manutenção e de pesquisas para assegurar o funcionamento desses equipamentos e portanto muitos equipamentos que já não são competitivos em Portugal podem naturalmente ser os mais indicados para esses países africanos.

Portanto, os industriais portugueses têm aqui uma boa possibilidade de investimento em África com equipamentos que são intrinsecamente adequados ao funcionamento desses países. Isto é feito em sectores industriais tradicionais e por isso é que tenho dito que há uma estratégia europeia que é complementada a uma estratégia africana.

Em sectores industriais tradicionais os industriais portugueses em Portugal ou no espaço europeu têm de se preocupar com o aumento da qualidade e da produtividade das suas empresas e têm de se preocupar com a sua imagem de marca.

Digamos que aqui em Portugal e na Europa têm de fazer aquilo que eu chamo um crescimento em qualidade. Mas já não estão na preocupação de expandir as suas unidades produtivas.

É justamente em África, nestes países que desejam agora o esforço industrial português para a sua população, que os portugueses se podem expandir. Há aqui uma estratégia antitética: na Europa um crescimento em qualidade, em África estratégias de expansão nessa perspectiva de localização industrial utilizando equipamentos que são perfeitamente ajustados às realidades desses países.

P. — Mas os acordos a Leste têm um grande potencial de crescimento.

PEDIP/91

Primeiro semestre aponta para novo pleno

Quase 60 por cento dos projectos apresentados requerem apoio do Sinpedip

NOS PRIMEIROS seis meses do ano deram entrada no Gabinete do PEDIP 7.959 projectos de investimento, que pressupõem uma aplicação de capitais de 970 mil contos.

Apreciados foram perto de 6300 projectos, num investimento global de perto de 778 mil contos. Mas projectos aprovados eram apenas 4.029, envolvendo a aplicação de pouco mais de 532 mil contos e incentivos de 168 mil contos. Para Mira Amaral, esses números levam-no a considerar que «cada vez mais a dongola para incentivos em 1991 será utilizada a 100 por cento».

A distribuição por pro-

gramas não é proporcional. Assim, dada a sua amplitude, o Programa 3 - Sistema de Incentivos ao Investimento Produtivo foi o que mais projectos comportou. Foram apresentados neste programa 4.729 projectos, com investimento potencial de 688 mil contos. Mas, dentro deste programa, assume particular destaque o Sinpedip, onde o grosso dos projectos - mesmo de todo o Programa Estrutural de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa - são apresentados. Nada menos que 4.729 projectos foram apresentados ao âmbito do Sinpedip, num investimento global de quase 639 mil contos.

Estes valores representam nada menos que 59 por cento do total de projectos apresentados ao Gabinete do PEDIP, e cerca de 66 por cento dos montantes envolvidos. Mas se essa análise relativa se fizer no âmbito do próprio Programa 3, então o peso relativo do Sinpedip aumenta substancialmente: 96,5 por cento do total de projectos

apresentados neste programa e 93 por cento das verbas envolvidas.

Os projectos aprovados representavam, em 30 de Junho passado, 64 por cento dos projectos apreciados — sendo que estes ascendiam a perto de 6.300. Os incentivos previstos neste subprograma ascendiam a quase 73 mil contos, o que representava pouco mais que 20 por cento do investimento previsto.

Uma apreciação por programas e do respectivo peso relativo no que respeita aos incentivos concedidos, temas que o já referido Programa 3 é o de maior relevância, com 48,2 por cento do total (81,2 mil contos de incentivos concedidos). Depois seguem-se o Programa 1 - Infraestruturas de Base e Tecnológicas, com 35 por cento dos incentivos (58,9 mil contos em termos absolutos), o Programa 2 - Formação Profissional, com cerca de 8,6 por cento (14,4 mil contos em termos absolutos), o Programa 5 - Missões de Produtividade, com pouco

mais de 4,5 por cento (7,612 contos em termos absolutos), e, por fim, Programa 6 - Missões de Qualidade e Design Industrial, com perto de 3,7 por cento (6,246 contos em termos absolutos).

Em termos das verbas já dispendidas pelo Ministério através do PEDIP, tem, as verbas efectuadas pagas - e onde se incluem os projectos em que já teve lugar o último pagamento, foram entregues até 30 de Junho passado 63.314 contos, o que significa perto de 34 por cento do total de incentivos concedidos.

Recorde-se que no âmbito do Programa 3 - Sistema de Incentivos ao Investimento Produtivo, se incluem alguns dos mais significativos sub-programas, designadamente o já citado Sinpedip, o STURE - Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia, o PTTE e o PRODMBE, estes últimos integrados no pacote de programas específicos.

R. — É evidente que sim. Estes países estão muito carentes de bens de consumo que são produzidos mesmo nos mercados europeus em que vivem.

Mas eles têm um problema grave com pagamentos. Nesse aspecto, as empresas portuguesas têm de ser muito cautelosas, uma vez que não têm estrutura financeira que lhes permita estar a suportar tais encargos financeiros. Surgem daí grandes riscos de falência, pelo que terão de ser muito cautelosas nas suas relações com o Leste Europeu.

Por outro lado, estes mercados são desconhecidos para as empresas portuguesas. Não há não temos a vontade com que estamos em África.

Para o Leste Europeu, ou vamos com outros, ou aproveitamos os financiamentos de terceiros. Sózinhos é demasiado arriscado.

O exemplo mais recente que tivemos foi com o sector do calçado, que exportava muito para a URSS e que agora se viu a braços com incumprimentos de pagamentos. Portanto, em termos físicos, é verdade que o Leste Europeu é um grande mercado, mas, em termos económicos, eles não têm os meios de pagamento necessários para fazer face às suas responsabilidades.

Concorrência do Leste

Um outro aspecto a reter, é que estes países vão ter, a prazo, produções que vão competir com as produções nacionais, em sectores tradicionais, na metalomecânica ou mesmo na agricultura.

A nossa resposta virá pelo aumento do nosso esforço de modernização, para que nos possamos manter à frente do pelotão dos países da segunda linha de desenvolvimento industrial.

Este esforço de modernização já começa a ser visível. Nos sectores tradicionais, como por exemplo o têxtil, na medida em que a indústria portuguesa deixa de trabalhar a ferro, para começar a produzir marcas próprias e a ter o controlo dos circuitos de distribuição externos, menos vulneráveis às pressões das produções do Leste. Isto porque estes países vão entrar, neste sector, numa fase por que Portugal já passou: termos que evoluir para um patamar superior, com produtos de alta qualidade, de alta gama e criando marcas próprias.

P. — Até que ponto está a ser conseguida a modernização efectiva da nossa indústria? Os industriais portugueses estão sensibilizados?

R. — Nesse domínio, o PEDIP tem sido em Portugal um carácter pioneiro na introdução na indústria portuguesa dos factores dinâmicos de competitividade: inovação, desenvolvimento tecnológico, qualidade, design, os recursos altamente qualificados.



Sérgio Amaral
sócio-gerente de produção de empresas portuguesas em três países: Israel, Itália e nos mercados europeus.

O PEDIP tem vários programas para apoiar todas estas vertentes. Tem também apoio do às tecnologias limpas.

Por outro lado, as empresas portuguesas começam já a delinear estratégias ao nível da diferenciação do produto. Até há pouco, elas preocupavam-se apenas com a racionalização das suas unidades de produção e em produzir. Hoje já se começa a preocupar com os produtos. Estamos já numa fase mais sofisticada, em que não está em causa produzir qualquer coisa, mas diferenciar o produto pela qualidade, pelo design, pela imagem de marca.

Notam-se também nítidos aumentos de produtividade nas empresas. Repare-se que temos ganhos grandes de mercado, mesmo apesar de a política cambial ter deixado de acomodar o diferencial de inflação entre Portugal e os países de destino das nossas exportações. Ou seja, os ganhos de produtividade das empresas permitiram-lhes não só vencer o diferencial de inflação, como também ganhar quota de mercado.

Relativamente à diversificação industrial, é notório que tanto o PEDIP como o SIBR têm dado grande contributo. O SIBR apoiou a modernização e a diversificação nos sectores mais industrializados e o SIBR apoiou a indústria nos menos industrializados e em Setúbal.

O Fedip, em termos de grandes projectos, apenas apoiou a recuperação da Maior, a fábrica da Copap, em Cantanhede e da Samsung, em Sintra.

O SIBR apoiou mais projectos de investimento estrangeiro que contribuíram para a nossa diversificação; apoiou o projecto da Valmel, no Montijo, após o investimento da Ford

Electronics, em Setúbal, e da Ford/VW, para só referir os mais significativos.

Em perspectiva está um novo investimento da Samsung, no domínio da microelectrónica, mas que pretendemos vir para o Vale do Ave. Já será o FEDER, via Sindave, a apoiar.

Para Setúbal, não se perspectivam mais investimentos para além dos induzidos pelo projecto Ford/VW.

P. — Com tantos investimentos para a região de Setúbal, não haverá riscos de sobre-investimento?

R. — Para a região de Setúbal sim, mas para Sintra não. De qualquer forma, já mudamos a agulha e agora queremos novos investimentos no Vale do Ave. Foi nesse sentido que o Ministério do Planeamento negociou em Bruxelas a linha específica de apoio ao Vale do Ave, através do Sindave — Sistema de Incentivos à Diversificação Industrial do Vale do Ave.

Há também industriais portugueses que estão interessados na região. E inclusivamente até para aproveitar o projecto Ford/VW. No fundo, acaba por se criar uma complementaridade entre as duas regiões: Setúbal e Vale do Ave.

Energia com plano dinâmico

P. — A nível energético, a apresentação do Plano Energético Nacional levou à opção pelo gás natural.

R. — Numo economia de mercado, os planos não são impenhoros mas indicativos. Mas num sector como o da energia, há mesmo necessidade de um plano, uma vez que há tendências de médio e longo prazo que devem ser delimitadas.

Mas para nós um plano energético não é uma lei-qua-

do. É antes um exercício contínuo e permanente de reflexão sobre o sistema energético. Então, uma estrutura que estará permanentemente em funções.

O novo PEN habilita as decisões sobre política energética com um conjunto de informações, por forma a que seja sempre possível tomar as decisões correctas.

As decisões recentes, passam pela diversificação das fontes energéticas — introdução do carvão e do gás natural — diminuindo a nossa dependência em relação ao petróleo. Foi nesse quadro que optou pelo gás natural.

Por outro lado, com essa filosofia, aumenta a nossa eficiência energética. Um outro aspecto a destacar, é que pela primeira vez foram quantificados todos os aspectos relativos ao impacto ambiental.

Os investimentos em curso no sector são significativos. 200 milhões no gás natural, apoiado pelo Fedip e pelo Quadro Comunitário de Apoio português; na produção independente de electicidade, temos investi-

mentos superiores a 200 milhões de contos; a Petrógal, na área industrial e comercial prevê investimentos da ordem dos 110 milhões de contos; a EDP tem um plano de investimentos, privilegiando a área de transporte e distribuição que rondam os 430 milhões de contos; etc.

Isto demonstra o esforço que está a ser feito também no sector energético.

O problema da nacionalização da energia não se coloca tanto no nível das actividades industriais como nas terciárias. As actividades industriais têm de ser nacionais na utilização da energia, sob pena de deixarem de ser competitivas. Nas actividades terciárias, esse problema é mais drástico e, também, mais difícil de nacionalizar a utilização de energia. É neste sector que se coloca a necessidade de uma maior eficiência energética.

EDP não está em privatização

P. — A produção de energia vai ter dois grandes centros produtores de energia: a Central da Tapada do Orléiro e a do Pêgo. Como está o processo desta última?

R. — Antes de tudo, esta opção pela produção privada decorre do facto de se considerar não haver nenhuma razão para que a EDP mantivesse o monopólio da produção de energia. Não se trata de privatizar a EDP. O que se fez foi permitir a entrada de produtores privados de energia.

Por outro lado, a regularização dos pagamentos das dividendas à EDP veio melhorar consideravelmente a situação financeira da empresa. Mas isso não foi suficiente para permitir que a EDP procedesse aos investi-

mentos necessários à modernização das suas várias redes de distribuição, muitas delas quase obsoletas. Com o envolvimento com que estava, a EDP não tinha capacidade para fazer face ao esforço de investimento na produção e na distribuição. Algo tinha de ser feito. Daí a abertura à iniciativa privada da produção de energia.

A primeira central é já a de ciclo combinado da Tapada do Orléiro. Fez-se um concurso internacional, cujos resultados foram não de domínio público. O consórcio Siemens, o que foi escolhido, está agora a negociar com a EDP e com os fundos comunitários da rede de transporte de alta pressão as condições de fornecimento do gás.

O problema da Central do Pêgo é diferente. Esta é um activo da EDP, sendo portanto do âmbito interno da empresa.

Assim, a EDP pretende vender a central que já tem em construção, estando a desenvolver a central que em breve necessitará. Pela parte do Ministério, seremos chamados para tomar logo ou participar as decisões do Conselho de Gestão da EDP.

Pêgo vendida depois de Outubro

A Central do Pêgo não será vendida dentro desta legislatura. A data anunciada pela Comunicação Social, embora sendo a data limite — 30 de Setembro — não tem fundamento. As coisas têm de ser feitas com transparência e lisura de processos, e neste caso a variável tempo não é a variável de decisão deste processo. A EDP não está a fazer as suas análises e ainda não fez chegar nenhum relatório sobre o assunto ao Ministério.

Dois milhões em Julho

Investimento não foi de férias

Mais de nove mil projectos pediram financiamento

AS INTENÇÕES de investimento entradas no IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento durante o mês de Julho demonstram que a confiança dos empresários é apreciável. Nada menos 9.175 projectos, repartidos pelos vários programas de incentivos (Simpedip, Sibr, Siare, Sipe, eu.), foram entrada neste instituto, ascendendo o investimento total a pouco de dois milhões de contos.

Para este valor, muito contribuiu o projecto Ford/VW, pela primeira vez incluído nas "folhas de informação rápida" do IAPMEI no que se refere às intenções de investimento.

O grosso da fatura foi para o Simpedit, com 4.831 projectos, mais 85 que no mês anterior, e para o Sibr, com 3950, também com mais 17 projectos que em Junho passado.

Contudo, as pressões relativas destas duas linhas de crédito invertiram-se. Assim no âmbito do Sibr, os projectos entrados pressupõem um investimento global de quase 1,3 milhões de contos, enquanto no caso do Simpedit esse valor é pouco mais que 665 mil contos.

Nos sectores declarados em crise, benefícios e fundições como tal objecto de diplomas e linhas de crédito específicas, foram entrada, respectivamente 82 e 20 projectos, com investimentos de 25,5 e 10,7 mil contos.

Quanto a outras linhas específicas, como SIPE, SISAT e SIURE, foram entrada, respectivamente, 223, 20 e 49 projectos, envolvendo, também pela mesma ordem, 3 mil, 2,2 mil e 12,9 mil contos.

Dos projectos entrados, 3.832 foram aprovados (mais 48 que em Junho) e o investimento global potencial em quase 1,3 milhões de contos, mais meio milhão que no mês anterior.

Os incentivos concedidos a estes projectos ascendiam, no mês de Julho, a cerca de 260

mil contos, tendo sido pagoperto de 80 mil contos aos projectos em causa.

O projecto promovido pela Newco (Ford-Volkswagen), a ter lugar em Palmela e negociado entre o Governo português e as duas multinacionais do sector automóvel durante o mês de Julho, pressupõe um investimento global da ordem dos 454 mil contos, como é do domínio público.

As aplicações relevantes do projecto totalizam 297 mil contos, sendo de 89,1 mil contos o montante de incentivos concedidos.

Os postos de trabalho a criar pelo projecto ascendem a 5.000, dos quais 1.000 correspondem a quadros técnicos e os restantes 4000 a outro tipo de trabalhadores.

O início de laboração do projecto está previsto para 1995, com o ano cruzeiro em 1996, tendo que a produção prevista é de 830 vestidas por dia, 170 mil por ano.

Ao nível dos rácios de gestão para o mês de Julho, a inclusão do projecto da Ford/VW altera radicalmente os valores médios. Assim para o indicador "investimento por trabalhador", temos que, no projecto em apreço, ascende a 90,4 mil contos, o valor médio do mês sem o projecto é de 13,9 mil contos e o valor médio considerando o projecto é de 20,2 mil contos.

O quadro é diferente quando pensamos em termos da relação postos de trabalho económicos versus postos de trabalho locais. Já, o impacto do projecto de fabricação e montagem de veículos a motor vem reduzir a proporção média, que passa de 24,2 por cento para 23,9 por cento, quando o incluímos na média mensal. O projecto em causa tem uma proporção 20,3 por cento de trabalhadores técnicos para o conjunto de postos de trabalho criados.

O peso dos incentivos concedidos ao projecto Ford/VW relativamente ao investimento global, é, segundo o IAPMEI, de 19,6 por cento, quando a média do mês, sem aquele projecto, ascende a 21,6 por cento e com ele passa para 20,9 por cento.

Programa da RTP transmitido em simultâneo por 17 canais

Em português nos entenderemos...

Victor Bandarra

Uma língua, o português, levada pela televisão a 200 milhões de pessoas é a ideia de Carlos Pinto Coelho. Um primeiro passo vai ser dado na quinta-feira. Uma manta de retalhos, a dar razão ao poeta: "O sonho comanda a vida..."

A "Pedra Filosofal", a batida de Manuel Freire e António Grócio, poderá ser escutada por cerca de 200 milhões de telespectadores na próxima quinta-feira, durante um programa produzido por 17 televisões de língua portuguesa, e cantada ao jeito do "Live Aid" de há anos.

Por hipótese, poderá ser escutada. Mas, com certeza, não o será pelos 200 milhões, porque o programa vai ser apresentado pelas cinco maiores cadeias de televisão do Brasil a um horário menos nobre, quer dizer, ao princípio da tarde. Mesmo assim, muitos milhões de pessoas que se exprimem em português assistirão ao programa, intitulado: Em Português Nos Entendemos.

Pela primeira vez em simultâneo, 17 estações de televisão que emitem em língua portuguesa vão transmitir um programa, da responsabilidade da RTP, com momentos produzidos em vários outros países. Parte do programa foi gravado durante o mês de Agosto nos estúdios de Lisboa. "São bocadinhos de programas", segundo Carlos Pinto Coelho, responsável pela Direcção de Cooperação da RTP.

A RTP salienta que, "pela primeira vez, um acontecimento não desportivo une por satélite, em simultâneo, várias estações de televisão que emitem em língua portuguesa", nomeadamente de África, Macau, Brasil e EUA.

No entanto, o programa de cerca de 70 minutos apenas será enviado por satélite para Cabo Verde, Angola, Moçambique e estações em língua portuguesa dos Estados Unidos, explicou ao PÚBLICO um elemento da Direcção de Cooperação da RTP. Para os outros países, seguiu já a cassette pré-gravada, que será emitida, em simultâneo, a partir das 17h50 (hora de Lisboa) de quinta-feira, durante o Encontro de Televisões de Língua Portuguesa, que decorre no Sal, Cabo Verde.

O programa, que o PÚBLICO visionou ontem, é uma espécie de manta de retalhos de programas das várias televisões: Rede Bandeirantes, Rede Globo, TV Manchete, TV SBT e TV Cultura (Brasil), TNCV (Cabo Verde), Portuguese Cable TV Network (EUA), RTP-USA (EUA), TDM (Macau), TVE (Moçambique), TVE (São Tomé e Príncipe), TVP (África do Sul) e TVE (Guiné-Bissau).

A ideia base da Direcção de Cooperação e Relações Internacionais da RTP é "criar a RTP Internacional, para que todos os dias uma emissão destas possa ser a normalidade". A abrir o programa, Carlos Pinto Coelho fala na hipótese de uma organização de televisão que "aglutine" os 200 milhões de seres humanos que se exprimem em português. O nome está lançado: OTLP — Organização de Televisões de Língua Portuguesa, uma espécie de Mundovisão em português.

O apresentador do Em Português Nos Entendemos, o actor Júlio César, convidou os telespectadores a verem um programa "sem legendas nem dobragens". Um lapso de língua e do alinhamento: o primeiro "bocado" do programa é da responsabilidade da TNCV de Cabo Verde, que apresenta o cantor Dudu Araújo a cantar — em crioulo —

uma "coladera" intitulada "Apocalipse". Por baixo, as legendas, para que todos entendam em português: "Para que tanta maldade neste mundo..."

Segue-se Bonga, que divulga uma frase em calão dos arredores de Luanda. Depois, um programa de uma emissora portuguesa: de New Bedford, EUA, onde vive uma grande comunidade de portugueses e caboverdianos. Junto a uma loja local, o operador de câmara apanhou, em flagrante "deletra", um cartaz com os dizeres: "Agente falemos português".

Nos intervalos, Júlio César fala sobre o Acordo Ortográfico, em estúdio, com vários convidados portugueses, brasileiros e dos países africanos de expressão portuguesa. O escritor Baptista-Bastos, embora o programa da RTP o apresente como "Batista Bastos", segundo o novo acordo, recusa mudar a grafia do nome. "Não permito que tirem o p do Baptista", brincou Baptista-Bastos. Edite Estrela, deputada e especialista em linguística, sossegou-o quanto ao nome: "Segundo o Código Civil, mantém-se o Baptista com p..."

Do Brasil, a SBT envia Jô Soares a ler a carta de um telespectador queixar-se dos trocos, no seu programa Onze e Meia, e a TV Manchete uma reportagem sobre o problema da poluição na Baía da Guanabara e a importância do jacinto d'água, mais conhecido por água-pé no outro lado do Atlântico.

De Moçambique, chegam imagens dramáticas de crianças mutiladas pela guerra. Da TDM, o bilhete-postal dos monumentos do território. Da Guiné-Bissau, a terra contada em forma de poema local.

Raul Indipo Ouro Negro explica o termo "desconseguir". José Agualusa afirma que, em Angola, 90 por cento da população entendem o português e Fernando Lopes, responsável pelas coproduções da RTP, revela que a próxima grande novela da Rede Globo é uma co-produção com a RTP.

No final, Carlos Pinto Coelho lança o mote: "Em português nos entenderemos." ■

Africanos

De visita ao inferno da construção civil

Ninguém sabe muito bem quantos são. Mas quase todos trabalham na construção civil. Se cá não estivessem, «metade da construção civil portuguesa parava». São africanos, vieram dos PALOP e o trabalho nas obras não lhes deixa tempo para sonhar

Paulo Chitras e Mónica Pereira



Centro Cultural de Belem. Muitos preferem o trabalho clandestino.

ESTIVE a trabalhar durante 15 dias, sem folgar, na construção de um prédio em Lisboa, e quando fui receber o combinado com o sub-emprego — cinco contos por dia — já ele tinha fugido»

A luz de uma vela, numa barraca dos arredores de Lisboa, sentado sobre um bidão velho, Eduardo Costa, guineense, «nos desfia um rosário de histórias que fuzeram a sua curta vida em Portugal».

Há dois anos, quando os cinco, quinto ano de escolaridade feita na Guiné, o antigo professor de Matemática mergulhou logo na construção civil, onde os dias de trabalho não se contam à hora mas de sol a sol, dia a dia, com umas breves paragens para comer.

«Começava a trabalhar às 7 e 30 e acabava às três da manhã. Parávamos uma hora para o almoço e outra para o jantar». Não desconfava para a Segurança Social nem tinha seguro. Três meses a trabalhar na bicotina e

rebatia até 200 contos por mês. Mas não tem segurança social, subsídio de férias ou de Natal. O biscoito entre estes ordonados e os que são pagos sob contrato, é grande: o mesmo pedreiro, trabalhando, por exemplo, no Centro Cultural de Belem, não recebe mais do que 80 contos e sujeita-se ao pagamento de impostos. Por isso, grande parte dos imigrantes dos países africanos de expressão oficial portuguesa optam por trabalhar clandestinamente.

Claro que quem ganha mais são os sub-empregados que contratam trabalhadores ilegais.

construção civil portuguesa e «que tem muitos homens a trabalhar para ele» (ver caixa), ou «um tal guineense, cujo escritório é uma mala e que vai à Guiné de férias buscar trabalhadores para a construção», referido por Costa Abrantes, responsável máximo pela Inspeção Geral do Trabalho, que participou o caso, o ano passado, à Polícia Judiciária, e aqueles que, no trabalho da construção civil, foram fazendo conhecimentos, estabelecendo contactos com as empresas e, depois, começaram a ser utilizados para arranjar homens para «uma coligação».

para «fazer um cimento» ou para rebocar um prédio.

J.M., um cabo-verdeano que trabalha como sub-emprego, constitui há um mês uma empresa com outros dois sócios. Na prática, o que faz é fornecer operários para aos grandes construtores. Afirma «que nunca teve problemas com as finanças». Um guarda-barras trata de tudo. Empresa africana de vários nacionalidades, zairenses, cabo-verdeanos, são-tomenses, guineenses e angolanos, embora estes últimos «trabalhem pouco e fazem muita coisa». Os mas bem «cotados» — nomeado são-tomenses.

Uma distinção pode ser feita entre os sub-empregados, existem aqueles que sempre trabalharam na construção civil e para quem o trabalho como sub-emprego consiste numa «actividade social e numa forma de viver a constituir uma empresa, e os que, huns tendo estado ligados ao sector, se aventuram porque se «pode ganhar muito dinheiro em pouco tempo».

Na generalidade dos casos, a história é assim: o africano é contactado por quem tem ligações com empresas, por vezes um patrão, num dos bairros da periferia das cidades — Lisboa, Amadora, Loures, Setúbal. Se estiver em Portugal legalmente (sem documento de residência) tudo se torna mais fácil para o construtor que pode oferecer bônus, exigir mais, e não tem que se preocupar com «chatisse» às coisas «dever para o tanto», porque o trabalhador nada pode reivindicar.

Inspeção deficiente

O que é que pode correr mal na construção civil? Tudo ou quase tudo. O capote pode não ser coisa e o caso de cabeça; os andaimes podem não ter

«guarda-costas» (madeira cruzada no andaime, que protege da queda para a rua); o horário de trabalho pode-se prolongar até à madrugada e, nesse caso, ter que se trabalhar com luz artificial. Claro que assim, os acidentes são «prato do dia».

«Há hesitantes clandestinos a trabalhar no Centro Cultural de Belem. Só têm seguro e manada. Quando chega a inspeção, escondem-se na obra, nos barracos e nas escavações. Desde que lá estão a trabalhar, já morrem cinco homens», diz, serenamente, A.G., 48 anos, um cabo-verdeano legalizado.

Então a Inspeção Geral do Trabalho? «Quando lá vão visitar a obra também já lá foram o primeiro ministro e o presidente da Câmara, os responsáveis começaram a arranjar tudo, a mandar fazer os «guarda-costas» e a meter os capacetes», esclama A.G., enquanto sorri com o braço nu da mulher, como se as coisas não pudessem ser de outra maneira.

No edifício da Caixa Geral de Depósitos, no Campo Pequeno, a inspeção já actuou várias vezes. «Na primeira intervenção que fomos, vários trabalhadores desapareceram da obra. Chegámos a encontrar 180 empregados e sub-empregados a trabalhar ao mesmo tempo, o que torna qualquer inspeção muito difícil», disse Costa Abrantes.

Mas se alguma «legalidade» foi tomada, no caso da Caixa Geral de Depósitos, por outro lado, como afirmou Costa Abrantes, há empresas que não são inspeccionadas durante dois anos. A Inspeção Geral do Trabalho faz todos os anos um plano de actividades em que determina as empresas a ser colhidas, atendendo à última vez que foram visitadas e ao número de obras que condu-

zem. As restantes acções resultam de queixas dos sindicatos ou de iniciativas de particulares, muitas vezes dos próprios trabalhadores.

Nos meios da construção civil fala-se a boca cheia de casos de suborno, a inspeção, corrupção? «São mais as vezes do que as nuvens», responde Costa Abrantes, para quem estas situações constroem «uma maneira fácil de denegrir a imagem da Inspeção Geral do Trabalho». Mas são conhecidos casos de inspeções compulsivamente reformadas, acusadas de suborno.

Os gigantes da construção

Os andares para habitar a favelização são venados. Um quadro do Sindicato dos Empregados, Técnicos e Assalariados da Construção Civil, Obras Públicas e Afins, afecto à UGT, diz-nos que uma das formas utilizadas pelas empresas para fazer pagamentos clandestinos são as senhas da gasolina e os «cheques» ressaltante.

Este dinheiro é, depois, «branqueado» nos bancos e nas grandes empresas comerciais.

As agudas de custo e de representação são outra das maneiras de encobrir as despesas com esta má-de-usa, vital para as empresas, mas desajustável para o bom nome de quem contrata.

Poucos escapam ao envolvimento neste «mercado»: Soares da Costa, Teixeira Duarte, Amadeu Gaudêncio, Redondo... todos «gigantes» da construção civil foram-nos referidos, várias vezes, por operários, como empregadores de africanos clandestinos.

Jorge Campinho, da direcção da Associação Nacional de Empresas de Obras Públicas (Anepo) nega que isso aconteça. «Há que fazer uma distinção entre os «negreiros» e as russas empresas, com as quais eles nada têm a ver». Segundo a mesma fonte, esse negócio funciona à margem dos «gigantes» da construção civil. «Envolve empresas que aparecem com o «bom» da construção, nos últimos anos — afirma Jorge Campinho — que se aproveitam dos trabalhadores africanos».

Mas os sub-empregados com quem contactámos, e que empregam clandestinos, trabalham ou já tinham trabalhado, para alguns dos «gigantes». Claro que a empresa não «nada tem a ver», legalmente, com a mesma. Está apenas ligada, por um contrato, com um sub-emprego. Mas, desfazendo a mesma, chega-se ao «capote» que condena os trabalhadores.

Muitos daqueles sub-empregados, embora ganhando o ordenado de um quadro médio de uma empresa, residem nos bairros degradados que rodeiam Lisboa.

No Bairro das Fontainhas, uma verdadeira «favela» na Venda Nova, os africanos (na sua maioria cabo-verdeanos) vivem em condições sub-humanas. Trabalham quase todos na construção civil e as mulheres em serviços de limpeza, por magros salários. Os ruídos brinçam em plena rua. Parece um remate de um bairro africano: no escape do mundo da construção civil portuguesa.

Estrangeiros dos PALOP residentes em Portugal e percentagens dos que trabalham na construção civil

	N.º do Serviço Estrangeiros	N.º de Estrangeiros	% de Estrangeiros na Const. Civil
Cabo Verde	29 254	60 000	80%*
Angola	5 472		
G. e Bissau	4 299	5 000	90%
Mozambique	3 254	5 500	
S. T. e Príncipe	2 071		

* Estimativa aproximada

a dormir em contentores, às vezes em barracas de madeira.

O episódio do sub-emprego vigiava-se neste polícia. «A GNR prometeu que ao dia seguinte o assunto estaria resolvido». Mas, passado um ano, o operário ainda não viu um tostão.

Se a história do Eduardo fosse única, poder-se-ia pensar num caso. Mas não é fácil encontrar um africano que não tenha já passado por uma situação semelhante.

Os clandestinos

Garhar bastaria é o sonho de qualquer emigrante. Por isso, os africanos que chegaram a Portugal procuram quem lhes pague mais. Um pedreiro, trabalhando mais dias por semana, pode ga-

Podem embolsar com euros por cada trabalhador/hora ou mesmo mais. Vinte trabalhadores renderão, assim, num dia, entre 20 a 30 contos e, numa semana, 200.

A.J.M., angolano, 39 anos, ex-vendedor de automóveis, passou-se «para o ramo».

«Estou a estudar o mercado, o preço do seguro, de uma camioneta, os contactos com trabalhadores, com os donos das obras...». Segundo afirma, nos últimos tempos, muita gente tem mergulhado neste negócio, «descobrimos o «Ovo de Colombo»». Ele é um dos espaços bravos que se lançaram.

Depois há os veteranos. Há muito que se repete a mesma velharia. Como um tal Abdulai Fati, um guineense que trabalha para os gigantes da

À procura de Fati

Impossível encontrá-lo, ele é um dos contratadores de mão-de-obra africana a operar em Portugal

JOSÉ Augusto Abdulai Fati, 35 anos, guineense, é um dos sub-empregados mais bem sucedidos a actuar de Lisboa para todo o País. Fornece dezenas de operários a grandes empresas de construção civil como a Soares da Costa, Teixeira Duarte ou a Bento Pedroso Construções.

Os seus «empregados» ganham à hora — a quinta varia entre 400 e 500 escudos — sem beneficiarem de qualquer regalia social. Transportados em camionetas, os operários, na sua maioria africanos, residem ilegalmente em Portugal, puntem dos subúrbios de Lisboa para os grandes estaleiros espalhados pelo País.

Considerado um «veterano» pelos colegas do ramo, Fati é sub-emprego há cerca de três anos. O sucesso do seu empreendimento é recente já que há apenas um ano que conseguiu fazer-se numa casa pró-

pria A.J.M., angolano, proprietário de um apartamento na zona do Socorro, em Lisboa, disse a «O Jornal» que Fati esteve a morrer durante dois meses naquele local.

«Um amigo meu pediu-me para alugar o sr. Fati por alguns dias porque ele não tinha onde ficar», afirmou. O sub-emprego já havia residido num quarto, no Intendente, juntamente com um «primo». «O Jornal» tentou contactar Fati naquela zona mas os esforços foram infrutíferos.

Num prédio degradado, em Lisboa, na rua do Benfornico, onde coabitam prostitutas e famílias das classes mais baixas, fomos à procura de Fati. As escadas trespassavam a parede e as telas de aranha cobriam os tetos dos andares inferiores. Atendiam-nos à porta duas paragens que nada mais souberam revelar a não ser que «o sr. Fati trabalhava para a Soares da Costa e para a Teixeira Duarte».

Quando contactámos com a Teixeira Duarte disseram-nos que não era possível saber onde se encontrava Fati já que «não se faziam ficheiros dos sub-empregados que trabalhavam para a firma. São contos...».

Os inquilinos de A.J.M. ficaram conhecidos à janela. Segundo o caso de africanos, Fati teria regressado à Guiné. Horas depois, quando telefonámos a A.J.M., disse-nos que o Fati... morava na Pontinha.

Tentámos falar com o sub-emprego guineense num estaleiro na zona da Guia, em Cascais, onde cerca de 20 dos seus homens se encontram a trabalhar.

Malta Fati identificou-se como sendo o filho e disse que Fati estava em casa, na Panchinha «Estava a trabalhar a 390 escudos à hora como servente de pedreiro, com os empregados do meu pai. Ele, este mês, chegou-me há dois meses na Guiné mas já voltou».

Não conseguimos apurar o que Fati foi fazer à Guiné, mas o caso relatado pelo inspeccionador do Trabalho tinha-nos ficado na memória, o guineense que, durante as férias, volta à terra nata! para recrutar uns «parceiros».

Na realidade, é comum a existência de «intermediários» que, em troca de determinada contrapartida em dinheiro, conseguem arranjar documentos falsos e colocação em Portugal.

APP/PC

Cultura e desenvolvimento em África

O YOCÁBULU cultura tem uma variedade de significação. O seu sentido preciso depende do contexto em que é empregue. A cultura, no domínio antropológico e sociológico, perspetiva privilegiada desta análise, é, segundo Alain Birou, «tudo o que, numa dada sociedade, é adquirido, apreendido e pode ser transmitido». O autor acrescenta que o termo cultura «tem toda e conjunção da vida social, desde os aspectos tecnológicos e as organizações institucionais até às formas de expressão da vida do espírito, compreendendo a totalidade como uma visão de valores que dá ao grupo uma certa qualidade humana» (Dicionário das Ciências Sociais, publicações D. Quixote).

Como se apreende da citação, a cultura aparece como sistema que se cria e recree em interação contínua com a acção social. Fornece à acção social os valores partilhados na vida comunitária e confere-lhe uma significação comunicável. Nesta interação-reflexão a consciência individual e a colectiva moldam-se em simultâneo.

O sistema de valores pelo qual se modela a conduta dos membros de uma sociedade, uma vez interiorizado, marca de forma indelével os indivíduos, formando o seu ser, modo de agir, de sentir e de pensar, imprimindo-lhes acções individuais e sociais uma qualidade humana, podendo assim falar-se de sociedade e de seres humanos.

Pode-se também estabelecer uma relação entre cultura e o desenvolvimento. Por desenvolvimento entende-se o conjunto de acções empreendidas com o objectivo de orientar uma sociedade para a realização de melhores

condições de vida. Contudo, o ritmo do desenvolvimento não é o mesmo em todas as sociedades. Obedece a uma ordem de valores, vigentes numa determinada colectividade, à luz da qual o desenvolvimento emerge como um processo evolutivo natural onde o desejo individual de elevação do nível de vida, de relações sociais e de meios de produção se transforma numa ambição comunitária. Nessa ordem de pensamento o desenvolvimento é fruto de uma cultura e corresponde a um certo nível de interacção entre esta colectividade humana e o meio.

Uma África colonial

Em África, a relação cultura e desenvolvimento pode ser analisada segundo um referencial espaço-temporal. Os povos africanos têm um passado, um presente e um futuro, ou seja, os períodos correspondentes à África pré-colonial, colonial e pós-colonial. A sociedade africana pós-colonial apresentava-se com uma cultura e uma dinâmica próprias, com o sistema educativo, produtivo, institucional valorativo, baseado na tradição oral.

Com o advento da África colonial, a cultura africana foi reprimida pelos agentes do sistema colonial. Uma nova imagem surgiu: a cultura africana passou a ser vista como algo de desprezível até pelo próprio africano assimilado. A parilha, por parte dos africanos, da cultura ocidental, que era enaltecida, tornou-se um dos requisitos fundamentais para a sua promoção social. No plano da instrução e da educação, as escolas e os meios de comunicação social eram agências, por excelência, de trans-

missão dos ensinamentos da ética social do Ocidente.

A independência dos países africanos foi vista como um meio de libertação nacional. Esperou-se que ela fosse portadora de mudanças de estruturas socioeconómicas, jurídicas, políticas e culturais que permitissem uma progressão das instituições nacionais. Mas isto não se verificou: a independência real da África foi um mito, uma vez que as reformas estruturais internas esperadas não tiveram lugar e, na cena internacional, o continente africano foi ainda mais marginalizado e dominado.

Com a independência destes países, a situação da cultura africana não sofreu alterações. A paridade, no âmbito da instrução escolar, idealizada em termos de massificação do ensino, o veículo de transmissão de conhecimentos é uma língua (língua oficial), estranha à cultura africana. A falta de uma língua africana comunicável de

Partindo do princípio de que o desenvolvimento é uma consequência da cultura, a África apenas conseguirá vencer o subdesenvolvimento se, em primeiro lugar, alçar a sua sociedade em matriz cultural clara. O desenvolvimento da África só se realizará com a sua cultura. A ética social africana é a base de todo esse empreendimento

Manuel Matsinho*

cada país torna facilmente vulnerável a cultura africana face à ocidental. A língua oficial passa a ser o meio de comunicação entre comunidades de etnias diferentes e até entre indivíduos do mesmo grupo étnico.

Crise de identidade cultural

Ora, falar uma língua é adoptar uma certa visão do mundo, é permitir que tal idioma exerça dominância sobre as faculdades cognitivas do indivíduo falante. As línguas proporcionam

mandivências próprias daquelas que as falam, em virtude de serem produto da vida social. Acresce que os manuais escolares, e não só, são concebidos exclusivamente por pedagogos do Ocidente, desconhecedores da realidade cultural africana.

A prevalência da cultura ocidental conduz a África, a passos largos, a uma crise de identidade cultural devido à falta de mecanismos de auto-defesa da cultura africana que lhe permitam resistir às investidas insustentáveis de que tem sido vítima. A crise viltumbra-se aguda, ao verifi-



ria. Sem identidade cultural, facilmente se conclui que nenhum povo se prezará como tal.

O facto de os africanos terem feito uma culturização em posição de subalternidade, com o agravamento de medidas políticas tendentes a revalorizar e proteger a cultura africana, faz com que a África actual «padeca» de identidade cultural difusa.

Dualismo incorrigível

Face a este estado de coisas, é premente a tomada de medidas políticas claras, nas áreas da educação, de instrução escolar, da formação profissional e das línguas étnicas, tendo em vista elevar o nível cultural e a capacidade de escolha do modo de vida das populações. Esse trabalho é vital se reconhecermos que, em África, o analfabetismo atinge mais de metade da população e a falta de educação adequada às exigências do tempo e do

lugar é também uma realidade. Uma escola aberta a culturas estranhas, mas fundada e sustentada pela ética social africana, deve ser implementada, a fim de que os jovens possam crescer dentro de uma dinâmica cultural com contornos precisos, sendo eles próprios capazes de se tornarem agentes do sistema valorativo africano.

O estado actual da cultura africana não permite, de resto, conciliar os níveis de desenvolvimento exigidos pelas populações, como tradução de suas justas aspirações. Olhando para o panorama das sociedades africanas, constata-se que existe uma grande parte da população que vive nas cidades das grandes cidades e no interior dos países, longe da modernidade e da perspectiva da vida melhor. São populações que vivem no estado de pobreza absoluta, em que as guerras civis e calamidades naturais agravam a sua situação. Em contraste, florescem,

nos meios urbanos, uma minoria abastada, ética beneficiária das tentativas de industrialização. Este dualismo económico das sociedades africanas é incorrigível, enquanto não houver promoção cultural da maioria das cidadãos.

Partindo do princípio de que o desenvolvimento é uma consequência da cultura, a África apenas conseguirá vencer o subdesenvolvimento se, em primeiro lugar, alçar a sua sociedade em matriz cultural clara. Note-se que, com isso, não se pretende o regresso dos africanos às suas tradições, aos seus usos e costumes anacrónicos. Trata-se de revalorizar o modo próprio de ser africano, tendo sempre presente que o desenvolvimento da África só se realizará com a sua cultura. A ética social africana é a base de todo esse empreendimento.

*Lancado em Filadélfia e Direto Magistral

Dirigida a um potencial de 200 milhões de almas, a Organização de Televisões de Língua Portuguesa visa desenvolver acções de cooperação no meio audiovisual. Os alicerces acabam de ser erguidos na cimeira de Cabo Verde. A obra será realizada por todos os que se entendem em português. Porque dar as mãos é urgente

África aposta na formação profissional

Maria Augusta Silva

Enviada Especial

TERMINOU, na ilha do Sal, o encontro que reuniu à mesa da cooperação 14 emissoras televisivas de língua portuguesa. Está criada a OTLP e, com ela, mecanismos voltados para a interajuda a equipas que se entendem no mesmo idioma e se dirigem a um potencial de 200 milhões de almas.

Como sempre acontece no final destas assembleias, é tempo de fazer balanço, que vai para além dos formalismos. A reportagem do DN fez um levantamento das representações das estações. Um denominador comum a África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), é traduzir-se por uma grande aposta na formação profissional, especialmente em cursos de guionistas.

Passamos a palavra à mais jovem emissora dos países lusófonos a Televisão Experimental de São Tomé e Príncipe. «O tempo do satélite, para nós, ainda vem longe», diz-nos o seu director, Carlos Teixeira d'Alva. Mas não se crutam as braços. Com transmissão de programas três vezes por semana, a TVE de São Tomé e Príncipe pensa inaugurar, no próximo mês, um novo centro, chegando aos seus telespectadores em mais dois dias.

As certezas, ninguém se nega ou esconde. São muitas, porque tudo se está a fazer agora. De acastalar, todavia, que todas as emissoras do Grupo dos Cinco têm, já, «ação própria, dentro dos limites dos recursos técnicos e humanos. Um apoio sobremaneira destacado pelos participantes africanos (dos países de língua oficial portuguesa) é o da RTP, principal obraira da OTLP, organismo solidário, não lucrativo, como o definem os seus estatutos. Mas um passo pretende, ainda, dar a RTP no domínio da cooperação e no esforço de sedimentar o entendimento em língua portuguesa, sem perda de identidade de um ou de outro país, de uma ou de outra comunidade. Um passo que chegue à concretização da TV Internacional (possível Terceiro Canal).

Carlos Pinto Coelho está confiante. E os milhões de pessoas que, por esse universo, se expressam (e entendem) em português estão disso precisados e desejosos. Até lá, os países africanos que integram a OTLP vão procurar tirar o máximo partido de Bolsa de Programas criada na esfera desta organização. Como acontece, no DN, o director da TVE de São Tomé e Príncipe, espalpa de fracos recursos têm de aproveitar estes contributos.

A transmitir já diariamente desde Agosto passado, também a TVE da Guiné-Bissau está a fazer dinâmico das emissoras de língua oficial portuguesa. Para o seu director-geral, Ernesto Dabé,

o Encontro do Sal logrou a materialização de um projecto que se espera frutífero e duradouro, de molde a colhezer-se os melhores resultados, sócio e culturalmente, nas sociedades empenhadas na universalidade do homem, que espura da conjugação das suas diferenças e das suas especificidades.

Na mesma linha de pensamento está Justino Nocolny, cineasta e jornalista, responsável pela Direcção de Programas da TVE da Guiné-Bissau. Ele, que conhece bem os trunfos dos brasileiros (presentes, igualmente, na cimeira do Sal), sabe o quanto urge formar técnicos, guionistas, realizadores, etc., para, solidamente, se alicerçarem as estruturas das televisões africanas do Grupo dos Cinco. E as portas estão a abrir-se.

Fundo de Bruxelas

Após o longo encontro, que dedicou o fim-de-semana ao visionamento de largas dezenas de cópias de programas trazidos a Cabo Verde, inscrito na bolsa destinada a todos os membros da OTLP, o cineasta Fernando Lopes lembrou que Bruxelas dispõe de um fundo especial, destinado à formação profissional no campo dos audiovisuais. Talvez por informação deficiente, não têm surgido solicitações de apoio. A informação foi, agora, dada em português. Bruxelas tem dinheiro, e não perder.

E enquanto se traçam planos e se equacionam factores, com maiores ou menores dificuldades, as televisões africanas de língua portuguesa progredem no trabalho e na vontade de se qualificar. A Televisão Experimental de Moçambique é disso, também, exemplo. Próximo aniversário (em Outubro de 1992) da primeira assembleia geral da OTLP, redobra, assim, o seu trabalho. António João Botelho Moisés, seu director, apontou ao DN, há pouco, naquela emissora uma produção nacional ao orden dos 40 por cento, com transmissões, quatro vezes por semana, entre as 18 e as 23 horas, e de uma hora ao fim-de-semana.

Achega à programação da TVE de Moçambique partem de países como Portugal, França, Argélia, Angola, Itália, Espanha. Sempre que imprescindível, a legendagem é feita em português e tem o outro programa é dobrado, mais no caso de trabalhos alemães. Para Botelho Moisés, a TVE de Moçambique «tem de se exercitar, aprender muito e cooperar muito, recebendo e dando».

A mais velha...

O papel da cooperação é técnica posta por todos os participantes do Encontro do Sal. O director da Televisão Nacional de Cabo Verde, José Augusto Fernandes, publicou-a à reportagem do Di-



A OTLP, que reuniu no Sal 14 emissoras televisivas, visa contribuir para o desenvolvimento da cooperação no campo do audiovisual

ário de Notícias, antiafeito pelo facto de o seu país ter acolhido esta assembleia: «Foi um passo decisivo. A OTLP está instituída e fica ciente de que todos os que nos entendemos em português só teremos a ganhar com isso».

Do Grupo dos Cinco, começaram por falar da mais nova televisão, a de São Tomé e Príncipe. Passetmos, então, a palavra à mais velha... Mais velha em tempo, não em dinamismo e horizontes. É a TPA, Televisão Popular de Angola. O seu director, José Guerreiro, aponta a presença de uma formação profissional que permita uma qualidade progressiva, ao mesmo tempo que advoga a necessidade de a Bolsa de Programas ser enriquecida com realizações temáticas mais universais, «única maneira de intervir toda e qualquer audiência, independentemente do seu perfil regional, de sua microcultura».

A TPA transmite sete horas por dia (11 ao fim-de-semana) e o seu representante no Plenário do Sal refere à reportagem do DN, dispõe, já, de uma produção nacional que ronda os 50 por cento, com especial incidência na área da ficção. «Temos gente muito empenhada, amadores que nos ajudam a concretizar projectos, entregando-se de alma e coração», conta José Guerreiro. Nos planos da TPA está, do mesmo modo, a urgência na formação de guionistas. A partir daí, os contributos serão mais arrojados. Até ao momento, o equívoco de estas emissoras tem vindo de muito curtos, sem a qual, no entanto, não teria sido possível chegar todo já se chegou.

Outras comunidades

Nem só da África de se preza: portugueses vive, po-

tem, a OTLP. Seus membros natos são, em paridade de direitos e obrigações, a TDM (Televisão de Macau), a RTP-USA e a Portuguese Cable TV Network (dos Estados Unidos), o Canal Português de África do Sul, as redes Bandeirantes e Globo, TV Manchete e TV SBT, Canal 1 do Rio de Janeiro. A cada uma correspondem realidades próprias.

O Brasil tem uma produção forte, guionistas de melhores e meritos e conquistar. Mas não deixa, por isso, de cooperar, tendo o intercâmbio como uma das maiores riquezas dos povos. As suas telenovelas correm África, com êxito, e, no dizer dos africanos, «o filão das boas telenovelas é, precisamente, a criação de personagens que são universais».

A outra face da OTLP prende-se com as emissoras que servem comunidades de língua portuguesa nos Estados Unidos. É o caso da RTP-USA, dirigida por António Seabra, ex Nova Jérsei. O seu responsável revelou ao DN que «tudo começou há quatro anos», quando foram a Lisboa para relatar o Sporting-Benfica e acabaram por aí poder realizar o Benfica-Vasco da Gama. Hoje, a emissora atinge um núcleo de 200 mil pessoas a falar português.

Não tem apoio, à semelhança do que se verifica com o Canal 30 USA, de Network (Massachusetts), sob a direcção de José Fernandes. Este canal vê nada menos que 35 cidades nos Estados Unidos, sendo quase impossível calcular o número de famílias a que chega a sua programação em português.

António Seabra, da RTP-USA, sendo a OTLP como «um organismo que vai revelar-se, com certeza, fundamental para a cooperação

entre emissoras de expressão portuguesa», defende, simultaneamente, a necessidade de outros apoios das entidades portuguesas, poço que corroborada pelo representante do Canal Português de África do Sul, Viriato Barreto.

Para este último, a Bolsa de Programas da OTLP deveria implicar um pagamento, ainda que simbólico, porque, em sua opinião, «a gratifi-

«Bago» português

CAI EM TENTATIVA e compra, num mercadinho em plena rua, tecido tipicamente africano, para uma fatiada de manêira. Dois metros. Medidos da ponta dos dedos, bago esticado, até à ponta do nariz (o melhor sistema métrico do mundo!). Contas feitas, e não tinha à mão escudos cabo-verdianos que chegassem. Acerta dólares? - pergunta. Respondem-me com outra pergunta: «Tem aí «bago» português?». Sim, senhor... Em português é que a gente se entende.

«Hora di bai...»

CHEGOU AO FIM o III Encontro das Televisões de Língua Portuguesa. É «hora di bai...», bela expressão crioula que deu título, um dia, a um não menos belo livro sobre singular estudos de África que é Manuel Ferreira. É hora de entender, também, a «força de crêches» (força de querer, de amar), essa forma simples como o cabo-verdiano está no mundo.

À espera do satélite

A MARCONI foi um dos observadores do Encontro de Cabo Verde, um que tiveram, ainda, igual estatuto a UOCIA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas), a Radiodifusão Portuguesa, a TV Galiza (que passou a associada) e a TVI, posteriormente. E os estamos todos à espera da via satélite. Mas Benha Nunes, da Marconi, disse ao DN que nada feito sem o apoio do Governo. Será que o Executivo vive dentro planeta?

dade tende a fazer evidências em prejuízo da qualidade.

A sua opinião relativamente aos objectivos da OTLP é, todavia, positiva, e considera-a mesmo um instrumento que pode desempenhar função primordial na cooperação e na cultura portuguesas. Cooperação que o Secretariado Nacional para o Audiovisual (presente no Sal em o estatuto de observador) está a estudar com os PALOP, informou salientou ao DN, Conceição Cunha.

Referências, também, como membro nato, à TDM (Televisão de Macau) (o seu director, Avelino Rodrigues, nunca ser prestigioso para a cultura portuguesa e facto de estar inserida na comunidade macaense, onde há dez mil estudantes chineses e estudantes portugueses. Um exemplo que dispensa comentários.

No tempo e no espaço se projecta, assim, a OTLP Cooperação Interatlântica. Porque «em português nos entendemos». Com programas que vão do documental, ficção e magazine de telenovelas brasileiras e portuguesas (O Bem-Amado, Gabriela, Vila Rica e Origens são, aliás, citadas amídi). Tem as tais «personagens universais».

Programas infantis são, igualmente, dos mais pretendidos (Rua Sésamo já conquistou África). E Angola faz sentir ser esta uma das suas prioridades: trabalhos televisivos, qualificados, para as crianças. Afinal, a cultura começa aí.

Entre o Rio e o Príncipe, Lisboa fica no meio

José Fragoso

De comum têm a utilização da língua portuguesa. Mas a distância é grande, por exemplo, entre uma Rede Globo e uma Televisão Experimental de S. Tomé e Príncipe. Na Ilha do Sal, com a RTP a esforçar-se na área da cooperação, eatorze estações de televisão lançaram os primeiros passos da OTLP, uma espécie de "indivíduo" em português. O PÚBLICO explica quem são os "sócios".

Com a constituição jurídica da Organização das Televisões de Língua Portuguesa (OTLP), as 14 estações de TV que se reuniram esta semana na Ilha do Sal, Cabo Verde, alcançaram o principal objectivo do encontro.

Apesar de ser ainda difícil avaliar a real eficácia da organização para promover a produção e cooperação entre as televisões de língua portuguesa, os fundadores da OTLP não negam a importância deste primeiro passo. As televisões presentes em Cabo Verde, que vieram de dez países diferentes e possuem estruturas e objectivos diversos, têm a união a língua comum e a sua relação com Portugal.

Além da RTP — a estação pública portuguesa cujo esforço na área da cooperação com África se tem acentuado nos últimos anos —, estão representadas na organização as cinco estações africanas lusófonas (com graves problemas financeiros, técnicos e de formação profissional), as quatro estações privadas brasileiras mais poderosas e quatro emissoras de fundação mais ou menos recente, dirigidas às comunidades portuguesas nos Estados Unidos, África do Sul e Macau.

Da análise dos perfis de cada uma das estações parceiras da Radiotelevisão Portuguesa na OTLP ressalta evidente a dependência das TV africanas e das comunidades relativamente à produção da RTP e da rede brasileira Globo — de quem a RTP é também cliente habitual.

TELEVISÃO POPULAR DE ANGOLA (TPA)

Fundada em 1975, a Televisão Popular de Angola (TPA) é a mais antiga das televisões africanas lusófonas, emitindo actualmente, em directo, para Luanda, Bengo, Kuanza Norte e Malanje, e em diferido para Benguela, Huambo, Cabinda, Lubango e Namibe. Aos dias úteis, abre às 17h30 e encerra às 24h00, enquanto no fim-de-semana o horário se prolonga das 14h00 às 24h, aos sábados, e das 9h00 e às 24h00, aos domingos. O volume de produção própria — dedicada sobretudo aos programas informativos, culturais e musicais, recreativos e infantis — pode atingir os 48 por cento. Além de transmitir jogos de futebol do "Nacional" da I Divisão, da RTP já passou todas as novelas — Origens, Passerelle e Vila Faia. A TPA produz ainda mini-séries de ficção com cinco a dez capítulos. Apesar da falta de estatísticas, calcula-se que existam em Angola cerca de cem mil televisores.

TELEVISÃO EXPERIMENTAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (TESTP)

A Televisão Experimental de São Tomé e Príncipe será, dentro de um mês — depois da abertura do novo centro de emissão, integralmente pago pelo Estado português —, uma das televisões africanas com instalações mais modernas. Com cinco anos de existência, emite apenas três vezes por semana: às quartas, sábados e domingos, em quatro horas de programação diária. As emissões, porém, não chegam a todo o país. A TESTP realiza um telejornal e exhibe documentários e programas próprios de informação, além de passar as habituais telenovelas portuguesas (Vila Faia) e brasileiras (Vereda Tropical). Estima-se em cinco mil o número de aparelhos de televisão existentes em São Tomé e Príncipe.

TELEVISÃO NACIONAL DE CABO VERDE (TNCV)

Fundada há sete anos, esta televisão cobre a totalidade do território cabo-verdiano. Com estúdios na Cidade da Praia, funciona entre as 19h00 e às 02h00, dando especial destaque aos programas infantis e à informação. Mantém uma cooperação regular com a RTP (de quem já recebeu as telenovelas Palavras Cruzadas e Passerelle)

le) e a Globo (Selva de Pedra). Já exibiu, também, várias peças de teatro portuguesas e séries oferecidas pela RTP, além de ter feito transmissões em directo do "Mundial" de Juniores e dos Acordos de Paz para Angola. Com 15 por cento de volume de produção nacional, a TNCV utiliza ainda material da France Internationale, recebido via satélite e legendado posteriormente em português.

TELEVISÃO EXPERIMENTAL DA GUINÉ-BISSAU (TVEGB)

É uma estação com apenas um ano e meio de vida. Os seus estúdios, financiados pelo Governo português, localizam-se em Bissau. Com cinco horas de programação diária, cobre a totalidade do território, atingindo uma população de cerca de um milhão de habitantes. No entanto, a falta de electrificação impede a recepção das emissões numa parte significativa do país. Para contrariar esta situação, a TVEGB está a desenvolver um projecto de cobertura que contempla a instalação de televisores em locais públicos activados por geradores de energia. A televisão de Cabo Verde recebe diariamente, via satélite, os noticiários da RTP, cujas imagens são posteriormente utilizadas nos serviços informativos locais. Já exibiu a telenovela Vila Faia e transmite actualmente Passerelle e Rua Sésamo, além da telenovela brasileira Sinhá Moça. Está em negociações com a RTP para a transmissão de jogos do campeonato português de futebol.

PORTUGUESE CABLE TV NETWORK (ESTADOS UNIDOS)

Instalada em New Bedford, Estados Unidos, esta televisão dirige as suas emissões por cabo à comunidade portuguesa no país, abrangendo já 37 cidades e contando com 370 mil assinantes, na sua maioria emigrantes. Os subscritores, que pagam uma mensalidade de 40 dólares (cerca de 5800 escudos), recebem uma programação de cinco a seis horas diárias em português. Com 12 anos de vida, a Portuguese Cable TV Network preenche os seus espaços com telenovelas brasileiras, notícias sobre a comunidade portuguesa local, debates e programas recreativos e culturais em língua portuguesa.

Esta estação, que vive exclusivamente da publicidade (de empresas portuguesas ou de firmas americanas com interesses em Portugal) costuma transmitir, via satélite, a festa do Santo Cristo em São Miguel, Açores, bem como as cerimónias religiosas de Fátima. A dirige-a estão um madeirense, um agrariano, um continental (João Rocha, ex-presidente do Sporting) e um descendente da família Rockefeller.

TELEVISÃO EXPERIMENTAL DE MOÇAMBIQUE (TVEM)

Fundada há dez anos, esta estação africana emite apenas para as províncias de Maputo e Gaza, prevendo-se o alargamento da cobertura com a instalação, nos próximos três anos, de novos centros de produção na capital moçambicana, na Beira e em Nampula, financiados pelo Estado português.

Existem em Moçambique cerca de dez mil televisores com uma assistência média de dez pessoas por aparelho. A estação emite apenas às quartas, quintas, sábados e domingos, com uma média de seis horas diárias e 40 por cento de produção nacional. A estação, que emite três noticiários por dia, ocupa o restante espaço com programas infantis e musicais, entre outros. De Portugal recebeu a telenovela Vila Faia e material de informação, mantendo negociações com a RTP para a transmissão de jogos de futebol do campeonato português. Do Brasil recebeu a telenovela Tista. Além da cooperação com Portugal, a TVEM também tem projectos com a França, o Japão e a Alemanha.

RTP DOS ESTADOS UNIDOS

Criada há quatro anos por António Seabra, emigrante nos EUA há 23, esta estação emite por cabo, a partir de Newark, para as comunidades portuguesas de seis cidades do país. Apesar do nome, não depende, de qualquer forma, da televisão pública portuguesa.

AIDS: Africa's Family Disease

Millions of children across the continent risk infection or death. Millions more will be orphaned.

A photograph of Maryam Nakibuka's husband hangs like a bad omen in her home in rural Uganda. A heavy drinker and womanizer when he was alive, the husband died of AIDS two years ago, after passing the disease on to his wife. At 37, Nakibuka has scars on her neck and chin from abscesses caused by AIDS. Kneeling on a straw mat, she watches over 3-year-old Wasswa, the youngest of her nine children, who was born with HIV—the AIDS virus. Chalky white anti-diarrheal medicine streams down his cheeks, mixing with tears. His ribs poke out, and his feet are wrinkled from dehydration. The diarrhea won't quit. He vomits regularly. A village doctor says Wasswa has perhaps another two weeks to live.

In Africa, AIDS is a family disease. Unlike the West, where the virus still strikes mainly among isolated groups (particularly male homosexuals and intravenous-drug users), sub-Saharan Africa has roughly equal numbers of men and women who are infected with HIV and they typically contract the disease through heterosexual contact. The result is devastating for children. About one third of the children of HIV-infected mothers inherit the disease, and most of them will die before the age of 5. Estimates suggest that more than 400,000 African children under 5 have contracted the AIDS virus in the decade since HIV was identified, and the numbers are escalating. During the 1990s up to 2.7 million children are at risk of dying from AIDS in just 10 countries, from the Congo to Kenya and the Central African Republic to Zambia, according to a UNICEF-sponsored study by researcher Elizabeth Preble.

An even greater number of African children are being orphaned by the AIDS-related deaths of their parents. In Rakai, a district in southern Uganda with a population of 383,000, more than 35,000 children have seen one or both parents die of AIDS. Chances are slim that Maryam Nakibuka, who lives on a tiny plantain farm in Rakai,

will still be alive two years from now. Nakibuka plans to leave her eight healthy children with their grandmother and aunt. But the aunt is probably HIV-positive herself, says the village doctor. The grandmother is hardly able to care for herself. Nakibuka is in despair. "I'm somehow sure my boys will get the disease," she says, gently cleaning the buttocks of her dying child. "They might inherit their father's behavior—drinking and the desire for many women."

Rakai, where smugglers and soldiers may have spread the virus, is particularly hard-hit. But AIDS is leaving orphans all across sub-Saharan Africa. Preble forecasts that, in the 10 countries she studied, between 3.1 and 5.5 million children under the age of 15 will lose their mothers to AIDS during the 1990s (chart). Already the number of orphans is disrupting time-honored

Uganda: Couple with grandchild visit son's grave

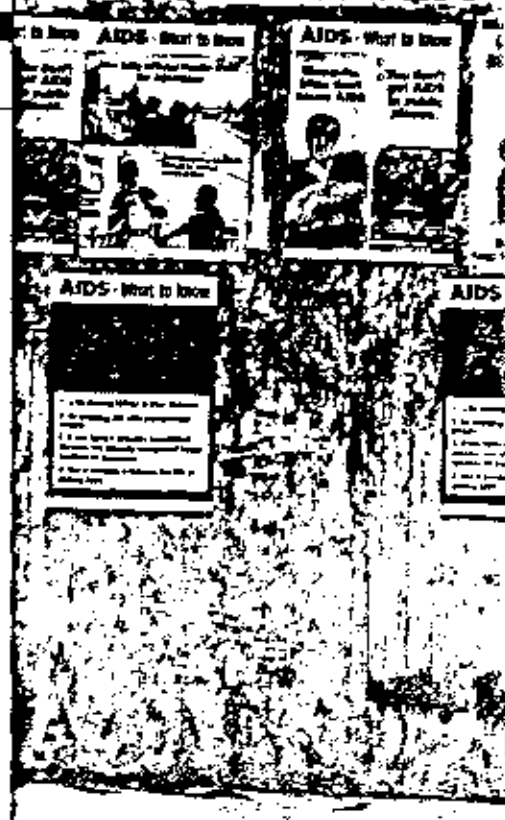
CHRIS STEELE/PERENNIS—MAGNUM



rhythms of family life. Traditionally Josephine Ssennynego, a 67-year-old Rakai resident, would have relied on her sons for support in her old age. But since 1985 she has seen four sons and four daughters-in-law die of "slim disease"—Ugandan slang for AIDS. Now Ssennynego cares for 20 grandchildren, ages 3 to 16, in a five-room house without electricity or running water. "When I had strength, I worked for my children," she says. "Now, when I have no strength, God has taken my sons and left the grandchildren to me. I don't know what will happen to them when I'm gone."

Grass mats: In Uganda alone, more than 600,000 kids have lost one or both parents—most of them from AIDS. Many live with relatives, but some are left alone at their homes. Others go to desperately overburdened orphanages. At the Sisters of Charity boarding school in Rakai, 157 children—mostly AIDS orphans—live in 10 rooms, sleeping together on grass mats. Sister Mary Gorret, who helps run the school, is fighting a difficult battle. "We show them parental love," says Gorret. "We try to help them forget, but it takes a long time."

Not surprisingly, Ugandans have decided that orphanages are not the solution, and are trying to keep orphans in their own communities. In Rakai,





WENDY STONE—GANDIA-LIAISON

Haunted Survivors

A UNICEF-sponsored study forecasts that in sub-Saharan Africa, roughly 4.5 million children (give or take about a million) will lose their mothers to AIDS by 1999.

AIDS orphans*
IN MILLIONS,
ESTIMATE

1990 91 92 93 94 95 96 97 98 99

*IN 10 COUNTRIES: BURUNDI, CENTRAL AFRICAN REPUBLIC, CONGO, KENYA, MALAWI, RWANDA, TANZANIA, UGANDA, ZAIRE, ZAMBIA. SOURCE: E. FERRELL, SOCIAL SCIENCE & MEDICINE

Prevention through education: AIDS awareness posters in Kenya; a man in Tanzania with his grandchildren, whose parents died of AIDS

the Orphans Community Based Organization has set up day-care centers where children learn skills like weaving and carpentry, and has distributed farm tools and fishing nets to older orphans. OCBO also registers orphans, holds seminars on AIDS and helps the needy. For example, it helps Ssenyengo's grandchildren pay school fees which, at about \$10 per year, are beyond the means of many families.

Careful love: But the best way to help children is to save the lives of their parents. With no vaccine and no cure available, the only way to stem AIDS is to teach people safe sex—that is, to use a condom—or to remain faithful to one partner. In Uganda, where almost 10 percent of the population is believed to be HIV-positive, the government passes out leaflets urging people to "Love carefully." In Liberia, billboards tell people to AVOID AIDS—KEEP A FAITHFUL RELATIONSHIP. Several musical groups have recorded songs about AIDS, including "Beware of AIDS: Prevention is Better Than Cure," by the Kenyan band Them Mushrooms.

But safe sex is hard to sell. While African culture is extremely diverse, many Africans are polygamous by tradition. Among the rural Luo tribe in Kenya, when a husband dies, a male relative is expected to adopt his wife. The practice ensures that the widow is provided for—but carries risks when the husband dies of AIDS. In some parts of Africa, women expect that their husbands will take one or more mistresses, and poor single women must often attach themselves to a "sugar daddy" to survive. In the urban slums



ALAIN KELEP—ODYSSEY-MATRIX

of sub-Saharan Africa, where men from impoverished villages flock to find work and are often separated from their wives for months, prostitution flourishes. So does a dangerous machismo. Young men in Nairobi have coined a new AIDS acronym in Swahili: *Acha Iniuwe Dogodogo Siachi*, or "Even at the risk of death, I will not give up the girls."

The prognosis is not good. In Uganda, where prevention efforts are particularly aggressive, some progress is apparent. Male and female students at Kampala's Makerere University are lining up together to get free condoms. But in many areas, illiteracy and a welter of local languages

further complicate education efforts. Misinformation abounds. In Kampala, a rumor circulated that a man with AIDS could be cured by having sex with a virgin. Unless they get the proper schooling and guidance, millions of AIDS orphans may follow the path of their parents. "Our future is absurd," says Maryam Naki-buka, watching her 3-year-old die, and thinking of the eight who remain. "I'm trying to instruct them to turn to God, so they won't drink or smoke or do other bad things." Sadly, many AIDS-infected parents won't live long enough to drive home the lesson of their own mistakes.

JEFFREY BARTHOLET in Rakai

Collor em Angola

Vertente económica domina a visita

A VERTENTE económica está a dominar a visita que o Presidente do Brasil efectua a Angola. Collor de Melo, chegado domingo a Luanda, reafirmou a disponibilidade do seu país para continuar a apoiar os angolanos nos seus esforços de reconstrução. Ontem de manhã o estadista brasileiro manteve um encontro privado com o Presidente José Eduardo dos Santos, enquanto delegações dos dois países passavam em revista o nível da cooperação.

Angola é neste momento o principal parceiro africano do Brasil. Collor anunciou já que convocará proximamente a comissão mista bilateral para explorar novas formas de dinamizar e aprofundar a cooperação com os angolanos. Ontem à tarde, acompanhado pela mulher, Rosane, visitou um centro ortopédico de recuperação de mutilados de guerra em Viana, nos arredores de Luanda, e o museu da escravatura, local de onde partiram muitos angolanos para terras brasileiras. À noite Collor de Melo, Presidente do primeiro país a reconhecer a indepen-

MARCEL POPELUSIA



Rosane e Fernando Collor de Mello, em Luanda

dência de Angola, foi homenageado com um banquete no Futungo de Belas, onde funciona a Chefia do Estado.

O Brasil, segundo Collor de Melo, nunca deixou de conceder créditos a Angola, mesmo nos tempos mais difíceis e, por isso, não pode haver nenhuma relação entre o fim da guerra e a reabertura de novas linhas. Admite-se a possibilidade de du-

rante a visita ser anunciada a concessão de novos créditos, depois de Portugal o ter feito através do primeiro-ministro Cavaco Silva, num valor de 450 milhões de dólares.

O ponto alto da visita de três dias acontecerá hoje, quando Collor se deslocar à barragem de Capanda, na província de Malanje. Esta central está a ser construída com fi-

nanciamentos brasileiros e constitui o maior empreendimento edificado em Angola. A sua conclusão está prevista para Maio de 1993 e a firma brasileira "Norberto Odebrecht", a empreiteira, pensa admitir como trabalhadores militares da UNITA e do Governo que serão desmobilizados na sequência dos acordos de paz.

O projecto Capanda, que conta com participação soviética, está avaliado em 1154 milhões de dólares. A sua albufeira terá o condão de irrigar os solos de parte das províncias de Malanje e do Quanza Norte, permitindo um maior desenvolvimento da agricultura. Cerca de dois mil brasileiros trabalham neste empreendimento.

Collor de Mello deixa hoje Luanda, depois de mais um encontro com o Presidente Eduardo dos Santos. Depois deslocar-se ao Zimbábue e à Namíbia. Mas não vai à África do Sul porque, segundo ele, faltam ainda certas condições para que este país retorne o seu lugar na comunidade internacional. ■

Pires Ferreira,
em Luanda

26 AGOSTO 1991

O SÉCULO DE JOANESBURGO

ANGOLA: não vai haver aulas para milhão e meio de crianças

Menos de metade das crianças angolanas em idade escolar terá aulas no próximo ano lectivo, por falta de mais de 2.000 professores e 1.000 salas de aula, segundo um estudo oficial.

De acordo com o estudo, de quase 3 milhões de crianças entre os 5 e os 14 anos, pouco mais de 1,3 milhões poderão frequentar as escolas no próximo ano,

a começar em Setembro. No ano lectivo findo, Angola teve já défices de 1.000 salas e 2.000 professores.

No novo ano lectivo, darão entrada mais de 84.000 crianças, o que apesar de tudo representa um aumento de 6,8 por cento sobre a população escolar do ano anterior.

Até ao fim do século, a

previsão aponta para um aumento anual do número de alunos entre os 6,6 e os 9,8 por cento, com ligeiras variações de descida nos próximos três anos.

Segundo o estudo, uma projecção de efectivos escolares até ao ano 2000. Angola terá as crianças escolarizadas a 100 por cento somente no ano 2015.

Nessa altura, e para es-

sa previsível população escolar para o agora considerado ensino obrigatório, Angola terá que dispor de mais 47.152 salas de aula e contar com 94.304 novos professores.

Este ano, a projecção aponta para 1,328 milhões de crianças na escola, ficando de fora 1.497 milhões de alunos.

UNITA acusa Cavaco...

O COMITÉ PERMANENTE da Comissão Política da UNITA afirmou ontem que a visita efectuada na semana passada a Luanda e a Luena pelo primeiro-ministro português, Cavaco Silva, não foi mais do que "um apoio deliberado ao MPLA-FI e a José Eduardo dos Santos". Tal como aconteceu — disse — em relação ao MLSTP, aquando dos preparativos para as eleições em São Tomé e Príncipe.

"Não existe nenhuma comunidade portuguesa no Luena. Não houve nenhum problema logístico ou de protocolo que pudesse levar o Prof. Aníbal Cavaco Silva a não aceitar os locais de alternativa, como o Huambo, o Lobito e o Lubango, propostos para o seu encontro com o presidente da UNITA. Este foi aconselhado pelo Comité Perma-

nente da Comissão Política da UNITA e pelos amigos da paz em Angola a não fazer parte de tão desmascarada encenação" — declarou o movimento de Jonas Savimbi, em documento datado da Jamba e ontem ao fim da tarde distribuído em Lisboa.

Por outro lado, o Comité Permanente, reunido no quartel-general daquele grupo com o Estado-Maior das respectivas Forças Armadas, de 5 a 7 de Setembro, concluiu que "o processo de paz em Angola se encontra em perigo, dada a desonestidade do presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos".

Segundo o comunicado chegado ao PÚBLICO, "a sãna assassina" das forças governamentais angolanas "abate-se cada vez com maior fúria sobre os soldados e simpati-

zantes da UNITA em todo o país", pelo que um tenente teria sido morto no aeroporto da Catumbela no dia 3 deste mês e a vila de Waku-Kungu atacada no dia 5.

Noutro dos pontos deste texto de análise ao processo de aplicação dos acordos de paz concluídos em Maio afirma-se que a UNITA já entregou 848 dos 3.000 elementos do Governo que detinha como prisioneiros de guerra, mas que o MPLA só teria libertado 234 das "dezenas de milhares de elementos da UNITA que detinha".

"A UNITA e as suas Forças Armadas não aceitarão nem mais uma humilhação sem resposta" — ameaça o documento, que faz reacender o perigo de um retrocesso na pacificação de Angola. ■

... e Governo desmente UNITA

O ASSESSOR diplomático do primeiro-ministro português, António Martins da Cruz, desmentiu "categoricamente" o teor do comunicado da UNITA no que se refere à visita de Cavaco Silva a Angola. "Os contactos com a UNITA, com vista a um encontro entre o primeiro-ministro e Jonas Savimbi, foram por mim estabelecidos cerca de seis semanas antes da visita, em contacto com a delegação da UNITA na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) em Luanda", disse Martins da Cruz. "Indiquei à UNITA, na altura, as datas exactas da visita e os contactos prosseguiram quer através de mim, quer através

do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso", prosseguiu.

"A UNITA nunca deu uma resposta conclusiva desde finais de Julho, apesar de múltiplos contactos posteriores em Lisboa, em Luanda e, directamente, com o seu vice-presidente Jeremias Chitunda", disse ainda Martins da Cruz. Segundo afirma o assessor diplomático, as propostas da UNITA sobre o local para o encontro (Huambo, Lobito e Lubango) "foram transmitidas ao primeiro-ministro já após a sua chegada a Luanda, no momento em que estava fixado, nos mínimos detalhes, o programa da visi-

ta". "Como se compreende, o programa de uma visita oficial do chefe do Governo português ao estrangeiro não se altera de um momento para o outro", observou. "Posso adiantar que a UNITA informou o primeiro-ministro, na reunião em Luanda com a sua delegação na CCPM, que o encontro com Jonas Savimbi não se realizava devido a dificuldades logísticas", disse. "Manifesto a minha surpresa pelas declarações feitas à imprensa pela delegação da UNITA à CCPM, após o encontro com o primeiro-ministro, serem em sentido totalmente contrário ao comunicado agora emitido". ■

Tempos novos velhos problemas

A VISITA que o primeiro-ministro português, Cavaco Silva, efectuou a Angola veio aumentar junto dos angolanos a expectativa de que os bons tempos estariam de volta, após o silêncio das armas consumado na assinatura dos acordos de paz. Depois de 31 Maio criou-se em Angola a ideia que todos os graves problemas que o país enfrentava estariam quase que automaticamente resolvidos com o cessar-fogo.

Essa ideia ganha corpo partindo do pressuposto de que o país é rico e, uma vez terminada a guerra, estaria em condições de resolver as muitas dificuldades acumuladas ao longo dos anos de independência. Portugal é para os angolanos como que o salvador, aquele que pode voltar a colocar o país nos níveis em que o deixou, por altura de 1974, com a diferença de agora os nativos serem verdadeiramente os donos da terra. Os dois anos de independência vividos no meio de uma guerra sem tréguas e os poucos meses de paz reforçam essa ideia e a visita de Cavaco Silva só a confirmou.

O cessar-fogo não pode trazer o toque mágico para a melhoria das degradadas condições de vida dos angolanos. É certo que se regista uma decompressão nas populações que, pelo menos a nível das cidades, vem já desde o tempo que as autoridades levantaram o recóndito obrigatório. O ritmo com que os militares de ambos os exércitos se vão desmobilando as vias principais e secundárias do país faz com que sejam já muitas as pessoas que se fazem à estrada não só para visitar parentes e amigos que há anos não viam como, sobretudo, para o transporte de mercadorias para os grandes centros urbanos.

Aumentam os preços

Isso tem provocado que, por exemplo, o preço de alguns produtos básicos alimentares em Angola estejam a baixar em função de uma maior oferta. Produtos como a febra (farinhas de mandioca e de milho) e as hortofrutícolas estão a baixar para níveis impenáveis há pouco tempo, contrastando com o aumento acentuado dos preços dos artigos manufacturados, maioritariamente de importação, que não afinal o grau do cabaz alimentar distribuído pelos sistemas estatais de comercialização. Estes produtos acabam por ir parar na sua maioria aos mercados paralelos, através de redes organizadas de devias a partir dos portos, aeroportos e armazéns

do Estado e das empresas que se encarregam do comércio em divisas.

Como consequência directa da carência de vida surgiram as greves que, embora possuindo legislação própria e regulamentada, se registam na maior parte das vezes de forma anárquica, sem que o Governo "tenha moral" para impedi-las, tal a sua desautorização e falta de autoridade. Noventa por cento das greves que se desencadeiam em Angola são para reclamar melhoria do abastecimento alimentar, pretendendo o grosso dos trabalhadores regalias iguais às que foram instituídas para os quadros, nomeadamente acesso às lojas em divisas onde o cabaz é mais variado e cujos produtos surgem nos mercados paralelos a preços inacessíveis.

Cartões de racionamento

As autoridades vêem-se a braços para controlar a situação, que reclama por medidas globais e não pontuais, como tem acontecido até aqui. Embora tenha decretado aumentos salariais na ordem dos 40 por cento, a verdade é que os trabalhadores continuam a queixar-se da sua insuficiência para fazer face ao custo de vida, além de ter aberto "um conflito" com o empresariado, que não tem onde ir buscar dinheiro para pagar salários pelo facto de as suas empresas estarem semiparalisadas e ainda por cima sujeitas a tributação fiscal cada vez mais alta. Em causa está o sistema de abastecimento criado nos anos imediatos à independência, segundo o qual as pessoas se podem comprar com um cartão de racionamento, e todas por igual, ao bom modelo socialista copiado nas latitudes latinas.

Se a abolição do cartão, ficará difícil ao Governo conter a onda reivindicativa dos trabalhadores, uma vez que ele estruturou administrativamente a sociedade. O Executivo de Luanda possui em cartela um programa de acção que procura reordenar o sistema económico, começando exactamente por valorizar a moeda, mas tem hesitado na sua aplicação pelos efeitos negativos que as reformas implicam para a vida já sacrificada das populações.

Recentemente foi anunciado que o cartão de racionamento apenas cobrirá cinco produtos considerados elementares, nomeadamente o arroz, o açúcar, o leite infan-

tal, o feijão e o óleo alimentar, passando os demais ao sistema de venda livre. Só que a indústria nacional não funciona porque não tem matérias-primas, que são importadas, e por isso os bens alimentares têm de vir igualmente do exterior, com a implicação de dispêndio de divisas que acarreta, numa altura em que os cofres do banco de Angola não andam muito cheios.

Um plano especial de abastecimento para o período de transição está em marcha, envolvendo quantias que rondam os 300 milhões de dólares (cerca de 45 milhões de contos) numa operação de "charme" que alguns atribuem a campanha eleitoral de partido no Governo, mas que a situação grave que se vive não permite adiar por mais tempo. Por outro lado, coloca-se a questão do abastecimento ao pessoal que se encontra nas zonas ainda controladas pela UNITA e que tem conhecido dificuldades em deslocar-se para os seus locais de origem, tudo indicando que já permanecem por mais algum tempo, até que os acordos sejam efectivamente aplicados e administração central se repolva em toda a extensão do território.

Carências básicas

Mas os problemas dos angolanos nos dias que correm não se resumem a comer. Outros males que vêm desde antes da paz continuam a afligir-lhes, como sejam os casos da falta de água, dos cortes de energia, que até dão motivo para muitas piadas entre a população, e a carência de habitação, cujo deslecho não se afugna imediato. Com todas estas dificuldades "do passado", os angolanos seguem a crescente actividade política do multipartidarismo com alguma indiferença, rindo-se de excessos de linguagem utilizados, não acreditando muito nas mensagens transmitidas, esperando apenas que os seus problemas sejam resolvidos, para o que contam seriamente com os portugueses, mais do que com qualquer outro povo, pouco se importando se finalmente outros países estão em melhores condições de apoiar a reconstrução de Angola. Os outros que têm o dinheiro e os portugueses que venham ajudar a trabalhar, é a ideia para que "os bons tempos" estejam de volta o mais rápido possível.

Victor Silva,
em Luanda

Editorial

Joel Manuel Fernandes

Cavaco, o MPLA e a UNITA

A VIAGEM a Angola do primeiro-ministro Cavaco Silva continua a ser tema de polémica. Agora foi a UNITA que a veio condenar em termos violentos, num comunicado cujo teor não parece ser o mais indicado para um movimento empenhado num processo de paz.

A verdade é que a visita de Cavaco Silva se proporcionou a este tipo de reacções. Ao não se ter encontrado com Jonas Savimbi e, sobretudo, ao ter sido levado para o palco de um encontro do MPLA em Luanda, o primeiro-ministro surgiu não como o mediador equidistante e empenhado, mas como o apoiante, voluntário ou involuntário, de uma das partes do conflito. Não tivessem sido assinados os acordos de paz há apenas quatro meses, e numa visita oficial a Luanda não obrigaria Cavaco Silva a evitar-se com alguém para além das autoridades que o Estado português reconhece. Mas, após a assinatura desses acordos, tornava-se obrigatório que a visita reflectisse esse facto elementar de as autoridades no poder em Luanda serem transitorias e de existirem outras forças com uma legitimidade que ultrapassa a de simples partidos de oposição.

Para, no entanto, claro que esta visita não foi aquela que Cavaco Silva desejou ter efectuado e, se subsistem dúvidas sobre o grau de envolvimento do primeiro-ministro nas manobras de instrumentalização do MPLA, a questão fundamental é saber se, não estando já perdidas asseguradas condições para que a viagem fosse um êxito, ela se deveria mesmo ter realizado. Isto é, se não teria sido mais correcto adia-la.

Dois cenários são então possíveis: ou Cavaco Silva não quis adiar a sua viagem por causa do calendário eleitoral — o que é grave — ou entendeu que a sua visita não poderia ocorrer depois das que os líderes brasileiro e espanhol tinham agendadas — o que é discutível. Reconheça-se porém que, neste segundo cenário, a sua deslocação se justificaria no sentido de permitir que Portugal marcasse desde já posições no terreno, não deixando campo aberto a brasileiros e espanhóis.

Mas a discussão do comportamento de Cavaco Silva não esgota as questões levantadas pelo comunicado e pelo comportamento da UNITA, que são no mínimo surpreendentes.

Em primeiro lugar, não se percebeu as dificuldades que o movimento de Jonas Savimbi colocou ao encontro do seu presidente com Cavaco Silva e as razões por que não indicou um local antes da viagem se ter iniciado. Como é natural, a UNITA não poderia esperar que, como insistiu o seu representante em Lisboa, o primeiro-ministro português se deslocasse a Jambá.

Também não se percebe por que razão Jonas Savimbi ainda não se encontrou em Luanda, quando, por altura da assinatura dos acordos de paz, anunciou que regressaria à capital angolana antes de Julho, e já estamos a meio de Setembro. Não se compreendem os argumentos avançados pela UNITA para alargar a vinda de Jonas Savimbi — já que fala sobretudo na ausência de "instalações dignas" em Luanda... Será que Jonas Savimbi percebeu que não conseguiria regressar em épocas a Luanda, como sempre fazer?

Finalmente, as posições trêmulas assumidas pelo movimento são tanto mais incompreensíveis quanto, até ao momento, não havia indicações de que os trabalhos da Comissão Conjunta Político-Militar estivessem a correr mal. Surgem, por isso, naturais interrogações sobre as razões da brusca alteração de posição da UNITA e o tom do comunicado, já que poderemos estar perante uma manobra que visará, sobretudo, reduzir o impacto do programado encontro entre José Eduardo dos Santos e o Presidente Bush.

Seja como for, a UNITA já está a perder. Perdeu quando se pôs de fora da viagem de Cavaco Silva a Angola, contribuindo, pela ausência, para a instrumentalização pelo MPLA da surpreendente popularidade do primeiro-ministro português em terras angolanas. Perdeu igualmente ao ter escolhido um tom inusitadamente violento para as suas críticas, assumindo uma retórica de guerra de que o povo de Angola já está cansado.

A UNITA tem de aprender a viver em paz e democracia como aprendeu a viver em guerra. Por isso, esperamos que a suspensão da participação dos seus elementos na CCFM seja breve e que não se procurem falsos argumentos para atrasar um processo de paz e de democratização que não pode deixar de ser irreversível.

Durão Barroso reage a acusações da UNITA

“Estranheza” sim, críticas não

Joaquim Trigo de Negreiros

Cinco dias depois do “comício de Luena” e um dia após a UNITA acusar Cavaco Silva de “apoio deliberado” ao MPLA, Durão Barroso alertou para o perigo das “reações emocionais”. Mas não deixou de manifestar “estranheza” face ao tom do comunicado da UNITA, e fez um “aviso” às duas partes: Portugal não aceita pressões, nem por “ataques”, nem por “colagens”.

“**N**ão obterão de mim qualquer crítica.”
Perante os jornalistas que ontem estiveram no Ministério dos Negócios Estrangeiros para conhecer a sua posição face ao comunicado do Comité Permanente da Comissão Política da UNITA, divulgado na véspera,

Durão Barroso foi cauteloso: admitiu que o episódio constitui um “percalço” no processo de paz em Angola e manifestou “estranheza” em relação à posição adoptada pelo movimento de Jonas Savimbi na noite de segunda-feira, mas recusou-se a “entrar na qualificação das

atitudes”.

Sempre preocupado em preservar a “total isenção” do Governo português, acusado pela UNITA de “apoio deliberado” ao MPLA durante a recente deslocação de Cavaco Silva a Angola, o secretário de Estado da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros estendeu às duas “partes” um apelo para que resolvam os seus diferendos no âmbito das estruturas definidas pelos acordos de Bicesse, isto é, à mesa da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM).

“Contradições”

A “estranheza” manifestada por Durão Barroso relaciona-se com as alegadas “contradições” entre as declarações de dirigentes da UNITA em Luanda — nomeadamente as afirmações de Salopeto Pena, representante do

movimento de Savimbi na CCPM — e o teor do comunicado de segunda-feira. Na capital angolana, mesmo “provocado” pelos jornalistas, que lhe puseram a questão da “manipulação” da visita pelo MPLA, Salopeto Pena ficou-se pelos elogios à mediação portuguesa. Na própria CCPM, os responsáveis da UNITA teriam mesmo atribuído o desencontro entre o seu líder e o primeiro-ministro português a dificuldades logísticas. Um argumento desmentido agora pela própria UNITA, cujo afirma categoricamente: “Não houve nenhum problema logístico ou de protocolo que pudesse levar Cavaco Silva os locais de alternativa (a Luanda), como o Huambo, Lobito e Lubango, propostos para o seu encontro com o presidente da UNITA”.

Para Durão Barroso, as circunstâncias que teriam le-

vado à “viragem” da UNITA face à visita de Cavaco Silva permanecem numa “zona de incerteza”. Sem negar a necessidade de esclarecer tais circunstâncias, o secretário de Estado português alertou para o perigo de fazê-lo publicamente, o que poderia “alimentar uma polémica” que considera perigosa para o futuro do processo de paz. Um elemento tido como estranho no comunicado da UNITA — ao qual Barroso não se referiu na conferência de imprensa, mas que não escapou aos observadores — é o facto de o documento estar assinado por um Comité Permanente da Comissão Política, uma estrutura da UNITA cuja existência se desconhecia até agora.

Para além de minimizar o “incidente” provocado pelo comunicado, Durão Barroso não deixou de expressar, de forma subtil, um certo descontenta-

mento em relação aos factos que estão na origem da relação da UNITA. Primeiro falou em “reações que nós até podemos compreender”. E depois afirmou que “não nos deixamos impressionar por tentativas de condicionar a posição portuguesa”, quer sejam tentativas de pressão “por ataques”, quer se trate de manobras “por colagem”.

O factor americano

Nos meios diplomáticos portugueses, discutem-se diferentes leituras do episódio provocado pelo comunicado da UNITA. Uma leitura possível relaciona-o com a visita de José Eduardo dos Santos aos Estados Unidos. O Presidente angolano chega, no próximo dia 16, a Washington. A viagem tem carácter privado, mas está previsto um encontro com o Presidente Bush, que a UNITA teria o maior interesse em comprometer.

Segundo esta leitura, o comunicado tardio de segunda-feira teria como objectivo descreditar o estadista Eduardo dos Santos perante as autorida-

des norte-americanas, influenciando negativamente a a sua recepção em Washington.

PS também acusa

Enquanto Durão Barroso, no Palácio das Necessidades, tentava preservar a “equidistância” do Executivo, o grupo parlamentar do PS, num encontro com jornalistas na Assembleia da República, exigia a presença de Cavaco Silva na Comissão Permanente do Parlamento, avançando desde já duríssimas acusações ao primeiro-ministro.

António Guterres acusou Cavaco Silva de “comprometer a imagem de Portugal”, ao participar num acto de “política pura”. Segundo o líder da bancada socialista, a presença do primeiro-ministro português no comício do MPLA é causa de “estupefacção”. Agora, o PS — que atribui os problemas ocorridos durante a visita à tentativa governamental de “antecipar calendários” com objectivos eleitorais — quer que Cavaco Silva vá ao Parlamento explicar se o episódio de Luena se deu por “ingenuidade ou premeditação”. •

UNITA abandona CCPM

PORTUGAL
QUINTA-FEIRA, 12 SETEMBRO 1991

O movimento presidido por Jonas Savimbi interrompeu ontem a sua presença na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) encarregada de fiscalizar o cessar-fogo em Angola, por entender que o Governo ainda não deu resposta adequada a algumas das suas pretensões.

A notícia foi dada pelo chefe da delegação da UNITA à Comissão, Elias Salupeto Pena, durante uma conferência de imprensa.

"Os acordos de paz para Angola estão em perigo" — disse Pena, repetindo o tom duro de um comunicado distribuído na véspera pelo Comité Permanente da Comissão Política da UNITA. Mas logo a seguir observaria que o actual conflito "não implica ne-

cessariamente o descumprimento do processo de paz".

Adiantou mesmo que o movimento manterá a sua participação nas comissões específicas encarregadas de verificarem o cumprimento dos acordos que no fim de Maio foram assinados em Portugal e que visavam acabar com a guerra em Angola.

O Presidente José Eduardo dos Santos e o seu Governo, coordenado por Fernando França Van Dunem, ainda não tinham reagido até ontem à noite às mais recentes posições da UNITA, que surpreenderam alguns observadores. Mas às 21 horas aguardava-se uma comunicação do vice-ministro do Interior, Fernando da Piedade, "Nandó".

A interrupção da presença nos trabalhos da CCPM foi comunicada às restantes partes na se-

gunda-feira à noite, depois de o movimento haver falado de "demonstração" do Presidente da República e de haver dito que o mesmo "não deixa de patenear as suas velhas pretensões de Fevereiro de 1989, com Gbedolite como pano de fundo".

Ameaçando aparentemente com um regresso à guerra, a UNITA sublinhou que "em Mavinga, no último assalto, o MPLA é que foi vencido". E disse que só está do lado da paz "quando e só se ela não for humilhante".

Durante a conferência de imprensa, na qual Elias Salupeto Pena se mostrou pouco à vontade, perante a insistência dos jornalistas, foi alegada falta de vontade política do Governo para aplicar até ao fim os acordos.

"Tudo terá de ser reconsiderado" — disse o representante de

Jonas Savimbi, segundo o qual não há qualquer contradição entre as suas declarações anteriores e as mais recentes, só que foram feitas num "contexto diferente".

A UNITA tem agora quatro pontos fundamentais que deseja ver esclarecidos: o acantonamento das generalidades dos militares de um e outro lado, o desbloqueamento da questão logística que lhe permita ser abastecida a partir da Namíbia, uma clara calendarização das eleições e o fim de um alegado clima de intimidação.

Enquanto o não forem, suspenheu não só a sua participação nos trabalhos da CCPM como a libertação de 102 prisioneiros de guerra que estava prevista para o próximo fim de semana, na Jamba, local que disse ser "uma conquista política sobre o imperialismo, como o foi Londres sobre o

nazismo, sob o comando de Winston Churchill".

Salupeto Pena negou a opinião existente em alguns meios diplomáticos de que a mais recente dureza da UNITA visa prejudicar a visita que o Presidente José Eduardo dos Santos vai agora efectuar aos Estados Unidos e durante a qual deverá ser finalmente recebido na Casa Branca.

Apesar do facto de o seu chefe não se ter reunido na semana passada com o primeiro-ministro português, quando este se deslocou a Angola, Salupeto Pena observou que a UNITA tinha proposto com antecedência as cidades de Lubango, Lobito ou Huambo, não estando disposta a aceitar o encontro em qualquer outra.

Nos quatro meses decorridos desde que foram rubricados os acordos de cessar-fogo, nenhuma das partes se manifestaram tão violentamente como o movimento de Jonas Savimbi agora o fez nas últimas 48 horas, dizendo fontes independentes em Luanda que um dos objectivos possíveis de tal linguagem seria precisamente desviar as atenções do previsto encontro de José Eduardo dos Santos com o Presidente George Bush.

Quanto ao facto de Savimbi continuar a não se deslocar para Luanda, alegando falta de alojamento apropriado, alguns observadores na capital angolana consideram que a UNITA está a adiar a transferência da sua sede por não encontrar na região tanto apoio popular quanto desejaria.

O peso eleitoral do grupo está sobretudo no Sul e Centro do país, não sendo aparentemente possível à UNITA mobilizar na zona de Luanda grandes multidões, dado ter de contar não só com a implementação do MPLA como com o recente aparecimento de uma série de outras forças políticas.

Angola em profunda guerra de palavras

Quinta-feira, 12 Setembro 1991

Comissão Político-Militar voltou a reunir-se

A UNITA afirmou ontem, em Lisboa, que permanecem em Angola "muitos milhares de soldados cubanos", talvez perto de 20.000, o que é considerado por observadores independentes um número excepcionalmente exagerado.

Fontes próximas do Governo angolano admitem que ainda possam continuar no país alguns assessores militares de Cuba, possivelmente uma centena, bem como alguns elementos da Guarda Presidencial, que aliás estão a ser substituídos. Mas nunca "muitos milhares".

O polémico número foi avançado pelo porta-voz da UNITA em Portugal, coronel Norberto Castro, durante uma conferência de imprensa em que disse que o MPLA "está seriamente empenhado em adiar as eleições (previstas para Setembro de 1992), no convencimento de que os resultados não lhe serão favoráveis".

No seguimento das posições assumidas nos dias anteriores, a UNITA afirmou às 11h30 que se manteria ausente das reuniões da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) enquanto o Governo não cumprisse uma série de condições, a começar pelo abandono dos "crimes de intimidação" e pelo cumprimento integral do que foi estipulado quanto ao acantonamento das Forças Armadas. Mas cinco horas depois já estava na reunião extraordinária proposta pelas autoridades.

O grupo liderado por Jonas

Savimbi alega que, longe de partir para os pontos de acantonamento, o Exército governamental está empenhado em ocupar as áreas deixadas livres pelas forças adversárias.

As suas condições para o prosseguimento normal do processo incluem ainda a concretização de um calendário eleitoral, a isenção das forças das Nações Unidas (que Norberto Castro declarou estarem "ao serviço do MPLA"), a livre circulação de pessoas e bens em todo o território de Angola e a neutralidade da polícia, "profundamente envolvida em acções de repressão sobre as populações afectas à UNITA".

Na véspera à noite, o Governo angolano considerara "indecorosas, inoportunas e infundadas" as acusações que a UNITA lhe fizera, tendo-se manifestado disposto a uma discussão "séria e responsável" no âmbito da CCPM.

Acusações à ONU

O vice-ministro do Interior, Fernando Piedade dos Santos, "Nandó", disse na rádio que o Governo apresentara aos observadores do processo de paz — Portugal, Estados Unidos e União Soviética — uma oferta de retomar ontem mesmo o diálogo com o movimento de Jonas Savimbi, cuja dureza dos últimos dias tem vindo a surpreender. E foi isso o que na verdade aconteceu.

Apesar da aparente atitude conciliadora de Luanda,

divulgada cerca das 23h00 de segunda-feira, a conferência de imprensa de ontem de manhã em Lisboa manteve o tom duro, com Norberto Castro a falar da "incapacidade" do general brasileiro Péricles Ferreira Gomes, que dirige a força das Nações Unidas presentemente em Angola (Unavem): "Assumi perante o mundo que os cubanos tinham deixado Angola e a verdade é que permanecem no território muitos milhares, que nem sequer se mostram preocupados em camuflar a sua presença."

Acontece, porém, que a substituição de Ferreira Gomes à frente da Unavem está já decidida desde há uma série de semanas, tendo sido designado para o cargo o general nigeriano Edward Uninna, que era director da Administração do Exército do seu país.

Outro dos elementos presentes na conferência, o coronel Macial Dachala, observou que "não haverá guerra em Angola", apesar da crise existente, e que "as armas já não têm razão de ser". Mas logo a seguir comentou que "os homens da UNITA têm o seu orgulho, pelo que o MPLA não ficará impune", se acaso proceder a ataques.

Acerca da demora na transferência para a capital do presidente do movimento que tem o seu quartel-general na Jamba, foi explicado que ainda não existem todas as infraestruturas adequadas: "O nosso Presidente

não tem casa. Não vai para debaixo da ponte da ilha de Luanda".

Os restantes partidos angolano aproveitam a oportunidade para também eles fazerem ouvir a sua voz, alegando que o país não é apenas constituído pelos grupos de José Eduardo dos Santos e de Jonas Savimbi.

O Partido Democrático Angolano (PDA), de Alberto Neto, defendeu o aumento da participação na CCPM. O Partido Angolano Independente (PAI), de Adriano Pereira, apelou à moderação da UNITA e do MPLA. A Convenção Nacional Democrática Angolana (CNDA), de Paulino Pinto João, disse ser necessário que outros partidos passem a ser garantes do processo de paz. E o Partido Renovador Democrático (PRD), de Joaquim Pinto de Andrade, comentou que estão a ser protelados os verdadeiros problemas do país.

Em Washington, funcionários do Departamento de Estado consideraram que algumas das preocupações manifestadas pela UNITA têm a sua razão de ser, mas que as duas partes devem dialogar e não dramatizar a situação. Designadamente quanto aos pormenores do acantonamento e quanto a um calendário concreto para o processo eleitoral.

Era isso o que ontem ao fim da tarde estava a acontecer, na presença de observadores portugueses, norte-americanos e soviéticos.

MPLA e UNITA voltam

a encontrar-se amanhã

APÓS TRÊS horas de reunião, terminou sem resultados práticos o encontro que ontem juntou em Luanda representantes do MPLA, da UNITA e os restantes elementos da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). A organização de Jonas Savimbi, para além de considerar a iniciativa como um simples encontro de esclarecimento — apesar de nela terem participado os mesmos elementos que formam a Comissão Conjunta Político-Militar —, manteve a posição de se manter afastada desta estrutura. No entanto, foi acordado um novo encontro para amanhã, já que o documento apresentado pelo Governo não foi discutido por alegada falta de tempo. A UNITA continua ainda a insistir que só divulgará a sua posição final após as autoridades de Luanda responderem a todos os pontos

De Luanda a Luena

Angola cansada de guerra

Apesar da promessa de paz, Luena mantem abrigos escavados nos quintais. Há 37 anos, esta terra chamava-se Luso, era bonita e viu nascer a filha de Soares Carneiro

Lurdas Felo

QUANDO Cavalo Silva aterrorizou, a semana passada, em Luanda, a cidade estava semi-destruída pela guerra, não havia água nem comida, mas podia sentir-se esperança no ar. Três dias mais tarde, as serenidades da discórdia tinham voltado a germinar. O alarme já checou à capital, mas quem tem coragem para andar 800 quilómetros para o interior, até Luena, e dizer que aqueles abrigos escavados nos quintais ainda poderão ter utilidade?

Pelas 16 horas de terça-feira, dia 3, quando o Lockheed da TAP se imobilizou no aeroporto de Luanda, a imensa moldura humana que aguardava a saída de Cavalo Silva e companhia, certamente carregava um mau presságio. Centenas de bandeiras do MPLA e de fotos de José Eduardo dos Santos davam as boas-vindas aos portugueses. Da União, nada nem ninguém.

No curto percurso entre o aeroporto e o centro da cidade, dificilmente poderíamos perceber que Angola estava em paz e que a democracia emergia finalmente. Circulando a passo lento pelas ruas esburacadas e cobertas de poeira, os encostados às esquinas de prédios esvaziados pelos disparos de metralhadoras e entre as crateras abertas pelos obuses, os luandinos olhavam-nos com um misto de curiosidade e cansaço de guerra.

Savimbi ao peito

As lojas vazias e, em muitos casos, encerradas ao público, a nostalgia chocante dos milhares de cheques e recibos que envolviam as avenidas, repletas de lixo, tudo nos lembrava o combate fratricida que se desenrolara nos últimos 16 anos. Como uma única diferença: em vez de se refugiarem em casa, ou no que restava dela, com medo da metralha, os luandinos já não tinham passear-se pelas ruas e ensaiar um sorriso de esperança no futuro.

De súbito, a imagem de paz surge à esquina de uma avenida. Dois homens fardados de verde, empunhando pistolas e com lenços ao pescoço, cruzam o nosso caminho. São militares da União, soldados de

Savimbi que se instalaram em Luanda, não para fazerem a guerra, mas para construir a paz.

Quando, minutos depois, chegamos à porta do Hotel de Turismo para nos instalarmos por três dias, vimos as fardas verdes às dezenas. Exploramos-nos que é nesse hotel que reside a maior parte da delegação da União. No átrio, vemos um rodópio de gente que ostenta nas T-shirts de fundo branco uma estampa de Jonas Savimbi.

São jovens, alguns deus adolescentes imberbes. Tantos, que não conseguimos perceber como há quartos para todos. «Chegam a montar aos dez no mesmo quarto», explica-nos alguém. E porquê? «Porque os homens da União que tiveram direito a alojamento em Luanda para participarem no processo de paz, trazem a família e os amigos com eles e são obrigados a viver a montão».

Acusações

Esta explicação dá origem a comentários. Um nosso interlocutor próximo do MPLA começa a criticar os alegados abusos da gente de Savimbi. «Sabe quantas grades de cerva vêm com eles por dia? E o que comem? Aproveitam-se do facto de o acordo de paz obrigar o Governo a pagar as despesas para exigirem sempre mais e mais. É uma exploração desenfreada». Outros estas acusações em silêncio. Será verdade ou exagero? A paz e a concórdia são sempre mais difíceis de viver no dia-a-dia do que de assinar num papel.

Mas se existe má-vontade de elementos do MPLA em relação a estes homens da União, isso não se nota nas ruas. Pelo contrário, os luandinos cruzam-se com as T-shirts de Savimbi sem quase as olharem, como se esta convivência fizesse já parte do quotidiano. Enquanto o retrato de Jonas Savimbi puder passear-se à vontade pelos hotéis e pelas avenidas de Luanda, Angola terá paz. E é isso o que mais deseja qualquer angolano.

É claro que o líder da União continua fisicamente longe dali, retido na Jamba, onde sempre viveu durante os 16



Portugueses em Luena
«Há 37 anos que não conseguimos sair daqui»

anos de guerra. Luanda espera-o desde há mais de um mês, sem resultado. Savimbi prometeu apresentar-se na capital em fins de Julho, mas não o fez, e a União declara que o único motivo se prende com falta de residência. Quem pode negar que há falta de casas em Luanda? A generalidade dos estrangeiros que se encontram na capital angolana para promoverem acordos de paz também residem em hotéis ou em casas emprestadas.

No entanto, o MPLA reage a esta explicação, alegando que Jonas Savimbi só não tem casa porque não quer. E afirmam que o líder da União ainda não ousou entrar em Luanda porque não conseguiu garantias de uma boa recepção popular. «O povo de Luanda é do MPLA», dizem uns. «Na capital, ninguém gosta da União porque foi ela que destruiu a cidade e obrigou o povo a viver em privações», acrescentam outros.

Pensamos que há um pouco de verdade em tudo isto. Cada obus que destelhou ou esventrou uma casa em Luanda teve a assinatura de Savimbi. Se a luz e a água foram cortadas, isso deve-se aos ataques da União. E em Luanda, ninguém vê os estragos do MPLA no território de Savimbi. Na capital, a defesa chamou-se sempre MPLA e o poder tem desde há anos o rosto de José Eduardo dos Santos.

O sonho de um banho

Hoje, já se pode viver durante três dias sem corte de electricidade em Luanda. Mas

continua a haver falta de água, e a que corre pelos canos está inquinada. Mesmo nos hotéis, o sonho de um banho transforma-se, diariamente, num pesadelo. Fazem-se apostas ao subir até ao quarto, interrompe-se o sono pela madrugada, e quando a água escorre das torneiras é uma festa. «Hoje consegui tomar banho», dizemos uns aos outros como se anunciássemos o paraíso. Se a água está garrafada, à venda nos estabelecimentos, também chegar para todos, então, a festa é completa. Até se perdoa aquela cena do café amargo, por não haver açúcar.

Mas quando descemos às ruas, ninguém se atreve a um queixume. Como poderia aquela povo martirizado entender a gravidade da falta de um banho, quando o tirou e as bombas ainda há bem pouco tempo incendiavam os céus de Luanda? Tudo é relativo, e os angolanos são felizes com a paz, mesmo sem água e sem açúcar.

Esta noção de relatividade das coisas só nos surge na sua verdadeira dimensão, mais tarde, quando saímos da cidade e entramos no mato. Apesar de ainda levarmos na lembrança a imagem sombria dos micoques que se multiplicam em Luanda, onde dezenas de milhares de angolanos sobrevivem a custos, às escarcas depois do esbardear, e sem alimentos e higiene, verificamos que nada poderia preparar-nos para o cenário que nos esperava em Luena.

Ao cabo de duas horas de voo num Tupolev soviético onde as colunas de fumo do ar

condicionado chegam a se-mear o pânico entre alguns portugueses, estreamos nestas andanças, acentuamos no aeroporto de Luena, a 800 quilómetros para leste, na província de Moxico. A pista está semi-destruída pelos bombardeamentos, o que obriga o piloto soviético a malabarismos para fugir das pedras soltas.

Depois, é o percurso até ao centro da cidade, em jeeps e carrinhas que percorrem a estrada de terra batida e que nem mesmo param quando o peso da carga faz rebentar o pneu e a viagem termina sobre as juntas amigadas. Ali descobrimos, entre uma multidão imensa de navios que vieram não se sabe bem de onde, uma dezena de portugueses em-camadas e exaustos.

«Vivemos como animais»

«Há mais de 20 anos que não via portugueses, à excepção dos que aqui viviam», diz um deles. E porquê? «Não podia sair daqui. Se me aventurassem no mar, corria riscos de morrer com um tiro. Notícias, só através do emissor regional de Rádio Nacional de Angola. Não temos jornais nem mensagens de fora. Juntem-nos, às vezes, para ver vídeo em casa de um que conseguiu comprá-lo e nos convidou. Como podíamos sair?».

Segue-se um relato impressionante que todos confirmam, de fome e pavor. Em cada quintal, ainda podemos ver o buraco negro que se abriu para o interior da terra, o abrigo que protegeu famílias in-

teiras dos bombardeamentos de 45 dias consecutivos com que Luena foi flagelada, em vésperas do acordo de paz assinado em Lisboa. «Vivemos como animais», dizem.

Ao longo das avenidas largas, onde a erva-deu há muito lugar ao restolho, as casas semi-destruídas escondem-se como testemunhas silenciosas da tragédia. Não há vidros nas janelas, as paredes estão esburacadas e, em muitos casos, ruíram. Quando nos encaminham para o Hotel Inercontinental, o edifício mais poupado onde podem oferecer-nos almoço, deparamos com um salão degradado e escuro, com uma cratera aberta ao fundo aberta por um obus. A casa de banho não tem luz nem água, os valteres e copos não chegam para todos, a água engarrafada esgota-se em poucos minutos. A única coisa que não falta é a boa vontade e o sorriso naqueles rostos cansados.

E não entanto, Luena já teve nome de Luso e avariada floridas, belas casas de um e dois pisos, um hospital, bem apetrechado, uma estação de caminhos-de-ferro bonita e movimentada. Os portugueses que ali ficaram, até hoje recordam com saudade esse tempo de fartura. Talvez tenha sido por isso que não desistiram.

Um general triste

Quem não tinha consolação possível, naquele dia em que visitámos Luena arrasada, era Soares Carneiro. O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas portuguesas era, visivelmente, o mais perturbado dos elementos da comitiva de Cavalo Silva. Caminhava lentamente, de olhar perdido no horizonte, até que o abordámos para saber porque.

«Estou impressionado com a mudança, embora já a esperasse», confessou Soares Carneiro. E ficou em manter-se no corredor do serviço de partos do hospital de Luena, para não ver a miséria em que se tinha tornado o local onde, em 1954, nasceu a sua primeira filha.

«Eu contandava na altura um destacamento de 50 homens, onde só havia três brancos, entre os quais eu me incluía. Foi em 1954, quando havia paz e chegámos para toda a província do Moxico. A minha primeira filha nasceu aqui, nesse ano. Confesso que hoje, no regressar e ver como isto está, sinto-me muito impressionado e triste».

Contra Cavaco

Belém deu munições à Unita

O «lobby» socialista pró-Unita em Lisboa poderá ter dado uma mãozinha para apimentar o conflito entre Cavaco e Savimbi. Entretanto, o primeiro-ministro destacou dois bombeiros para apagar o fogo que ateou em Luanda: Durão Barroso e Martins da Cruz



Conferência de imprensa da delegação da Unita no CCPM. Savimbi e Chivuputu deram o dito por dito não

diplomáticas paralelas de Belém e de São Bento com o objetivo de ganhar terreno em Moçambique, visando uma eventual contribuição portuguesa nas negociações entre a Fralme e a Renamo. Quando, finalmente, começou a desenharem-se a hipótese da visita oficial de Cavaco Silva a Angola, numa operação de antecipação a Mário Soares que, por sua vez, já admira a possibilidade de também se deslocar aquele país, alguns sectores viram na estratégia de Cavaco uma nova provocação ao PR.

Aproveitamento

Esta incomodidade política nunca teria, contudo, chegado a ter repercussões concretas se, entretanto, Cavaco Silva não tivesse cometido uma gaffe que lhe saiu para. Quando aceitou viajar até Angola, se não garantiu condições para se avistar com Jonas Savimbi e, sobretudo, avocar no erro político de se deixar envolver pessoalmente num comício do MPLA, em Luena, o primeiro-ministro português ofereceu de bandeja aos seus adversários munições para o contra-ataque. O lobby português apoiava da Unita em Lisboa não perdeu obviamente a oportunidade de denunciar a situação. Fontes diplomáticas garantem a «O Jornal» que

Cavaco Silva se sentiu incomodado pelo facto de se ter visto envolvido de surpresa num comício partidário e que terá transmitido esse sentimento ao MPLA, através dos canais adequados. Mesmo que isso seja verdade, o primeiro-ministro dificilmente poderá explicar a sua permanência no comício de Luena durante tanto tempo, bem como o discurso longo e empolgado que produziu perante a plateia do MPLA.

Alguns observadores admitem que Cavaco Silva não planeou nada daquilo mas que, ao confrontar-se com uma multidão entusiasmada, terá avaliado mal a situação e pensado, apenas, no prestígio que lhe daria, em Lisboa, o relato da recepção que teve, sem se aperceber do comprometimento indesejável com uma força perniciosa. «Cavaco esqueceu-se de que estava ali como primeiro-ministro e actuou sobretudo como líder do PSD em campanha eleitoral», acusam alguns sectores da Oposição.

Outros círculos sugerem que o primeiro-ministro português preferiu privilegiar o MPLA durante a visita, por acreditar que, apesar do processo de democratização interna angolana e do cessar-fogo, José Eduardo dos Santos continuará a ser o resto do poder em Angola, e que o

MPLA deve ir ganhar as eleições previstas para daqui a um ano, naquele país.

O caso do C-130

A alegada cumplicidade de política entre Cavaco Silva e José Eduardo dos Santos e entre o PSD e o MPLA têm sido, aliás, criticadas ao longo do processo de

o Governo de Lisboa argumentou sempre com a necessidade de respeito dos órgãos institucionais angolanos, mas o facto é que este compromisso político chegou a ser apomado como responsável pela dificuldade de ajuda humanitária à Unita. Há meses atrás, o C-130 português enviado por Lisboa com mantimentos para Angola lutou com enormes dificuldades para conseguir chegar à zona da Jambá e, na altura, Cavaco Silva foi responsabilizado pelo facto. Segundo os opositores do PSD, o chefe do Governo teria acitado pressões do governo de Luanda que, por sua vez, pretendia boicotar a ajuda à população do território de Savimbi.

Os dias seguintes ao rebentar da polémica caracterizaram-se por uma profusão de críticas a Cavaco provenientes de vários sectores e, do lado do primeiro-ministro, por um absoluto mutismo, só interrompido por colaboradores do gabinete e do Governo. Apareceram preocupado com as consequências da visita e sem argumentos de defesa convincentes, Cavaco terá preferido desviar as atenções da sua pessoa, passando a bola para terceiros. O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e o

assessor diplomático de São Bento foram as vítimas...

Vítimas do diferendo

António Martins da Cruz, desde há seis anos responsável pela preparação das visitas oficiais de Cavaco ao estrangeiro, foi obrigado a vir a público, no início desta semana, para responder às críticas de Freitas do Amaral contra o primeiro-ministro. Removendo pela primeira vez a sua habitual disciplina, o assessor diplomático de São Bento relatou os encontros que manteve com responsáveis da Unita, para concluir que tinham sido envidados todos os esforços para promover um encontro entre Cavaco e Savimbi.

Por sua vez, Durão Barroso foi chamado a explicar politicamente a presença e participação do chefe do Governo português no comício do MPLA, em Luena, argumentando que não tinha sido programado e que o primeiro-ministro se limitara a fazer um discurso político imperial, de Estado. Durão Barroso tentou, ainda, desdramatizar a crise acontecida em Luanda e a atitude crítica da Unita, apelando ao bom-senso das partes no prosseguimento do processo de paz. «O Governo português não aceitará pressões de quaisquer das partes», garantiu.

Nos bastidores, entretanto, sucederam-se os contactos e iniciativas diplomáticas para ultrapassar a crise. Em São Bento e no MNE, os telefones estavam em linha directa com Luanda, num diálogo cruzado em que intervieram o embaixador representante de Lisboa na Comissão Conjunta Político-Militar, António Monteiro, e representantes norte-americanos e soviéticos. Os vários pacotes internacionais pressionaram, por sua vez, o MPLA e a Unita para chegarem a acordo, em encontros privados e através de declarações, como foi o caso dos EUA.

Esta máquina diplomática terá funcionado, sobretudo, sob a direcção de Durão Barroso, a quem Cavaco passou ter dado instruções para resolver o problema. Martins da Cruz acou-

plou-se com o secretário de Estado, antes de fazer a declaração pública em São Bento, e algumas fontes sugerem que Durão Barroso passou os últimos dias num rodopio infernal para salvar a face do Governo.

Cavaco propôs Luena

Aliás, terá sido também Durão Barroso o homem-chave nos contactos iniciais com a Unita para o desejado encontro entre Cavaco e Savimbi, em Angola. Segundo apuramos, a cidade de Luena chegou a ter proposta concretamente a Savimbi por Cavaco, para um possível encontro, mas a Unita terá rejeitado a ideia por considerar que se tratava de uma zona de forte influência do MPLA e onde havia graves questões de segurança para Jonas Savimbi.

A contra-proposta solicitada por Lisboa chegou demorado tarde. A Unita colocou três hipóteses: Benguela, Lobito e Huambo, mas a visita de Cavaco Silva já tinha sido defuada e não podia ser alterada à última hora. Aliás, o primeiro-ministro terá explicado isso mesmo quando recebeu uma delegação de Unita, em Luanda, e de acordo com fontes próximas do Governo português, esta ocasião a explicação sem problemas.

Segundo «O Jornal» apurou, a decisão da Unita de suspender a sua participação no CCPM surgiu a pretexto de visita de Cavaco, mas teve outros motivos concretos.

Fontes diplomáticas admitem que o MPLA tem responsabilidades no atraso do processo, designadamente no que diz respeito ao acantonamento das tropas, e que a Unita aproveitou a polémica para impulsionar uma aceleração das negociações. Esta estratégia surtiu efeito, porque o governo angolano, através de declarações do vice-ministro, Fernando do Padua, prontificou-se a rever a situação. Ontem, quinta-feira, as chefias de ambas as partes no CCPM reuniram-se pela segunda vez, não indicando que a Comissão irá reatar as reuniões formais muito em breve.

Lurdex Felo

SECTORES próximos de Mário Soares poderão ter contribuído para agudizar o diferendo que opôs a Unita a Cavaco Silva, na sequência da visita oficial do primeiro-ministro a Angola. Segundo «O Jornal» apurou, a agremiação do primeiro-ministro da delegação da Unita em Lisboa, acusando Cavaco de ter participado num comício do MPLA, terá sido instigado pelo lobby socialista pró-Savimbi, considerado próximo do filho do Presidente da República, João Soares.

Círculos diplomáticos relacionam de alguma forma a crise aberta em Luanda pela visita de Cavaco, com o despique existente entre Belém e São Bento, no âmbito da política africana. Há muito que era visível o mal-estar de Mário Soares perante as tentativas de Cavaco Silva de monopolizar a influência portuguesa no processo de paz angolano, remetendo o PR para uma posição de simples espectador.

Diplomacias paralelas

Aliás, já depois de assinado o cessar-fogo entre o MPLA e a UNITA, surgiram iniciativas

Viragem

Savimbi perde peso em Washington

Para o líder da Unita é de mais. Depois de acolher, em festa, Cavaco Silva, José Eduardo dos Santos vai à Casa Branca

O PRESIDENTE da República Popular de Angola é recebido, na próxima segunda-feira, em Washington, na Casa Branca, pelo presidente George Bush. José Eduardo dos Santos penetra, assim, no coração da

política planetária dos norte-americanos, onde até há pouco tempo Jonas Savimbi era o único interlocutor angolano admitido.

O fim da tensão Leste-Oeste e a retirada política e militar da União Soviética do Terceiro Mundo desvalorizou, objectivamente, o papel do líder da Unita. Ao mesmo tempo, perante o Congresso e a opinião pública norte-americana surge um presidente com quem se pode falar e que foi um dos protagonistas da paz em Ango-

la. Neste momento, segundo fontes diplomáticas, haveria já congressistas influentes a levantar dificuldades à concessão de novos donativos à Unita, o que criaria ao movimento de Jonas Savimbi dificuldades políticas e materiais.

Nas eleições previstas para o próximo ano em Angola não basta ter propostas políticas. O MPLA e a Unita vão ter de oferecer algo a uma população afundada em carências, devido à guerra e à desorganização económica do país.

Portugal segue, com muita atenção, a visita de José Eduardo dos Santos aos EUA e, na próxima quinta-feira, deverá ter notícias frescas do encontro com Bush através do

subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, que vem a Lisboa falar com Durão Barroso.

Também é de admitir que o presidente angolano queira trocar impressões com Cavaco Silva antes e depois da visita a Washington. E terá boas razões para essa prova de confiança política, uma vez que o primeiro-ministro português nas conversas com Bush, sempre descreveu José Eduardo dos Santos como um homem realista, decidido e de coragem.

A visita do Cavaco e a deslocação de José Eduardo dos Santos a Washington colocam Jonas Savimbi numa zona de sombra, no mesmo ter-

ço que o processo de paz no terreno está quase a atingir, segundo observadores bem colocados, um ponto de irreversibilidade. Também o presidente brasileiro viu, essa semana, Angola, mas, segundo uma fonte diplomática, a presença de Collor de Melo naquele país terá tido algum «colorido», não tendo reflexos no braço-de-ferro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

Depois de, num primeiro tempo, ter subido a paragem na Comissão Conjunta Político-Militar, terá interessante ver como é que a Unita vai reagir a um quadro desfavorável. Por outro lado, é natural que o Governo venha a ter algum

gesto para mostrar que o diálogo com a Unita não ficou prejudicado com os incidentes subsequentes à visita de Cavaco a Angola.

Durão Barroso reafirmou, na última terça-feira, a «serenidade e equidistância» da posição portuguesa e pediu às partes para «respeitar essa equidistância». Por outro lado, disse que «Portugal sempre adoptou a atitude de não fazer nenhuma crítica às partes». No entanto, referindo-se ao comunicado da Unita da última segunda-feira, disse ver com «uma certa estranheza que se diga uma coisa em Bruxelas, outra em Lisboa e outra em Luanda».

P.V.

Quayle com Savimbi

O VICE-PRESIDENTE dos Estados Unidos, Dan Quayle, anunciou que se encontrará amanhã em Abidjan, na Costa do Marfim, com o presidente da UNITA, Jonas Savimbi. Dois dias depois, em Washington, George Bush receberá o seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos.

"Destas duas conversações espero ter a indicação completa de que o processo de paz irá por diante", afirmou ontem Quayle, em Windhoek, depois de uma reunião com o Presidente da Namíbia, Sam Nujoma. O encontro com Savimbi constituirá a última escala da digressão de Quayle por cinco países africanos. Referindo-se aos últimos sobressaltos na aplicação do acordo de paz assinado em Portugal, Quayle não se mostrou pessimista: "Implementar a paz após anos de violência e guerra leva tempo. Estou convencido de que completaremos o nosso objectivo quanto ao estabelecimento de um governo democrático e à manutenção da paz".

Na segunda-feira, Eduardo dos Santos inicia uma visita aos EUA durante a qual discutirá o processo de paz e a normalização de relações diplomáticas com Washington. ■

Savimbi conciliador

O VICE-PRESIDENTE dos Estados Unidos, Dan Quayle, disse ontem em Abidja ter recebido de Jonas Savimbi, com quem conferenciara, a indicação de que a UNITA voltará a participar plenamente no processo de paz. E manifestou a esperança de que o Presidente José Eduardo dos Santos, que amanhã será recebido na Casa Branca, responda às preocupações manifestadas por aquele grupo, que se retirou temporariamente da Comissão Conjunta Politico-Militar. ■

PÚBLICO

Militares angolanos

DOMINGO 12 SETEMBRO 1991

O GENERAL Roberto Leal Monteiro, "Ngongo", foi ontem nomeado comandante da Força Aérea angolana, conforme se previa e o PÚBLICO noticiara há algumas semanas. Outros três oficiais foram promovidos à patente de general e designados para altos cargos: Gaspar Rufino comandante da Marinha de Guerra, Alberto Neto Chefe do Estado-Maior Adjunto e João Matos comandante das Tropas Terrestres. O Governo tem agora 12 generais, numa altura em que se prepara para unificar as suas forças com as de Savimbi. ■

EXPRESSO, SÁBADO 14 DE SETEMBRO DE 1991

Viagem a Angola afecta Cavaco

A LARGA maioria dos portugueses (69%) e mesmo do eleitorado do PSD (67%) considera que Cavaco Silva «devia ter-se encontrado com o líder da UNITA, Jonas Savimbi», e não apenas com o Presidente José Eduardo dos Santos, na sua recente visita a Angola — de acordo com uma sondagem do Painel EXPRESSO/Euroexpansão efectuada no início desta semana. Um conjunto de 10 por cento dos inquiridos mostra-se contrário ao encontro com Savimbi e os restantes 21 por cento não se pronunciam.

Mas a má imagem deixada entre os eleitores pela deslocação do primeiro-ministro a Angola, com a eclosão subsequente de violentas críticas públicas por parte da UNITA, é ainda mais patente no facto de 50 por cento dos portugueses entenderem mesmo que Cavaco Silva «devia ter adiado a visita para outra ocasião, não tendo a certeza de se poder encontrar com Savimbi». Apenas 37 por cento defendem que o chefe do Governo devia ter mandado a visita mesmo sem a garantia de se encontrar com o líder da UNITA, e 13 por cento não têm opinião sobre esta questão.

Mas se a iniciativa desta deslocação

à República Popular de Angola, e em particular a controversa participação do primeiro-ministro português num comício do MPLA em Luena, parece ter prejudicado a imagem de Cavaco Silva entre o eleitorado, já o intenso



CAVACO DEVEIA TER VISITADO SAVIMBI?

SIM

69%

NÃO

10%

SEM SAVIMBI, DEVEIA MANTER OU ADIAR A VIAGEM?

TER ADIADO

50%

TER MANTIDO

37%

calendário de inaugurações do Governo revela beneficiar o partido governamental. Assim, de acordo com a sondagem, 59 por cento dos portugueses admitem que este ciclo de inaugurações de obras públicas que o Executivo social-democrata tem levado a cabo nos últimos dias «vai beneficiar o resultado eleitoral do PSD», contra escassos oito por cento que afirmam que «vai prejudicar». A convicção de que o partido de Cavaco Silva recolhe vantagens eleitorais com as actuais inaugurações atravessa o eleitorado de todos os partidos: é de 80 por cento na CDU, 59 no PSD, 57 no PS e 43 no CDS.

E isto não obstante a generalidade dos portugueses se mostrar ciente de que «o Governo fez coincidir esta série de inaugurações — pontes, auto-estradas, itinerários principais, etc. — proposadamente com o período eleitoral»: são 64 por cento os que o dizem (com 100% dos eleitores da CDU e 44% do PSD...). Sublinhe-se, no entanto, que 28 por cento dos inquiridos (48% no PSD, 47% no CDS e 9% no PS) entendem que o Executivo de Cavaco Silva «não fez coincidir» estas inaugurações com o início da campanha eleitoral. (ver painel na pág. 8)

Sonangol acerta para Dezembro corrida à privatização da Petrogal

João Lourenço Landoite, ministro dos Petróleos de Angola, aponta ainda para este ano a entrada de capitais angolanos na Petrogal, estando neste momento a estudar a forma dessa participação. "A julgar pelas informações colhidas durante os nossos encontros, a participação da Sonangol no capital a ser privatizada pela Petrogal poderá ser realizada no próximo mês de Dezembro", afirmou ao PÚBLICO João Lourenço Landoite.

Para este membro do Governo de Luanda, o aspecto mais importante da visita terá consistido na reafirmação da futura participação da Sonangol no capital da Petrogal e da participação desta última empresa no capital de uma subsidiária da Sonangol a operar em território angolano. Em relação ao sector da distribuição, o que se prevê é a participação da Petrogal juntamente com a Sonangol no capital de uma "uma Joint-venture", como refere João Landoite. Segundo este ministro, "as negociações no domínio da distribuição estão muito avançadas".

Referindo-se aos consórcios que operam ou poderão vir a operar em Angola, começou por especificar a situação que neste momento existe no seu país e, mais concretamente, no grupo onde se encontra a operar a petrolífera portuguesa. "A Petrogal pertence a um grupo que terá os direitos de exploração do bloco central 'on-shore' de Cabinda", especificou. As percentagens de participação neste consórcio encontram-se repartidas por quatro companhias: British Petroleum (BP), Repsol, Petrogal e Sonangol, sendo no entanto a operadora inglesa, a BP, que detém a percentagem mais elevada, 40 por cento do capital social, ficando as restantes companhias com 20 por cento cada.

Sem tecer qualquer comentário no que se refere à actuação deste grupo, o ministro angolano veio no entanto a colocar a Petrogal em lugar de destaque no que se refere à possibilidade de exercer pressões dentro deste consórcio. "Nós esperamos que a Petrogal possa vir a desenvolver um papel um pouco mais activo junto dos outros parceiros, principalmente junto do operador (BP) que tem atrasado a apreciação de alguns documentos, o que para nós constitui uma preocupação muito séria", sublinhou.

Negando qualquer tipo de encontro específico "com empresários ou grupos enquanto tais, já que os contactos que se verificaram com algumas entidades foram enquanto membros da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola", es-

te representante do Governo de Luanda referiu-se também à situação actual e futura das exportações do petróleo angolano para Portugal.

"Em Abril, aumentámos o nosso volume de exportação de 'crude' para Portugal de dez mil para quinze mil barris/dia, e neste momento deixámos claro que estamos na disposição de, a partir do primeiro trimestre do próximo ano, realizar um novo aumento, que poderá vir atingir os dezoito mil barris/dia. Neste momento, o volume total da produção petrolífera angolana situa-se em 468 mil barris/dia, com um consumo interno de 35 mil barris, o que significa que estamos com uma exportação de 415 mil a 420 mil barris/dia."

"No futuro, estão previstos novos aumentos da exportação de petróleo angolano, sem que, passe a expressão, se abram mais as torneiras actuais, mas sim como consequência dos bons resultados que esperamos das pesquisas que estão a ser efectuadas. Neste momento, há blocos em pesquisa e esperamos que de aqui a dois ou três anos tenhamos muito bons resultados", acrescentou.

Sobre as outras razões desta visita a Portugal, João Lourenço Landoite referiu-se aos protocolos que foram assinados em Abril passado, quando da visita do ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, a Angola. "Deslocámo-nos a Portugal para responder a um convite formulado pelo sr. ministro da Indústria e Energia de Portugal, eng. Mira Amaral, que nos foi feito em retribuição de um outro que lhe foi endereçado por nós no passado mês de Abril. O sr. ministro visitou Angola há cinco meses e nós assinámos nessa altura um protocolo entre o Ministério dos Petróleos e o da Indústria e Energia de Portugal".

Trata-se de um protocolo que cobre diversas áreas de formação e de cooperação entre os dois organismos no domínio dos combustíveis, dos lubrificantes, da formação e da exploração petrolífera. "Foi necessário fazer um 'follow up' de todo o processo, depois do encontro de Abril, identificando os eventuais pontos de estagnação, e foi nesses termos que viemos a Portugal", precisou João Landoite, acrescentando ainda: "Passámos em revista as acções que foram já desenvolvidas pelos dois ministérios e também pela Sonangol e pela Petrogal e verificámos que o protocolo está a ser aplicado a contento de todas as partes e que em alguns domínios ele terá conhecido mesmo um desenvolvimento superior àquele que esperávamos quando da sua assinatura".

Sublinhando a existência e

manutenção das grandes linhas que foram definidas na altura da sua visita, o ministro angolano dos Petróleos frisou, em tom optimista, "que a vontade política manifestada pelos dois ministros permanece inalterada" e que "a concretização dessa vontade se encontra dependente das acções práticas que a Sonangol, por um lado, e a Petrogal, por outro, possam imprimir ao processo".

Depois de se referir às visitas às refinarias de Sines e do Porto, João Landoite pôs a hipótese de se desenvolverem acções concretas de Portugal no campo da refinação em território angolano, como "a formação de quadros angolanos, estágios práticos para engenheiros angolanos e talvez até uma cooperação que se possa estender ao domínio da participação da Petrogal na refinação em Angola".

Para já, e segundo afirmou, o que está em fase de concretização é a "finalização, neste momento, de um acordo onde se promove a participação da Petrogal no capital de uma possível empresa de refinação no nosso país. Se a empresa existir, o que tudo indica que venha a acontecer, a Petrogal participará", frisou João Landoite. Segundo este responsável, o processo segue neste momento a tramitação normal exigida pelas leis angolanas para cumprimento de algumas formalidades. ■

PÚBLICO
SABADO, 11 DE DEZEMBRO DE 1991

O JORNAL
13. 9.1991

Rede Galp em Angola

Delegação angolana debate em Lisboa os pormenores da empresa que terá capitais da Petrogal e da Sonangol

AS EMPRESAS petrolíferas Sonangol e Petrogal estão a negociar a criação de uma rede de distribuição de combustíveis em Angola.

A rede será constituída por postos Galp e estará integrada numa empresa a constituir com capitais repartidos entre a Petrogal e a Sonangol. Os montantes envolvidos e a repartição das posições detidas pelas empresas petrolíferas dos dois países está dependente da negociação.

Encontra-se em Lisboa uma delegação angolana para negociar os pormenores da nova empresa, que se

admite seja 51 por cento detida pela Sonangol e 49 por cento pela Petrogal.

As negociações servirão igualmente para consolidar negócios da Petrogal já existentes em Angola, nomeadamente o fornecimento de lubrificantes e a assistência técnica, formação e assistência nos aeroportos.

Esta decisão de constituir uma empresa de distribuição em Angola consolidou-se na sequência da visita oficial que o ministro angolano dos Petróleos, João Landoite, efectuou esta semana ao nosso país.

O ministro angolano visitou, durante os dois dias, as refinarias da Petrogal de Matosinhos e de Sines, onde tomou contacto com os projectos de construção de novas unidades. João Landoite abordou ainda com o ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, o interesse da Sonangol em entrar no capital da Petrogal.

EXPRESSO, SÁBADO 14 DE SETEMBRO DE 1991

Dureza espera Eduardo dos Santos em Washington

O GOVERNO norte-americano prepara uma recepção austera ao Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, na próxima semana, e o Presidente Bush está disposto a adiar a autorização de abertura de uma missão comercial angolana nos Estados Unidos, a menos que o Governo angolano responda às dúvidas da UNITA e dos EUA relativamente ao cumprimento dos acordos do Estoril.

O Presidente Eduardo dos Santos tem duas pretensões. Quer abrir uma missão comercial angolana, e quer começar a estabelecer relações diplomáticas com os EUA através de um «gabinete de extensão», em Washington, da missão angolana nas Nações Unidas, em Nova Iorque. Mas, sem um claro compromisso perante o Presidente Bush de que as tropas governamentais vão acelerar a sua retirada para os locais de acantonamento, e a fixação de uma data para as eleições em Angola, em 1992, é quase certo que a Casa Branca dirá não.

Entretanto, no sábado, em Abidjan, o vice-presidente Dan Quayle encontrar-se-á com Jonas Savimbi, para lhe assegurar a manutenção do apoio americano à UNITA. Quayle dirá ao dirigente da UNITA que a Administração Bush partilha os seus receios de que o MPLA esteja a protelar as planeadas elei-



ções em Angola, e que também está preocupado com a alegada lentidão com que o Exército governamental está a fazer o acantonamento. Quayle convidará Savimbi para uma visita a Washington, para conversações preliminares com o Presidente Bush, sugerindo-lhe uma data em Outubro.

A missão do Presidente Eduardo dos Santos aos Estados Unidos foi planeada para procurar investimento americano e reabrir as ligações comerciais «no clima de reconciliação que existe agora em Angola».

O Presidente pensa fazer uma alocução à Câmara do Comércio americana na ter-

ça-feira e lançar um apelo às organizações não-governamentais especializadas no auxílio e no desenvolvimento. Mas os Estados Unidos estão a frisar claramente que quaisquer novas oportunidades económicas para Angola dependerão dos progressos da reconciliação política.

Evitando alinhar abertamente ao lado da UNITA, o Departamento de Estado afirmou esta semana que «continuamos a agir partindo do princípio de que há boa vontade em ambas as partes e um desejo genuíno de reconciliação. Não dizemos que há um entrave deliberado, mas há atrasos inconvenientes».

Os EUA estão também a insistir com a ONU para que produza uma declaração sobre a concretização dos movimentos de tropas exigidos pelos acordos do Estoril. O Governo afirma que 54 mil soldados já foram transferidos para acantonamentos, segundo o acordo do Estoril. A UNITA diz que este número é falso, e que os soldados retirados para acantonamentos foram pouco mais de 10 mil. Os EUA também põem em causa a informação dada pelo Governo, mas querem uma declaração da ONU sobre as disposições relativas às tropas.

Martin Walker
em Washington

MPLA e UNITA discutem crise

EXPRESSO, SÁBADO 14 DE SETEMBRO DE 1992

QUANDO, esta manhã, o Presidente José Eduardo dos Santos deixar Luanda com destino aos Estados Unidos, onde, em visita privada, se encontrará pela primeira vez com o Presidente Bush, deixará para trás 10 milhões de angolanos que começaram a suspirar de alívio depois dos encontros bilaterais entre o Governo e a UNITA fora do âmbito da CCPM onde foi garantida a irreversibilidade do processo de paz.

A situação política angolana conheceu esta semana a sua primeira grande derrapagem institucional quando a UNITA decidiu suspender a sua participação nos trabalhos da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) sob a alegação de que o Governo estava a bloquear o processo de acantonamento.

A postura «eleitoralista e desonesta» atribuída ao Presidente também serviu de pano de fundo à atitude dos homens da UNITA, que, segundo uma fonte ocidental, representa um «golpe de rias» provocado pela crise de identidade com o meio urbano que enfrentam neste momento e que põe a descoberto a fragilidade da base política do movimento.

Na terça-feira, o chefe da delegação da UNITA à CCPM, Salupeto Pena, afirmou não haver um único soldado governamental acantonado, acusação que foi prontamente desmentida 24 horas depois, quando um grupo de observadores estrangeiros, peritos da UNAVEM II e um representante da UNITA procederam na Funda, uma localidade situada nos arredores de Luanda, à contagem e verificação de armamento de 4161 militares das FAPLA que ali se encontram acantonados.

Para que os trabalhos da CCPM se reiniciem, a UNITA exige o acantonamento de 200 mil soldados governamentais, englobando os efectivos das FAPLA e a totalidade dos efectivos para-militares das forças de defesa civil e de segurança, proposta que alguns analistas admitem possa prolongar o impasse.

Outra das novas imposições dos rebeldes é a pretensão de fazer deslocar uma delegação conjunta da CCPM à Namíbia para desbloquear o contencioso logístico. Para uma fonte ocidental, trata-se de uma clara rejeição ao «acordo concluído na semana passada entre os Estados-Maiores das FAPLA e das FALA, que se limitaram a solicitar os bons officios de Luanda para interceder junto do Governo de Windhoek para obriar a questão do apoio logístico à UNITA no Sul do país».

Por outro lado, Luanda parece não aceitar a imposição da UNITA de «ver clarificada a composição da constituição orgânica da delegação governamental à CCPM» face ao afastamento de Lopo do Nascimento.

Nomeado representante governamental na CCPM logo no acto de assinatura dos Acordos do Estoril, Lopo do Nascimento exerce também o cargo de ministro da Administração do Território. Nessa qualidade tem como missão estender a Administração Central a todo o país, o que implica o controlo de áreas actualmente em poder da UNITA.

O movimento de Savimbi exige a sua continuação na CCPM, criando-lhe deste modo uma dificuldade adicional. Lopo do Nascimento afastou-se da CCPM sob pressão da ala conservadora

do MPLA mas também porque a Administração do Território desempenhará um papel fundamental no processo eleitoral.

Visita presidencial irrita UNITA

Entretanto, uma fonte da ala moderada do MPLA criticou o facto de a UNITA ter proposto «o impedimento da entrada no país de equipamento militar independentemente da sua natureza», numa alusão a um contrato avaliado em 100 milhões de dólares firmado em 1989 entre o Governo e uma firma britânica para a re-motorização em Israel de diverso material de transporte militar. «Parece irracional que os angolanos não aproveitem esse equipamento para, sob supervisão da CMVF (Comissão Mista de Verificação e Fiscalização), apetrechem o seu futuro exército nacional único», comentou por seu lado um perito da UNAVEM II.

Uma fonte diplomática contactada pelo EXPRESSO disse que a UNITA visa, ao criticar a situação do processo de paz neste exacto momento, principalmente esbater o alcance da próxima visita presidencial aos Estados Unidos, criando a alguns observadores integrados na CCPM «dificuldades para entender os argumentos contraditórios dos rebeldes».

Os próprios representantes da UNITA neste organismo evidenciaram, segundo alguns analistas, alguma perturbação perante as críticas do seu movimento à visita do primeiro-ministro português, a quem vinte e quatro horas antes tinham feito referências elogiosas, tendo-a Salupeto Pena considerado um sinal de inequívoco encorajamento ao reforço do processo de consolidação da paz. Elogios que foram extensivos a Eduardo dos Santos.

A visita de Eduardo dos Santos aos Estados Unidos e as recentes iniciativas diplomáticas de Luanda junto de Pretória, que culminaram esta semana com uma prolongada audiência concedida pelo Presidente sul-africano, Frederick De Klerk, ao mi-

nistro Lopo do Nascimento, parece na verdade terem provocado uma grande irritação no seio da UNITA.

«Novos sinais»?

Alguns políticos angolanos admitem existirem «novos sinais» provenientes de Washington e não excluem que seja agora possível uma pré-normalização das relações entre os dois países. Luanda espera, de resto, abrir em breve uma representação de interesses na capital americana que, segundo apurou o EXPRESSO de fonte diplomática, poderá vir a ser dirigida por Luís de Almeida, actual embaixador angolano em Adis Abeba (ver texto nesta página).

No domínio económico, as presenças na delegação presidencial do ministro das Finanças, Aguiinaldo Jaime — que recentemente esteve nos EUA para um debate com representantes da UNITA acerca da situação económica de Angola —, e do ministro do Plano, Emanuel Carneira, são vistas como uma tentativa do Governo angolano para que sejam diluídas as «sanções, dissimuladas ou não» impostas à sua economia e dilatados os prazos para o pagamento da sua dívida externa junto do FMI através da negociação de um programa razoável de viabilidade económica.

A cedência de 10 por cento das acções da Sonangol no bloco 2 em Cabinda à ELF parece não ter sido bem acolhida, e, neste sentido, João Landoite, ministro angolano dos Petróleos, deverá encetar uma série de contactos com diversas companhias petrolíferas americanas.

Gustavo Costa
em Luanda,

Militares entendem-se

OS MILITARES angolanos que representam o Governo e a UNITA no processo de paz têm conseguido avanços consideráveis nas negociações, em flagrante contraste com as posições de ordem política adoptadas nos últimos dias pelo movimento de Jonas Savimbi.

Nos passados dias 3 e 4 deste mês, novos avanços foram registados numa reunião efectuada na Jamba em que participaram o general Arlindo Pena «Ben Ben», chefe do Estado Maior das Fala (exército da UNITA), e o coronel Higinio Carneiro, chefe de Operações das Fapla (exército governamental).

Foram discutidas nessa reunião questões práticas tendo em vista a desmilitarização do país. Foi nomeadamente debatida a possibilidade de a UNITA obter dos responsáveis sulfricanos «croquis» com a localização exacta das minas colocadas em território angolano pelas tropas de Pretória quando da sua presença ali.

Outra questão acordada foi o desdobramento de comissões de fiscalização no Cuito-Canavale e em Ondjiva, bem como a deslocação da CMVF (Comissão Mista de Verificação e Fiscalização) do Cuito a Mavinga.

Foram ainda dados os primeiros passos na separação de forças no terreno, nomeadamente na área do saliente do Cazombo, onde as Fapla se situarão 30 quilómetros a Norte da vila de Cazombo e as Fala 15 quilómetros a Leste, ficando desmilitarizado o perímetro da localidade.

Também ficou estabelecido que forças da UNITA estacionadas na zona de Waku Kungo, antiga Cela, se deslocarão 90 quilómetros, para Xipuandi, e que uma parte das suas tropas se desloca para Cabinda em missão de fronteira.

Contradições

Estes avanços negociais conseguidos a nível militar contrastam com as últimas tomadas de posição da UNITA, na sequência da visita a Angola do primeiro-ministro português, Cavaco Silva.

Dois dias após o citado encontro dos responsáveis militares de ambos os lados na Jamba, houve uma reunião da Comissão Política Permanente da UNITA.

Segundo apurámos junto de

fontes diplomáticas, essa reunião, que se prolongou por três dias, terá decorrido de forma agitada. O facto de o comunicado final não trazer a assinatura de Jonas Savimbi indicia, aliás, a existência de fortes divergências nas cúpulas do movimento.

O documento saído da reunião criticava a visita de Cavaco Silva a Angola, alegando designadamente que terá funcionado objectivamente como um «apoio» às autoridades de Luanda. Insurgia-se, por outro lado, contra uma alegada indisponibilidade do PM português em se avistar com Savimbi — acusações de imediato refutadas pelo gabinete de Cavaco Silva, que demonstrou ter a visita decorrido dentro de toda a normalidade, não se tendo verificado o previsto encontro com o chefe da UNITA por exclusiva responsabilidade deste movimento.

Mas a UNITA aproveitou ainda a ocasião para suspender a sua participação nas reuniões da Comissão Conjunta Político Militar, alegando designadamente atrasos nos trabalhos de acantonamento dos militares e exigindo a deslocação de uma delegação conjunta da CCPM à Namíbia para desbloquear o contencioso logístico.

Estas tomadas de posição são interpretadas pelos observadores como uma mera «jogada política» destinada a minimizar os eventuais efeitos positivos da visita privada que José Eduardo dos Santos inicia hoje a Washington.

Entretanto, e apesar deste acidente de percurso, o processo de paz continua a avançar.

Após a suspensão da participação da UNITA na CCPM, os trabalhos deste órgão de cúpula foram substituídos por reuniões de carácter bilateral, entre os representantes governamentais e da UNITA, com a presença da mediação portuguesa e dos observadores norte-americanos e soviéticos.

Por outro lado, numa reunião informal realizada ontem e em que participaram representantes da UNITA, do Governo e da mediação portuguesa, foi discutida uma proposta apresentada por Portugal e tendente a ultrapassar os diferendos existentes. Essa proposta tentava conciliar as posições de duas outras elaboradas respectivamente pelo movimento de Jonas Savimbi e por Luanda.

parencia com os dois signatários nas acções de formação e fornecimento do equipamento que for julgado necessário para o desenvolvimento da capacidade tecnológica existente.

A EPUL prestará também apoio ao Governo Provincial de Luanda na revisão das posturas camarárias, em especial as que dizem respeito à concessão de terrenos. Pelo instrumento assinado em Luanda as duas entidades comprometem-se também na procura dos meios financeiros necessários para a realização dos vários projectos contemplados no acordo.

EPUL coopera com município de Luanda

EPUL e o Governo Provincial de Luanda destacam o plano parcial e o projecto de execução de Viana (Extensão Oeste), o complemento da «Urbanização Auto Construção da SAPU» e a urbanização do novo Bairro do Golfe.

Segundo o texto assinado em Luanda pelas duas partes, a INTERSMET intervirá em

tentes e as redes técnicas; elaboração de estudos e projectos de planos parciais de urbanismo e de loteamento; gestão e implementação de projectos de urbanização em áreas prioritárias, com a construção e reparação de estradas, esgotos públicos e fornecimento de água em áreas agrícolas.

Como áreas prioritárias, a

dimentos administrativos; reorganização da estrutura funcional, incluindo propostas de medidas imediatas e a curto prazo; formação e aperfeiçoamento dos técnicos superiores e médios dos serviços provinciais; reorganização e informatização central, englobando o cadastro dos terrenos, o uso do solo urbano, as edificações exis-

a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa tem ultimamente desenvolvido com os países africanos de língua oficial portuguesa. Segundo o acordo com o Governo Provincial de Luanda, a EPUL intervirá nos seguintes domínios específicos: organização e informatização dos serviços técnicos; revisão dos proce-

A EPUL e o Governo Provincial de Luanda assinaram recentemente na capital angolana um alargado protocolo de cooperação que vai abranger a reorganização dos serviços camarários, assistência técnica, formação de pessoal e planos de urbanismo. Este protocolo enquadra-se no programa de cooperação que

13.9.1991

FORMAL

Angola

O diálogo prossegue segunda-feira

O GOVERNO angolano e a UNITA vão tentar na segunda-feira chegar a acordo sobre os sete pontos que esta última apresentara como questões que estavam a impedir o normal desenvolvimento do processo de paz.

Reunidos ontem em Luanda todos os membros da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), ouviram a delegação governamental as seguintes considerações sobre as exigências do grupo de Jonas Savimbi: quanto à integração das populações, programa de amplexamento, fixação de calendário eleitoral, integração de todas as zonas de Angola no todo nacional, integração da força das Nações Unidas destacada no país, livre circulação de pessoas e bens e neutralidade da polícia.

A saída da sessão, prolongamento da que se realizou na quarta-feira, mas que a UNITA não considera reuniões normais da CCPM, o vice-ministro do Interior, Fernando da Piedade Santos "Nandó", afirmou que a representação do MPLA também manifestara a sua "preocupação" sobre "algumas questões", que não deixou especificar.

Segundo o chefe da delegação oficial, esta não deseja divulgar na imprensa os pontos que a opção a parte

contrária, preferindo debater esses pontos durante as reuniões da Comissão Conjunta criada pelos acordos de paz que no fim de Março último foram assinados em Portugal. E na segunda-feira prosseguirá o esforço de entendimento.

Grupos de verificação

A UNITA tinha dito que se continuaria a participar regularmente nos trabalhos da CCPM se as autoridades prestassem mais atenção aos assuntos por ela levantados, mas, entretanto os grupos de verificação do acantonamento das forças de um e outro lado prosseguiram o seu trabalho, designadamente nas províncias do Bengo e do Lije.

Aqueles grupos, de que fazem parte observadores portugueses, norte-americanos e soviéticos, terão de verificar se todos os militares do Governo e da UNITA se restringem de facto às zonas que lhes foram determinadas pelas assinaturas de paz ou se continuam a circular livremente, com perigo de originarem escaramuças.

Ontem à noite, o porta-voz da delegação da UNITA à CCPM, Abel Chivukuvuku, disse que as autoridades ain-

da não responderam cabalmente a todos os problemas levantados e ignoraram até alguns deles, havendo falta de confiança entre as duas partes.

Alegou ainda que é preciso um reserco orgânico da Comissão Conjunta, que tenha assistido a "muitos discursos e poucos resultados práticos".

Quanto à parte governamental, esclareceu que dois estudantes universitários simpatizantes da UNITA que haviam sido detidos no dia 4, Albino Lohaka e Valentim Kaljevu estão já em liberdade condicional, a aguardar julgamento.

Enquanto isto, um dos novos portões que existem ao MPLA e à UNITA a direito, de serem o protagonista da vida política angolana, a Frente para a Democracia (FPD), de Eduardo Bonevaria, distribuiu um comunicado, em que pede que qualquer um dos contendores liberte todos os presos políticos ainda em seu poder.

No geral, a opinião existente na capital angolana é a de que o Governo e o grupo de Jonas Savimbi se encontravam para ultrapassar a situação de crise em que tinham caído no princípio da semana.

Vitor Silva
em Luanda

QUARTA-FEIRA, 11 SETEMBRO DE 1975

Luanda, porto de piratas

O PORTO de Luanda corre o risco de se tornar num dos mais perigosos da costa ocidental africana se as autoridades do país não conseguirem acabar com os assaltos contra barcos estrangeiros. Segundo o correspondente da Efé em Luanda, os comandantes dos barcos e companhias marítimas já alertaram as autoridades portuárias para o recrudescimento dos assaltos concretizados com o recurso a pequenos e rápidos botes de borracha tripulados por grupos armados até aos dentes, que esvaziavam os cofres dos barcos. Em Agosto, segundo a agência, dez navios fundeados na baía foram assaltados com um rasto de tripulantes feridos e de prejuízos materiais.

PERFIL Marcelino Moco

Quando Marcelino José Carlos Moco passou a fazer parte do BP do MPLA na sequência do último congresso do partido, o facto quebrou um «enguiço» de muitos anos: finalmente um elemento da tribo ovimbundu (a mais numerosa do país) ascende à principal instância de decisão política do MPLA.

O activismo político de Marcelino Moco remonta à altura do 25 de Abril. Era então um estudante finalista do antigo Liceu Norton de Matos, no Huambo. As suas simpatias pela UNITA eram notórias, a exemplo, aliás, de quase toda a sua família. Um irmão seu tem hoje um lugar preponderante no movimento de Jonas Savimbi.

Em 1976, quando a UNITA foi forçada a abandonar o Huambo, o jovem Marcelino chegou mesmo a planear integrar-se na «longa marcha» que levaria Jonas Savimbi até às Terras do Fim do Mundo. Mudou de ideias por influência de dois professores do Liceu, onde entretanto tinha passado a leccionar.

Os dois professores, A. Borba e o próprio reitor, tinham-no convencido de que seria nas estruturas do MPLA que ele poderia fazer carreira, «já que a UNITA estava condenada a desaparecer». Estruturalmente ambicioso (também o definem como vaidoso e autoconvencido), Marcelino rendeu-se aos argumentos dos colegas e algum tempo depois estava no Ukuma como coordenador da JMPLA.

Já então demonstra apetência para se rodear de médiocres e incompetentes que manobra como quer e lhe permitem brilhar sozinho. Lopo Bravo, também identificado por sentimentos racistas, é um dos elementos favoritos da sua «corte». A missão no Ukuma corre bem e acaba por voltar ao Huambo, agora como coordenador do DIP provincial, substituindo Rui Castro. Desta vez o seu desempenho é mais apagado.

Apesar de «algumas provas dadas», o seu militantismo no MPLA é considerado pouco convincente. Desconfia-se mesmo que mantenha dissimuladas ligações à UNITA, através da família. A Segurança do Estado (polícia política), cuja delegação no Huambo é então dirigida pelo capitão António Carlos, entretanto morto numa emboscada na Chiva, chega mesmo a vigiar Moco.

Estas suspeitas sobre ele — linha entretanto aido eleito para o comité provincial do MPLA no Huambo e começara já a dar importância à sua autopromoção pública — vão manter-se até que Lúcio Lara, numa assembleia de militantes no Petro Atlético, aponta Moco e o seu amigo Lopo Bravo como dois «revolucionários exemplares».

Logo a seguir é seleccionado para um curso de superação política em Luanda, na Escola do Partido. Os professores cubanos encarregam-se de o «industrial» na ideologia marxista-leninista, que intimamente, no entanto, não parece convencido. Regressa ao Huambo, para onde entretanto tinha sido nomeado um novo comissário, Ernesto Santos (Liberdade), com o qual começa a ter conflitos. O comissário considera-o «um garoto arrogante e prepotente».

Passa então a usar as suas influências para manobrar contra o comissário — um «apparatchick» do CC do MPLA. Fomenta contra ele intrigas que vão desde umas «negociatas» de motorizadas para Malanje, até ao facto de se ter casado com uma ex-militante da UNITA ligada a uma família da Caála com fortes afinidades a Jonas Savimbi e família Vianey.

As hesitações políticas, que aparentemente ainda persistem nele (diz-se que ainda «balança» entre o MPLA e a UNITA), desfazem-se definitivamente quando um grupo de guerrilheiros de Jonas Savimbi lança um golpe de mão contra o Baitro Joaquim Kapango, do Huambo. Tal como toda a nomenclatura, é ali que Moco reside.

O objectivo dos guerrilheiros é claro — raptar Moco — e para que não houvesse dúvidas não se cansam de gritar «queremos o Moco». Providencialmente Moco conseguiu fugir abandonando a sua casa pelas traseiras, ajudado por um guarda-costas. Apesar de tudo fracturou um pé ao saltar do muro do quintal.

Este episódio convence-o finalmente de que na UNITA nem o irmão o poderia salvar e opta então, como uma espécie de «no choice», pelo MPLA, de alma e coração. Pouco depois é eleito para o CC do MPLA, vindo entretanto a ser nomeado comissário provincial do Bié e depois do Huambo.

CCPM retoma normalidade já esta semana

Processo eleitoral angolano desbloqueado parcialmente

José Ricardo

Correspondente em Washington

O PROCESSO eleitoral angolano foi desbloqueado parcialmente nas últimas reuniões da Comissão Conjunta Político-Militar, em Luanda, segundo disseram fontes próximas da UNITA. O processo de negociações foi retomado depois de um forte protesto do movimento de Jonas Savimbi, seguido de diligências diplomáticas dos Estados Unidos junto dos mais altos níveis do Governo da RPA. Todavia, o retomar do funcionamento normal da CCPM só deverá ocorrer na próxima semana.

No documento da UNITA com as condições para retomar as negociações no âmbito da CCPM, que abandonou após o seu protesto pelo atraso no cumprimento do calendário do processo de paz, incluíam-se as seguintes exigências: a garantia de que o Governo da RPA não procuraria, de forma nenhuma, dilatar o período de realização das primeiras eleições livres em Angola, para além do prazo previsto nos acordos de paz, e a adopção imediata do calendário do processo eleitoral, com base no documento de trabalho resultante de propostas das duas partes.

A UNITA tinha apresentado a sua resposta à proposta eleitoral da mediação portu-

guesa na CCPM, a 6 de Setembro, e só nas últimas reuniões, depois de a UNITA se ter retirado, é que a RPA apresentou a sua resposta.

Este facto e o preenchimento, aparentemente satisfatório, das exigências relativas ao acantonamento das forças militares da RPA estão a criar as condições para que a CCPM possa voltar a funcionar normalmente, segundo acrescentaram fontes próximas da UNITA.

As propostas eleitorais da RPA e da UNITA apresentam alguns pontos aparentemente convergentes, outros divergentes, mas a simples existência destes dois documentos permite desbloquear o processo, coincidindo com a presença em Washington do Presidente José Eduardo dos Santos, que será recebido amanhã pelo Presidente Bush, na Casa Branca, em visita particular.

Alguns membros das duas Câmaras do Congresso e grupos conservadores apoiantes da UNITA têm desenvolvido diligências no sentido de a Administração Bush pressionar o Presidente de Angola para que concorde com a realização de eleições gerais em Setembro de 1992.

O lobby do Governo da RPA também está a movimentar-se activamente para defender os pontos de vista de Luanda, destacando-se do

calendário da visita de José Eduardo dos Santos o discurso que deverá pronunciar perante empresários americanos sobre «A transição de Angola para uma economia de mercado».

Mas será indiscutivelmente o cumprimento dos acordos de paz e a calendarização do acto eleitoral que aqui merecerão maior atenção.

O MPLA e a UNITA divergem, em cerca de 15 dias, quanto ao início das consultas com todas as forças políticas angolanas para a realização da data das eleições. A delegação da RPA propôs a data de 30 de Outubro, a UNITA avançou com 15 de Outubro. A UNITA quer que o processo de consultas esteja concluído até 30 de Novembro, e que até essa data seja anunciada pelo Governo da RPA e pela CCPM a data das eleições. O MPLA quer mais um mês para a conclusão do processo.

Existem outras divergências quanto a datas e questões administrativas no período até às eleições, mas fontes próximas da UNITA adiantaram, com aparente optimismo, que a deslocação de tropas que o MPLA estava a efectuar para as áreas de acantonamento, nos últimos dias, e a sua proposta sobre o processo eleitoral deveriam permitir o retomar dos trabalhos normais da CCPM.

Em encontro com o vice-presidente Dan Quayle

Savimbi apresenta pontos de litígio

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, «continua empenhado no processo de paz» em Angola, tendo apresentado sete pontos de litígio com o Governo de Luanda, segundo afirmou ontem, em Abidjan, o vice-presidente norte-americano, Dan Quayle, no final de um encontro com o dirigente rebelde.

«Savimbi assegurou-me pessoalmente que permanece empenhado no processo de paz», afirmou Dan Quayle, que precisou os pontos que a UNITA pretende resolver com o Governo de Luanda. O reagrupamento imediato das forças governamentais (FAPLA), a fixação de uma data precisa para as eleições e novas trocas de prisioneiros são três das sete questões colocadas pela UNITA.

Savimbi exige igualmente a liberalização do comércio fronteiriço, o fim das importações de armas por Luanda, a liberdade de circulação para as populações, o fim das incursões internas e a criação do novo exército nacional.

«Esperamos que o Presidente

José Eduardo dos Santos esteja em condições de fornecer algumas respostas a estas inquietações, durante a sua visita a Washington», afirmou Dan Quayle. O Presidente Eduardo dos Santos inicia amanhã a sua primeira visita aos Estados Unidos, onde deverá encontrar-se com o seu homólogo norte-americano, George Bush.

Apesar do carácter não oficial da visita, Eduardo dos Santos tem igualmente agendados encontros com o secretário de Estado adjunto para os Assuntos Políticos, Lawrence Eagleburger, com o subsecretário de Estado, Herman Cohen, com o secretário do Comércio, Robert Moshbacher, e com influentes membros do Senado e da Câmara dos Representantes.

Esta visita tornou-se possível com a assinatura dos acordos de paz do Estoril, que na opinião generalizada dos meios políticos de Washington estão a ser aplicadas «dentro das previsões», apesar dos atrasos e outros problemas que paralisaram a Comissão Conjunta Político-Militar.

«No princípio, prevíamos problemas, e quando eles não aconteceram dizia-se que corria tudo melhor do que o previsto. Agora há alguns problemas, mas isso é normal. Não podemos dramatizar a situação e é preciso resolver essas questões, como parece que a UNITA e o MPLA estão a fazer», declarou à agência Lusa uma fonte da Administração Bush.

Aparentemente, a reunião informal da Comissão Conjunta Político-Militar, realizada na sexta-feira, em Luanda, teve resultados positivos, e isso desanuviou o ambiente para a visita de Eduardo dos Santos a Washington. Diplomatas envolvidos na preparação desta viagem disseram esperar «avanços em assuntos de interesse comum».

Segundo essas fontes, o Governo angolano pretende abordar a possibilidade de abertura de uma secção de interesses angolanos em Washington, convidando os Estados Unidos a fazerem o mesmo em Luanda.

De acordo com fontes da Administração norte-americana, «os an-

golanos podem abrir um escritório em Washington, mas só terá um carácter diplomático quando o Governo de Angola for reconhecido, após as eleições».

José Eduardo dos Santos pretende, ainda, «sensibilizar os dirigentes americanos para a necessidade de participarem na reconstrução do país». Angola ainda consta da lista oficial americana de países marxistas-leninistas, que impede o financiamento dos EUA, mas a Administração já manifestou o desejo de alterar essa situação.

Entretanto, a agência oficial angolana revelou, ontem, que elementos da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) amputaram as orelhas de seis pessoas, três angolanos e três zairenses, numa acção desencadeada na estrada que liga a vila de Landuna ao mercado de Massabi, na fronteira com o Congo. A agência Angop, que citou uma das vítimas, afirmou que os guerrilheiros da FLEC atacaram cinco camiões privados, que faziam a ligação entre as duas vilas.

Presidente de Angola leva aos EUA empenho de Luanda na democracia

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, partiu ontem para os EUA, onde levará a mensagem de empenhamento de Luanda no processo de democratização do país.

O PRESIDENTE da República Popular de Angola, durante a visita privada de cinco dias aos Estados Unidos, será recebido hoje, em Washington, pelo seu homólogo norte-americano, George Bush, encontro que se reveste de particular importância.

De facto, Washington nunca reconheceu o Governo da República Popular de Angola — no Poder desde 1975 — e sempre apoiou a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o movimento de oposição armada ao Executivo angolano. Os EUA têm a intenção de reconhecer o Estado angolano após as eleições livres, agendadas para Setembro de 1992.

No encontro entre os dois chefes de Estado — primeira reunião da agenda de trabalhos de José Eduardo dos Santos nos EUA —, será analisado o processo de paz em Angola cuja aplicação está a



Uma agenda sobrecarregada espera o Presidente angolano nos Estados Unidos. © LUSA

ser supervisionada por uma Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), formada por delegações das duas partes angolanas e por observadores norte-americanos, soviéticos e portugueses. Esta comissão foi criada pelos acordos de paz de Bicesse — assinados a 31 de Maio último em Portugal — que pôs termo a mais de 15 anos de guerra civil em Angola.

Da agenda de José Eduardo dos Santos constam ainda encontros com membros das duas câmaras do Congresso, empresários, banca, imprensa, universidades, organizações não governamentais de auxílio, secretarias de Estado e do Tesouro e ainda com o grupo Black Caucus, que tem representação no Congresso, e com as chefias do Banco Mundial e do FMI.

O chefe de Estado angolano, que viaja acompanhado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, do Plano, das Finanças e do Petróleo, respectivamente, Van-Dunem, Emanuel Carneiro, Aguiñaldo Jaime e João Landrite, reunir-se-á com os Think Tanks, estruturas norte-americanas que condicionam linhas de política aos vários níveis.

No Fórum para os Estudos Estratégicos Internacionais, o Presidente angolano deverá abordar, entre outros, temas de política regional e as grandes linhas de força da política angolana para a África Austral.

No Carnegie Endowment for International Peace, falará dos esforços do seu Governo para instaurar um regime multipartidário e dos reflexos da acção angolana na política sub-regional, incluindo a independência da Namíbia e a retirada cubana da costa leste africana.

Na Câmara do Comércio dos EUA, José Eduardo dos Santos explicará as razões que levaram Angola a escolher determinado momento para optar pela economia de mercado e as dificuldades da transição entre sistemas, e apelará também para a ajuda à reconversão e reestruturação económica do seu país.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 DE SETEMBRO DE 1991

Católicos angolanos contra aborto

CATÓLICOS ANGOLANOS devolveram 99 cupões ao *Journal de Angola*, que os havia dirigido a alguns leitores para, assim, realizar uma minisondagem. Os 99 angolanos quiseram manifestar-se, deste modo, contra a eventual legalização do aborto por ser «crime e pecado».

Os resultados da sondagem foram divulgados esta semana e, depois de analisados, deram este resultado: das 231 respostas, 24 foram con-

sideradas nulas, 22 a favor da legalização do aborto e 185 contra uma eventual legalização do mesmo.

«A sondagem suscitou a mais viva repulsa dos cristãos», declarou uma fonte do jornal, acrescentando que a reacção veio de «grupos de pessoas, nomeadamente ligadas a entidades religiosas».

O aborto foi considerado pelos angolanos inquiridos como «crime e pecado» por 128 pessoas, «crime» por 27 e

«pecado» por 12. Seis deles declararam o aborto como «um direito» e 18 como «um mal».

Para além disso, 96 consideraram que «não se deve negar a vida a um ser humano», e 85 afirmaram que não se deve incentivar «o sexo irresponsável e negar a vida a um ser humano».

As 22 respostas a favor invocam o recurso a métodos ilegais, o facto de ser um mal necessário e um direito para

evitar filhos indesejados.

Para combater o aborto e gravidezes indesejadas, 191 respostas apontaram uma melhor educação sexual nas escolas, melhor planeamento familiar e venda livre de anti-conceptivos.

Dos homens que responderam, três declararam o aborto um «direito», mas 88 disseram que era «um pecado e um crime, sendo 11 a favor e 116 contra a legalização do aborto».

José Eduardo dos Santos recebido hoje na Casa Branca

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 16 SETEMBRO 1991

Um dos temas centrais da reunião de hoje na Presidência dos Estados Unidos — e dos posteriores contactos do Chefe de Estado angolano com o vice-secretário de Estado, Larry Eagleburger e com o sub-secretário para os Assuntos Africanos, Herman Cohen — é a abertura de uma missão diplomática de Angola em Washington.

Fontes diplomáticas angolanas disseram desejar abrir esta missão, "mesmo sabendo que os Estados Unidos só vão reconhecer o Governo de Angola depois das eleições".

Porta-vozes oficiais americanos esclarecem, por outro lado, que "uma representação de Angola pode ser aberta na capital, mas adiantam que o seu carácter diplomático "seria incompatível" com o não reconhecimento do Governo de Luanda.

Todavia o PÚBLICO apurou que existe, de parte a parte, o desejo de melhorar o diálogo entre Washington e Luanda e que se procuram alternativas que permitam a Angola ter uma missão diplomática na capital americana sem que isso implique o reconhecimento do seu Governo pelos Estados Unidos.

Uma das ideias abordadas inicialmente consistiu na abertura de uma "filial" da missão angolana nas Nações Unidas, mas essa hipótese foi afastada porque os diplomatas acreditados na ONU estão legalmente impedidos de exercer as suas funções oficiais fora da cidade de Nova Iorque.

Fontes bem informadas disseram, contudo, esperar que "se encontre uma saída" a tempo das conversações oficiais de hoje. A UNITA tem militado contra qualquer reconhecimento do Governo do MPLA e os Estados Unidos alteraram, inclusivamente, as condições para esse reconhecimento.

Antes do Estoril

Antes dos acordos do Estoril, Washington exigia "um acordo para uma genuína reconciliação nacional, conduzindo a eleições livres, justas e multipartidárias". Assinados os acordos de paz, os Estados Unidos esclareceram que só reconheceriam o Governo "saído das eleições", previstas para Setembro de 1992.

Fontes diplomáticas angolanas garantem que José Eduardo dos Santos "não vai pedir nada", mas poderá dizer a Bush que o seu Governo já deu suficientes provas de boa fé para ser reconhecido.

Aliás, essas mesmas fontes afirmam que o nível e a quantidade de contactos governamentais agendados para esta visita fazem dela "uma viagem, para todos os efeitos, oficial".

Durante a reunião de hoje na Casa Branca, com a duração prevista de vinte minutos, George Bush tenciona sublinhar ao seu interlocutor a necessidade dos acordos de paz para Angola serem cumpridos dentro dos prazos previstos, segundo disse ao PÚBLICO uma fonte oficial.

A mesma fonte disse que Bush deverá felicitar José Eduardo dos Santos pela conclusão dos acordos de paz, felicitar o empenho dos Estados Unidos na democratização de Angola e reafirmar a neutralidade de Washington no processo eleitoral.

José Eduardo dos Santos deverá, segundo fontes diplomáticas angolanas, agradecer a contribuição americana para o processo de paz, apelar à neutralidade no decurso do processo eleitoral e garantir que Angola aplicará os acordos "até às últimas consequências", ou seja, "até que haja eleições multipartidárias".

O Presidente de Angola tenciona, nos seus contactos com membros da Administração, do Senado e da Câmara dos Representantes, apelar à revogação de legislação "restritiva" que Luanda considera "prejudicial a melhoria das relações comerciais bilaterais". Nomeadamente, Angola pretende ser retirada da lista americana de países marxistas, uma vez que já abandonou formalmente aquela ideologia.

Crê-se que o ambiente da visita, não sendo idêntico ao das deslocações de Jonas Savimbi a Washington, será positivo. Para tanto contribuíram os progressos feitos pela UNITA e pelo Governo, na resolução dos problemas que afectavam as conversações de paz.

A UNITA abandonou a semana passada a Comissão Conjunta Político-Militar, e as acusações de que o MPLA não estava a acantonar as tropas e atrasara o processo eleitoral levaram os amigos de Savimbi no Congresso norte-americano a desenvolver uma campanha que envolveu o envio, em pouco mais de 24 horas, de duas cartas para a Casa Branca.

Uma delas, assinada por mais de duas dezenas de congressistas, exorta Bush a "manter a política de não-reconhecimento" do Governo de Luanda e a expressar a José Eduardo dos Santos "a grande preocupação dos Estados Unidos acerca das violações dos acordos de paz cometidas pelo MPLA, e o seu obstructionismo do processo de paz".

Senadores contra reconhecimento

Outra missiva, endereçada a George Bush por cerca de uma dezena de senadores, pede ao Presidente para não reconhecer o Governo angolano: "Estamos certos de que reconhece a importância de não dar qualquer vantagem ao regime marxista do MPLA, independentemente de quaisquer disfarces reformistas de última hora".

Julga-se que o facto da UNITA estar já aparentemente disposta a regressar à Comissão Conjunta Político-Militar contribuirá para melhorar a atmosfera que rodeia a visita do Presidente angolano.

Jonas Savimbi declarou no sábado à emissora Voz da América que a decisão da UNITA retomar o seu lugar se deve ao facto de, após as conversações com o vice-presidente Dan Quale, em Abidjã, capital da Costa do Marfim, os rebeldes terem concluído que "as questões que os preocupam são legítimas, mas que o fórum apropriado para a sua discussão é a CCPM e não fora dela".

Savimbi disse que a UNITA vai comparecer à reunião formal da CCPM de amanhã, para continuar a discutir os problemas que levaram à suspensão das suas actividades na CCPM. Afirmou estar satisfeito com as respostas apresentadas pelo Governo — que, segundo ele, já iniciou o acantonamento das tropas — com excepção da que se refere ao problema do calendário eleitoral, "que não satisfaz a UNITA nem os observadores".

Uma proposta-síntese dos observadores portugueses na CCPM acerca do calendário eleitoral, a que o PÚBLICO teve acesso, prevê de 15 de Setembro a 15 de Outubro contactos com as forças políticas sobre a revisão constitucional, preparação das leis eleitorais, decisão de realizar as eleições presidenciais e as legislativas em conjunto ou em separado, e determinação do tempo de campanha eleitoral.

Nos termos daquela proposta, as consultas para a fixação de uma data para as eleições deveriam ter início a 10 de Outubro e estarem concluídas a 30 de Novembro. Até ao fim daquele mês deviam, ainda, ser escolhidos os convidados a observadores para o recenseamento, campanha eleitoral e eleições.

Até 15 de Dezembro a CCPM devia proceder à primeira avaliação dos preparativos para as eleições, e o recenseamento eleitoral teria lugar entre 1 de Dezembro de 1991 e 30 de Junho de 1992.

Desconhece-se a resposta do Governo, que segundo a UNITA é satisfatória, mas sabe-se que Luanda argumenta que não pode dar início imediato aos contactos com as forças políticas, porque os partidos ainda não estão legalizados — mas sim, e apenas, as suas Comissões Instaladoras.

A UNITA, de acordo com o texto da sua resposta obtida pelo PÚBLICO, concordou em quase todos os pontos da proposta-síntese portuguesa, preconizando a adição de cláusulas especiais, no processo eleitoral, "para pessoas que não sabem ler". ■



Cabo Verde

Ponte para um mercado de 200 milhões

Com a sua situação geo-estratégica privilegiada na encruzilhada das rotas entre a Europa, a África e as Américas do Sul e Central, com o seu clima, as suas costas marítimas, as suas potencialidades pesqueiras e a sua vocação de porta para o mercado da CEDEAO — 16 países, 200 milhões de habitantes —, Cabo Verde pode ser «um caso» entre os países africanos de independência recente e um parceiro importante de Portugal

A REPÚBLICA de Cabo Verde, com as suas dez ilhas e os seus cinco ilhéus situados na parte meridional do Atlântico Norte, disfruta devido à esta privilegiada localização de uma posição geo-estratégica importante. Encontrando-se na encruzilhada das rotas marítimas e aéreas que ligam a Europa, a África e as Américas do Sul e Central, pode de novo vir a ser o ponto de passagem obrigatório, a porta imprescindível, para quem percorrer aquelas rotas visando de continente para continente.

É não só como antes em busca do abastecimento e das comunicações — era lá que os vapores ancoravam carvão e era lá que os marinheiros e passageiros encontravam uma estação de cabo submarino — mas também na demanda do transporte de passageiros e de mercadorias que se fazem negócios ou da albergaria onde se repousa.

O seu clima suave (24 graus centígrados de média anual), os seus 965 quilómetros de linha de costa marítima de paisagem variada e rica fauna piscícola a permitir a pesca desportiva, balnear, insular ou uma rica actividade turística complementam daquela outra de porta do Atlântico com larga vocação para os serviços de apoio aos transportes e às comunicações.

A história recente de Cabo Verde foi a de um país em construção, tentando afirmar-se no quadro das nações independentes com a sua personalidade própria e a autonomia económica possível para um país de poucos recursos naturais como ele é.

Mesmo assim, não serão muitos os resultados pois que, segundo o Banco Mundial, o PNB cabo-verdeano cresceu entre 1980 e 1987, em termos reais, a uma taxa anual média de 3,3 por cento, ainda passado de à roda de 150 milhões de dólares em 1986 para 190 milhões em 1988.

Também o rendimento «per capita» tem vindo a crescer, recordando alguma melhoria no nível de vida da população, que é ainda baixo, posto que não quando comparado com a maioria dos outros países da África negra de independência recente. Em 1988, ainda segundo estimativas do Banco Mundial, esse rendimento «per capita» era de 760 dólares.

A taxa de inflação reflecte igualmente as melhorias económicas conseguidas, pois que tendo sido, em média anual, de 13,9 por cento entre 1980 e 1987, era

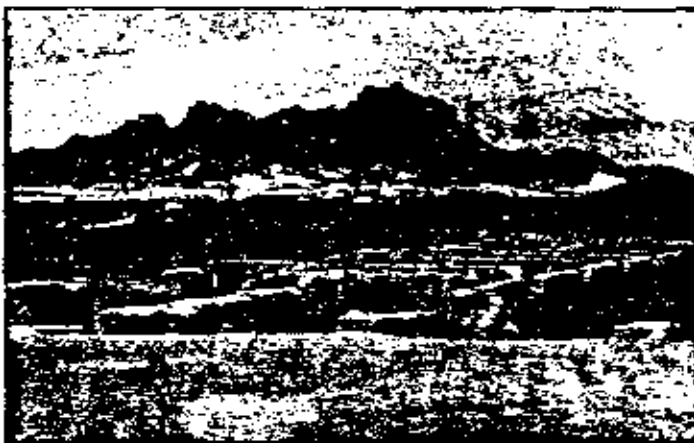
em 1988 já inferior aos dez por cento.

Um outro aspecto que faz a diferença entre Cabo Verde e os restantes países africanos é o da sua dívida externa. Embora tendo atingido os 120 milhões de dólares em 1988, com um serviço anual rondando os 7 milhões, Cabo Verde tem vindo a cumprir regularmente os seus compromissos, para além de ter constituído algumas reservas de divisas que equivalem, em média, ao valor de três trimestres de importações.

Ainda uma outra interessante faceta da política social e económica que o país tem seguido é a das relações que mantém com os seus emigrantes, mesmo com aqueles que se fixaram definitivamente fora do país (nos Estados Unidos e em Portugal, principalmente). É que não só esses emigrantes, quando podem, visitam a sua terra de origem como fazem para lá remessas de dinheiro. Em 1987, por exemplo, essas remessas somaram 25 milhões de dólares.

O verso da medalha

A este quadro positivo, em potencialmente positivos, outros negativos se apresentam. Destes, o mais grave será a falta de capacidade de criar empregos para uma população cujo crescimento médio anual ronda os 3



Cabo Verde poderá vir a ser ponto de passagem obrigatório nas rotas entre África, Europa e Américas, se as infra-estruturas o permitirem

por cento e cuja pirâmide etária é muito jovem, com 36 por cento de indivíduos menores de quinze anos.

Segundo as autoridades cabo-verdeanas, posto que sem garantias de não ser ajudado por a situação, o arquitépico conta com uma taxa de desemprego da ordem dos 35 por cento, com perspectivas de agravamento e das conseqüentes ameaças de instabilidade social.

Por outro lado, a balança de pagamentos do país é deficitária e ameaça continuar a sê-lo nos próximos anos. É que Cabo Verde tem de suportar a maior parte dos seus bens essenciais, com destaque para 90 por cento da alimentação, e até agora, os ingressos no país provêm essencialmente da ajuda internacional e das remessas dos emigrantes, sendo ainda fraca a componente prestada de serviços cuja vocação é balnear.

Dal que, desde Novembro de 1988 (III Congresso do PAZCV) as autoridades tinham optado por uma nova linha de acção no campo económico, caracterizada principalmente pela aposta em dois sectores: a abertura de Cabo

Verde ao exterior e o reforço do papel da economia privada.

E, com algumas «análises», embora, esta parece ser também a linha de acção do actual governo, o primeiro saída de eleições a que concorreram várias forças partidárias. Para entre, porém, além dos serviços para que Cabo Verde está vocacionado e do reforço do seu papel de entreposto, o sector de pescas está a merecer uma particular atenção. E não só devido às potencialidades reais do país no sector, mas também pelo efeito multiplicador que aquela actividade poderá ter na sua economia.

As realidades actuais em números

São escassos e não muito recentes os números disponíveis acerca da economia cabo-verdeana. Mas alguns há que, mesmo assim, poderão dar uma ideia do que é e do que pode ser aquele país.

Na formação do PNB (números de 1986) verifica-se a seguinte distribuição, em percentagem, segundo «The Europe

World Yearbook»: Agricultura e pescas: 20,6; Indústrias extractivas: 0,5; Indústrias transformadoras: 5,3; Electricidade, gás e água: 2,8; Construção: 20,4; Comércio e hotelaria: 24,6; Transportes e comunicações: 12,4; Serviços: 13,4. Destas percentagens se desprende o forte contributo do sector primário, apesar posicionado, no entanto, em relação à mão-de-obra que ocupa (45 por cento), bem como do sector da construção. Esta última impulsionada pelas fortes carências de habitação existentes à data da independência, pelas remessas dos emigrantes e pela ajuda internacional na construção de infra-estruturas.

A forte componente terciária aponta, como já dissemos, para uma das vocações do país. Mas voltando à mesma fonte, podemos adiantar as seguintes produções:

Agricultura (produções em milhares de toneladas): — milho: 8; batata: 3; mandioca: 4; banana: 6; leguminosas: 13; caca: 10; cana-de-açúcar: 16; banana: 5.

Pescas (capturas em milhares de toneladas): — 1985: 10,2;

1986: 6,2; 1987: 6,5.

As pescas são acompanhadas de um incipiente sector Industrial de conservação e congelação e dão um importante contributo às poucas exportações do país — entre 70 e 80 por cento do valor total.

Quanto à restante indústria ela é ainda muito frágil, mas poderá vir a ser importante, sobretudo através da instalação no país de fábricas com a participação de capitais e «know-how» estrangeiros, as quais, aproveitando a mão-de-obra existente, poderão integrar a mais-valia local suficiente para que os seus produtos possam entrar como nacionais nos mercados da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) a que Cabo Verde pertence. Já há algumas experiências neste sentido, sobretudo nas áreas dos têxteis, das tintas, dos medicamentos e das doces.

O desenvolvimento deste sector, que poderá contar com as já citadas facilidades de mão-de-obra que ali possui, uma qualificação inicial muito baixa de mão-de-obra, dependerá também da melhoria de algumas infra-estruturas, nomeadamente na área dos transportes.

Os empresários portugueses, beneficiando das excelentes relações entre os dois países, da facilidade de contacto entre os dois povos, do «know-how» de que dispõem nos sectores mais adequados à economia cabo-verdeana, poderão ter um papel importante no desenvolvimento daquele país e das relações dele com Portugal: nas pescas, nas indústrias transformadoras (têxteis, alimentares, calçado, químicas, etc.), no turismo e nas infra-estruturas para as pescas, os transportes e as comunicações.

As relações comerciais Portugal-Cabo Verde

Portugal é o principal parceiro de Cabo Verde, sendo que este país foi no ano passado o terceiro maior cliente português de África, depois de Angola e de Marrocos.

O nosso país exportou para Cabo Verde mercadorias no valor de 5677 milhões de contos em 1989 e de 7003 milhões em 1990, importando de lá nos mesmos anos 320 e 337 milhões de contos, respectivamente.

No último ano, as exportações portuguesas para Cabo Verde distribuíram-se da seguinte forma, em percentagem, pelos grandes grupos: combustíveis e óleos minerais: 17,4; obras diversas: 8,3; gorduras e óleos: 8,5; máquinas, aparelhos e material eléctrico: 5,3; máquinas e aparelhos mecânicos: 5,2; plásticos: 4,6; papel, cartão e suas obras: 3,9; obras de ferro e aço: 3,8; bebidas alcoólicas: 3,5; sabões, ceras e velas: 2,8; ferro fundido, ferro e aço: 2,7; móveis e mobiliário doméstico: 2,7; borracha e suas obras: 2,4; madeira e suas obras: 1,9; produtos alimentares: 1,8; produtos farmacêuticos: 1,8. Como se vê, uma gama muito variada de produtos.

Nas importações portuguesas de Cabo Verde predominaram as frutas (85,1 por cento), seguidos pelas peles e os crustáceos (6,8) e as peles e couros (5,6).

Portugal financia ampliação do aeroporto do Sal

PORTUGAL vai conceder a Cabo Verde um financiamento de cerca de oito milhões de dólares (1,2 milhões de contos) para obras de ampliação no aeroporto do Sal, informou o ministro da Economia e Transportes cabo-verdeano, Manuel Chantre.

Foi este financiamento que trouxe a Portugal a responsabilidade pela economia cabo-verdeana, numa visita de «trabalho».

«A questão tinha já sido tratada anteriormente, mas era necessário tomar uma decisão. Tive uma reunião com o secretário de Estado das Finanças, Elias da Costa, em que ficou tudo tratado. O acordo será assinado

em Setembro, quando o ministro das Finanças de Cabo Verde se deslocar a Portugal», afirmou Manuel Chantre.

A ampliação do aeroporto do Sal, que prevê nomeadamente a construção de um terminal de carga e outro de correios, consta de um projecto integrado que inclui também a construção de um aeroporto na capital cabo-verdeana, Cidade da Praia, na ilha de Santiago.

O projecto global, orçado em 40 milhões de dólares, conta com financiamentos do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) e do BADEA (Banco Árabe de Desenvolvimento Económico em África). O financiamento português re-

porta-se exclusivamente à ampliação do aeroporto da ilha do Sal, cuja falta representa 20 por cento dos custos totais do projecto integrado.

O ministro Manuel Chantre adiantou que o projecto foi já iniciado, no que respeita à parte de financiamento nacional, tendo sido feitas as obras de terraplenagem no aeroporto da Praia, orçadas em cinco milhões de dólares.

A parte do projecto com financiamento externo deverá poder avançar no início de 1992, devendo as obras ficar concluídas dentro de dois anos, nos finais de 1993, referiu o ministro.

Durante a estada de uma semana em Lisboa, Manuel

Chantre manteve também contactos de cordia com os ministros portugueses das Obras Públicas e Transportes e falou com empresários portugueses, com o quais tentou acelerar processos já em andamento ou explorar novas possibilidades de cooperação bilateral.

De momento, disse o ministro, há 50 empresários efectivamente interessados em investir em Cabo Verde.

Manuel Chantre informou que a Petrolairá surgir como fornecedor de combustível no aeroporto do Sal, associada à empresa cabo-verdeana Enacol, tendo como cliente a companhia aérea «South African Airways».

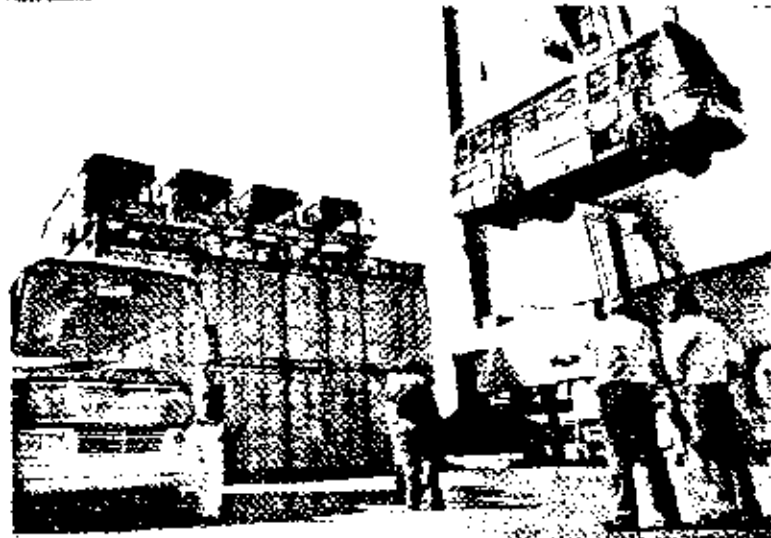
Transportes urbanos geridos pela empresa portuguesa

Tertir exporta autocarros para Bissau

A TERTIR embarcou ontem no porto de Leixões 10 autocarros de média dimensão destinados aos transportes urbanos da cidade de Bissau, na Guiné-Bissau. A empresa portuguesa é a concessionária dos transportes colectivos locais através da Transfer, sociedade controlada maioritariamente pelo grupo português mas que tem também a participação de investidores locais.

Estes autocarros novos adquiridos à Salvador Caetano vão, segundo Rodrigo Leite, presidente da empresa, "suprir uma carência fundamental" de Bissau, cidade com 300 mil habitantes mas com uma ausência de meios

PAULO MARIANTE



Autocarros portugueses vão assegurar as necessidades básicas na Guiné

de transporte gritante. O investimento nestes veículos, de capacidade média para 50 passageiros, é de 150 mil

contos — incluindo os custos de instalação de oficinas e stock de peças sobresselentes. Numa fase posterior se-

rão investidos 100 mil contos em cinco autocarros de grande dimensão para os transportes inter-urbanos. "Não é o suficiente mas é o que podemos fazer para já", afirma Rodrigo Leite.

A Tertir, através da Transfer, tem uma concessão do Governo da Guiné-Bissau de 15 anos de prestação de serviços nos transportes urbanos e interurbanos. O mesmo tempo dura também a concessão da Cimafro, empresa que vai produzir cimentos, e Quiport, concessionária do porto de Bissau. O volume

de investimentos globais neste país é, nesta primeira fase, de um milhão de contos. ■ B.D.

Oposição a Nino quer conferência

PERÍODO
SEXTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO 1991

OS PARTIDOS da oposição guineense vão promover uma conferência nacional para debater a problemática do processo de democratização na Guiné-Bissau iniciado em Fevereiro último. A conferência, de iniciativa da resistência da Guiné-Bissau (Movimento Bafatá) e que deverá ter lugar na capital guineense antes do V Congresso do PAIGC, marcado para Novembro próximo, conta à partida com o apoio das principais forças da oposição. Ontem, Augusto Mansoa da direcção política do Movimento Bafatá, disse à imprensa que o partido no poder (PAIGC) vai ser convidado, porque em debate estarão questões da vida nacional que a todos interessam. A presença de representantes da "Carta dos 121", que defendem a necessidade de um diálogo aberto com a oposição, é também dada como certa. ■

Longra cria empresa em Cabo Verde

O JORNAL
13.9.1991

A EMPRESA de mobiliário de escritório Longra constituiu recentemente uma «joint-venture» com um empresário cabo-verdiano, no sentido de instalar uma unidade fabril de produtos metálicos em Cabo Verde, por forma a dar resposta às carências deste país nas áreas de mobiliário de escritório, hospitalar e escolar. A unidade fabril em estudo poderá ser criada na cidade da Praia, através da construção de um edifício novo, ou no Mindelo, através da reabilitação de uma unidade existente.

Esta «joint-venture» é o primeiro resultado da participação da Longra, Organização e Equipamentos para Escritório, S.A., na «3.ª Semana de Portugal em Cabo Verde», organizada pela AIP

e que decorreu no passado mês de Junho.

Esta realização, que teve lugar no Mindelo, ilha de S. Vicente, contou com a presença de meia centena de expositores e foi acompanhada por uma missão empresarial composta por seis dezenas de representantes de 25 empresas e entidades portuguesas.

Já presente em Cabo Verde, na vertente exportação, a Longra é neste momento a empresa responsável pelo equipamento do Banco Central daquele país, razão pela qual Carlos Silva, presidente da empresa, aposta fortemente na concretização do projecto da unidade fabril, como «estímulo, prova do bom relacionamento e da cooperação de Portugal em Cabo Verde».

LUÍS DE ALMEIDA CABRAL*

Os fantasmas da Democracia

O mundo segue com interesse crescente a nova etapa da vida política nos novos países africanos. A legitimidade da heroica luta que conduziu à libertação dos nossos povos e à conquista do poder pelas organizações que lideraram esse processo histórico, segue-se à abertura à democracia e ao pluripartidarismo. A vitória da libertação passa assim definitivamente a constituir o património de toda a Nação, agora chamada a escolher livremente os homens que terão a nobre e exaltante tarefa de dar continuidade à obra levada a cabo. Em apenas algumas décadas, as nossas nações, para muitos ainda em gestação, atravessaram uma época histórica que outros povos em fases de desenvolvimento similares levaram séculos a ultrapassar.

Os exemplos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, onde os partidos da independência lideraram com convicção o salto para a democracia pluripartidária, vão-se repetir nos outros países africanos de expressão oficial portuguesa. Nem as guerras destruidoras de Angola e Moçambique, com todos os seus condicionamentos, puderam impedir a marcha já iniciada e angolanos e moçambicanos prepararam-se activamente para a nova etapa da vida política que, sem dúvida alguma, vai começar brevemente.

Resta a Guiné-Bissau. A Pátria de Amílcar Cabral, a primeira a proclamar-se em Estado soberano e a ser libertada do jugo colonial, é onde o regime insiste em manter o mesmo sistema de repressão que tem tomado possível a sobrevivência do poder nascido do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1960.

A história recente do movimento de libertação africano registou o papel de vanguarda que coube ao PAIGC na condução dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde à independência nacional.

Porque será então que o Povo da Guiné-Bissau, autor de uma das mais gloriosas páginas da libertação africana, com vitórias que foram decisivas para a destruição do retrógrado sistema colonial-fascista português, é hoje o último a ter acesso a uma verdadeira democracia?

Qualquer observador pode efectivamente constatar que até este momento, não se vislumbra na Guiné-Bissau nenhum sinal sério de mudanças na condução da vida política do país. A repressão, o medo, as prisões arbitrárias, as ameaças e tudo o mais que caracterizaram durante os últimos 10 anos o regime totalitário de Nino Vieira continuam a vigorar com a mesma violência. A única vontade que se impõe a todas as vontades e que não aceita a mínima contestação continua a ser a do Chefe de Estado guineense que não se sente capaz de enfrentar uma verdadeira democracia no país.

Certamente que uma verdadeira abertura política traria a oportunidade para se falar livremente dos momentos que se seguiram ao golpe de Estado, relembrar as vítimas deste acto de violência, ouvir os sobreviventes das prisões e torturas que atingiram os mais altos dirigentes do PAIGC e do Estado guineense. Podia-se então conhecer factos sobre os quais a mínima referência pode hoje conduzir a violentas repressões.

Para justificar o golpe de Estado, todos os meios foram bons. Ao lado da eliminação física e o afastamento de dirigentes e responsáveis, tudo o que convinha foi dito para convencer o povo a aceitar a violência de um acto que não tinha cabimento na natural evolução da vida política guineense. A abertura política seria para o heróico povo guineense a primeira oportunidade para ouvir as respostas às infames e graves acusações então proferidas contra a primeira República.

Mas há mais. Para se manter no poder, quando a razão começou a impor-se à emoção causada pelo irracional que se seguiu ao golpe de Estado, quando dificuldades de toda a ordem marcaram o dia-a-dia da vida do povo, a repressão e o crime atingiram os seus momentos mais dramáticos com a liquidação de outros dirigentes do Partido e do Estado. Nos comícios que se seguiram à abertura política, ficou-se-lhe seguramente a conhecer as últimas palavras dos que foram mortos ou deixados à morte nas prisões do actual regime. Ficou-se-lhe a saber mais sobre homens, combatentes de vanguarda da libertação do seu povo, que, em prisões de seus antigos camaradas de luta, terminaram os seus dias arrastando pelo chão das celas as pontas dos pés quando seus companheiros os ajudavam a alcançar os sanitários, como foi o caso do Comandante Foré N'Sitna.

Tudo isto para fazer calar as vozes que queriam protestar contra a situação cada vez mais difícil do país.

Foi quando surgiu a ideia da «liberalização» da economia. «Salve-se quem puder» foi a palavra de ordem que lançou o país nos braços de

uma verdadeira anarquia económica que só tem servido para abrir caminho a todas as injustiças sociais, criando condições ideais para que um grupo ligado directa ou indirectamente aos homens do poder aproveite da situação para fazer em pouco tempo verdadeiras fortunas pessoais, em detrimento do trabalhador guineense que vê o seu salário mínimo reduzido a menos de 20 dólares americanos.

Uma abertura séria à democracia levaria o poder a ser confrontado à necessidade de responder por transferências de propriedades do Estado guineense para o nome de dirigentes ou seus familiares e amigos, sem o cumprimento de quaisquer formalidades exigidas pela lei. E homens directamente ligados aos círculos mais elevados do Poder podiam ser chamados a justificar os bens acumulados em tão pouco tempo, com a bênção do regime ditador.

Durante o actual regime, os altos valores acumulados durante a luta de libertação, com o seu conteúdo de abnegação, confiança e solidariedade, assim como o espírito de disciplina e trabalho que caracterizou a primeira República, deram lugar à corrida a benefícios fáceis e imediatos, sem ver os meios. Muitos dirigentes, seus familiares e amigos, são apontados nas ruas de Bissau como exemplos máximos de corrupção e de abuso, males de que só alguém é acusado, quando paira no ar a mínima desconfiança de posições políticas outras que não as de uma fidelidade incondicional ao regime e ao seu Presidente.

São estas e muitas outras razões de ordem moral e política que fazem da Guiné-Bissau, ontem vanguarda da luta de libertação, hoje o último dos países africanos de expressão portuguesa por onde irão passar os ventos de mudança que sopram sobre o continente africano.

Mas os ventos de mudança vão também chegar à Guiné-Bissau e vêm empurrando o Poder cada vez mais, como provam as declarações contraditórias feitas em Bissau, onde a posição inicial era contrária a quaisquer aberturas políticas, posição essa justificada com o espectro de perigo que representaria o «irrealismo» para a unidade do país. Continuam no entanto a haver razões para se terem dúvidas quanto à sinceridade das promessas proferidas pelo regime guineense.

O Presidente Nino Vieira tem de compreender que não existe a mala democracia nem se pode dar democracia a conta-gotas. A democracia pluripartidária é hoje um direito do povo da Guiné-Bissau e não há outra alternativa que não seja a de suprimir completamente ou continuar a impor a repressão contra o exercício desse direito.

Aceitando a realidade do momento histórico que estamos a viver, isto é, que o heróico povo da Guiné-Bissau tem direito a viver em democracia e a escolher livremente os homens que o devem dirigir, o Presidente Nino Vieira viria certamente a melhorar a sua imagem, tanto mais que, pensando e agindo dessa maneira, a sua primeira preocupação seria a de procurar promover a reconciliação dos combatentes da liberdade da Pátria, como primeiro passo para a abertura do país a todos os seus filhos, independentemente da raça, da religião ou da convicção política.

A gloriosa Nação guineense nasceu com Amílcar Cabral, o fundador da nacionalidade, e seus companheiros, a partir do momento em que foi desencadeada a luta de libertação nacional, sob a direcção do PAIGC. Antes disso, a nossa população era constituída pelas diferentes etnias e por indivíduos de nacionalidade portuguesa, a única a que tinha acesso por razões históricas de dominação ou por descendência. É esta a verdade histórica e só a partir dessa verdade se poderá efectivamente construir com justiça uma verdadeira democracia na Guiné-Bissau.

O contrário seria continuar a enganar o povo, fazendo promessas cujo cumprimento é sistematicamente adiado, enquanto o regime se empenha a inventar os meios legais para dividir o povo, visando pôr fora de toda a actividade política os nacionalistas que consideram seus verdadeiros adversários.

Não é procurando convencer o leitor de «Jeune Afrique Economique» que o Movimento Bafatá é uma organização política com base tribal ou regional, o que não é verdade, ou ainda que o nosso pai, Juvenal Cabral, é natural da Guiné pela parte de Amílcar Cabral e de Cabo Verde pela minha parte, que o Presidente Nino Vieira poderá parar a marcha da História na Guiné-Bissau.

* Primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau, afastado por um golpe de Estado liderado por Nino Vieira, em Novembro de 1960. Fundador do PAIGC, juntamente com seu irmão, Amílcar Cabral.



O Presidente Nino Vieira tem de compreender que não existe meia democracia nem se pode dar a democracia a conta-gotas.

Partido do Progresso do Povo defende modelo federalista para Moçambique

O Partido do Progresso do Povo de Moçambique (PPPM) defende para o País um modelo de federalismo, «baseado nas estruturas tradicionais», afirmou em Maputo o seu fundador, Padimbe Kamati André, na sua primeira intervenção pública.

André acrescentou que o seu partido apreciaria «a intervenção de Portugal no processo de paz para Moçambique» devido à experiência que obteve com a mediação do processo de paz em Angola.

O dirigente referiu ter garantias de um próximo encontro tripartido entre o seu partido, a Frelimo e a Rena-

mo, embora sem apresentar indicações mais concretas.

O partido PPPM, fundado no Quênia alegadamente em 1956, é constituído por antigos dissidentes da Frelimo e da Renamo, tendo alargado recentemente a sua base militante a sectores sociais moçambicanos.

André disse que os esta-

lutos do partido concebidos na base da oposição frontal a Frelimo, estão hoje «desactualizados e precisam de ser feitos de novo».

A conferência de imprensa foi a primeira intervenção pública desta organização, um dos actuais dez partidos do quadro político em Moçambique, nenhum deles registado oficialmente.

Cinco milhões de dólares na exportação de minérios

No fim do corrente ano, Moçambique deverá obter proventos superiores a cinco milhões de dólares USA no contexto global das suas exportações minerais.

Após revelar esse indicador, o Ministério dos Recursos Minerais mencionou especificamente o ouro como sendo o

mineral de exploração mais viável e em vésperas de vir a ocupar um lugar cimeiro nos próximos anos, entre os produtos moçambicanos de exportação.

Moçambique possui em relativa abundância outros minerais, carvão, mármore, pedras semi-preciosas, ouro e gás natural.

Associação de Estudantes Universitários

Acaba de ser constituída em Maputo uma comissão cuja tarefa vai ser criar a Associação dos Estudantes da Universidade Eduardo Mondlane. Pretendem os promotores com esta iniciativa activar o ambiente estudantil com uma instituição que possa catalisar as actividades desta camada jovem da sociedade moçambicana.

Esta semana vai ter lugar uma Assembleia Geral dos Estudantes que irá aprovar o projecto de estatutos que regerá as actividades da associação, procedendo-se mais tarde à eleição dos corpos directivos e definição do programa de actividades.

Esta associação académica será independente de qualquer formação política ou sindical.

Ministro pretende investimento estrangeiro canalizado através de empresários moçambicanos

O ministro da Indústria e Energia de Moçambique afirmou quinta-feira em Maputo, num encontro com a missão de jovens empresários portugueses, que o investimento estrangeiro naquele País «deve ser canalizado através de empresários nacionais».

Octávio Muthemba referiu à delegação da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) que o sector agro-alimentar é considerado «bem vindo» em Moçambique, principalmente se for disperso por todo o País.

A missão empresarial da ANJE, que se encontra em Maputo desde terça-feira, dedicou os primeiros dias

da sua estada em Moçambique a contactos individuais dos jovens empresários, sendo praticamente certo o estabelecimento de alguns negócios.

Os cerca de 20 jovens empresários reuniram-se também com o ministro da Cooperação de Moçambique, a quem manifestaram a sua «estranheza» face ao estabelecimento de relações diplomáticas entre o país africano e a Indonésia.

No mesmo encontro foi salientada pela delegação portuguesa a necessidade de uma «maior cooperação» entre ambos os países.

O presidente da ANJE, Paulo Barros Vale, defendeu que Portugal «não desenvolve o papel que devia na área da cooperação com Moçambique».

A missão empresarial termina hoje, segunda-feira, a sua visita a Moçambique.

tendo entretanto desenvolvido dezenas de contactos individuais com empresários locais, e um encontro com o governador do Banco de Moçambique e com responsáveis do Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro.

Com a participação de professores americanos

Juristas debatem na Universidade temas constitucionais e direitos humanos

Juristas e professores de Direito moçambicanos e norte-americanos estão reunidos em Maputo numa conferência para debate de questões constitucionais e dos direitos humanos.

A conferência, que decorre desde a tarde de terça-feira, foi promovida pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane com a colaboração da sua congénere norte-americana de Columbia.

O reitor da UEM, Narciso Matos, que esteve presente à sessão de abertura, afirmou que a continuação da guerra tem vindo a impedir a extensão dos direitos humanos a uma grande faixa da população moçambicana.

O reitor da «Eduardo Mondlane» sublinhou ainda

os esforços do Governo moçambicano para pôr fim ao conflito, acentuando que «a paz é a mais importante das condições para o florescer dos direitos do homem em Moçambique».

Esta conferência sobre a Constituição e Direitos Humanos vai também discutir outros temas ligados ao novo documento constitucional moçambicano como,

por exemplo, o papel dos partidos e dos grupos de pressão no exercício da democracia.

O sistema de administração da Justiça em Moçambique, a constituição económica, a análise comparativa dos sistemas multipartidários em África, também farão parte dessas debates sobre a Constituição e Direitos Humanos.

O SÉCULO DE JOANESBURGO 26 AGOSTO 1991

Banco de Fomento e Exterior abriu escritórios em Maputo

O Banco de Fomento e Exterior de Portugal abriu a semana passada escritórios de representação em Maputo, com vista a uma intervenção mais directa na economia moçambicana e incremento do investimento português neste País.

A cerimónia foi presidida pelo ministro do Comércio e Turismo de Portugal, Faria de Oliveira, e teve a presença do presidente da instituição bancária portu-

guesa, João Salgueiro.

Ao acto assistiram igualmente o ministro moçambicano das Finanças, Enéas Comiche, o ministro do Comércio e Indústria, Gabriel Daniel Tembe, e o governador do Banco de Moçambique, Adriano Maleane.

Numa breve exposição dos propósitos da instalação do BFE em Maputo — a primeira instituição bancária estrangeira a abrir re-

presentação em Moçambique após a independência — João Salgueiro apontou a sua futura importância como apoio aos investimentos portugueses neste País.

«No entanto, estaremos também à disposição para facilitar contactos dos agentes económicos moçambicanos com os seus parceiros de países da Europa comunitária», disse o presidente do Banco de Fomento e Exterior.

«Não haverá discriminação», garantiu João Salgueiro, que no entanto não escondeu que a principal vocação da presença do BFE é o apoio ao investimento português em Moçambique, quer a nível de iniciativas directas, quer por associação com agentes económicos locais.

Uma das perspectivas desse investimento poderá efectivar-se na área da indústria, para a qual existem já propostas de empresários portugueses.

João Salgueiro anunciou que o Banco de Fomento e Exterior, desde quarta-feira em Moçambique mas exclusivamente com funções

de tipo financeiro, irá no futuro abrir uma sucursal em Maputo para fins especificamente bancários.

Esse desejo está apenas dependente da alteração da legislação moçambicana para o sector, que atribui ao Estado o monopólio dessa actividade — que deverá ser revista, segundo todas as estimativas, muito em breve.

O início de actividade do BFE em Moçambique é tido nos meios locais como futuro instrumento de apoio ao investimento português neste País, apoiando a «fase de internacionalização da economia portuguesa — na qual o investimento no estrangeiro constitui a prioridade da política externa».

O Banco de Fomento e Exterior tem dedicado grande atenção a este objectivo, através do crédito directo ao investimento externo, às exportações e à venda a prazo de equipamentos e serviços portugueses.

A abertura de escritórios em Maputo pelo BFE segue-se a iguais iniciativas em Bruxelas, Madrid, Barcelona, Caracas, África do Sul e Luanda.

Meyer tomou posse da pasta da Defesa

O novo ministro da Defesa da África do Sul, Roelf Meyer, empossado a semana passada, disse que procurará garantir que a Força de Defesa Sul-Africana (SADF) se transforme numa instituição protectora das reformas e da democracia no País.

Roelf Meyer, que tem estado numa posição cimeira na estratégia de reformas e de negociações encetadas pelo Governo, como vice-ministro da Reforma Constitucional, disse que a SADF deve proteger o processo de reformas, garantindo a estabilidade durante as negociações.

Como civil, Meyer entende que «o chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa, general Kat Liebenberg, está mais inteirado da mecânica militar».

«Vejo uma clara diferença de funções, já que não irei tomar-me num general ou num soldado» — acrescentou o novo ministro da Defesa.

Meyer disse que irá analisar a questão das alegações de envolvimento de membros da SADF na violência, «inteirando-me de todas as alegações dessa natureza». Ele repetiu o apelo de De Klerk para que todas as informações nesse sentido sejam levadas ao conhecimento das autoridades.

Questionado sobre a eventual incorporação de elementos do ala armada do ANC na SADF, Meyer disse que fará consultas com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e com outros membros do Governo, antes de emitir quaisquer orientações.

«O próprio general Malan já fez importantes declarações sobre esta questão», disse Roelf Meyer.

No seu último discurso como ministro da Defesa, Magnus Malan criticou a falta de profissionalismo no MK.

Trabalhar democraticamente para o bem comum

— defende dirigente do novo partido UNAMO

Numa entrevista dada ao jornal «Notícias», o secretário-geral do novo partido UNAMO — União Nacional Moçambicana, Carlos Reis, afirmou que os novos partidos que estão a surgir no espectro político moçambicano deveriam trabalhar democraticamente para o bem comum como éapanágio de uma sociedade pluripartidária.

Carlos Reis acrescentou

na mencionada entrevista acreditar nas mudanças do Partido Frelimo.

Segundo foi revelado, o Partido UNAMO que conta com mais de 30 mil membros a nível nacional tem já delegações em todas as províncias do País estando para breve o seu registo no Ministério da Justiça conforme rege a Lei dos Partidos e a própria Constituição.

O SÉCULO DE JOANESBURGO

2 SETEMBRO 1991

EUA já com plano definido para apoio militar a Moçambique

Numa recente deslocação à cidade da Beira, o embaixador norte-americano, Townsend Friedman revelou que o seu País possui já um plano definido de apoio militar a Moçambique. O referido plano inclui a atribuição de 100 mil dólares para a compra de alimentos e outros bens de consumo para o Exército moçambicano.

Disse aquele diplomata:

que poder-se-á considerar tal plano como uma forma de contribuição para a busca da paz em Moçambique. Friedman mencionou que alguns oficiais poderão deslocar-se aos Estados Unidos para frequentar cursos de formação.

O embaixador referiu que Moçambique é dos países africanos ao sul do Saara que maior apoio tem recebido dos Estados Unidos.

Estados Unidos financiam preparação de juizes

Foi assinado a semana passada em Maputo um acordo para a concessão de um donativo dos Estados Unidos da América, de 71 mil dólares, destinados à formação e preparação de juizes em Moçambique.

Os beneficiários fazem parte da Escola do Departamento de Pessoal do Ministério da Justiça, e o primeiro grupo constituído por 30 juizes distritais vai iniciar os seus estudos em Maputo durante cerca de um ano.

A importância oferecida pelo Governo dos Estados Unidos é atribuída pelo Fundo para os Direitos Humanos do Departamento do Estado e destina-se tam-

bém a apoiar o projecto de codificação e publicação de leis do Ministério da Justiça.

O ministro da Justiça de Moçambique afirmou que esta doação do Governo americano se insere no âmbito da cooperação geral com Moçambique ao abrigo da qual foi criado o Instituto Nacional de Assistência Jurídica.

Referindo-se ao acontecimento, o embaixador dos Estados Unidos em Moçambique, Townsend Friedman, afirmou que o montante atribuído é parte do apoio do seu governo na colaboração de esforços tendentes à consolidação dos direitos humanos em Moçambique.

Para debater a paz em Moçambique

Renamo propõe conferência de países da África Austral

A Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) propõe a realização de uma conferência dos países da África Austral para debater a paz em Moçambique.

Segundo Manuel Frank, porta voz da Renamo em Lisboa, a proposta é feita pelo presidente da organização, Afonso Dhlakama e prevê que só depois desta conferência, em que a Resistência Moçambicana também pretende participar, prosseguirão em Roma as conversações para a paz em Moçambique.

As negociações entre o Governo moçambicano e a Renamo, que têm decorrido na Comunidade de Santo Egidio em Roma, sob mediação italiana, têm deparado com sérias dificuldades no avanço do processo e acusações recíprocas entre as duas partes quanto à responsabilidade do impasse.

A última ronda decorreu

entre 1 a 9 de Agosto, tendo a mediação submetido às partes três documentos, compreendendo todos os problemas políticos previstos na agenda da sétima ronda.

Na altura, a mediação italiana pediu ao Governo moçambicano e à Renamo para procederem ao exame do conjunto das propostas, tendo marcado para Setembro, ainda sem data exacta, a oitava ronda das negociações para a paz em Moçambique.

A proposta de Dhlakama não sugere qualquer data para a conferência a nível da África Austral, nem explicita quais os países chamados a participar no encontro.

GUEBUZA COMENTA PROPOSTA DE AFONSO DLAKHAMA

O chefe da equipa negociadora do Governo moçambi-

cano às conversações de paz com a Renamo, Armando Guebuza, negou quarta-feira em Maputo ter conhecimento da proposta de Afonso Dhlakama para a realização de uma cimeira africana sobre a paz em Moçambique.

«Lamentamos profundamente esta posição oficial da Renamo, que consideramos mais uma manobra dilatória», afirmou Guebuza, acrescentando que o Governo moçambicano apenas tomou conhecimento dela através da imprensa.

Armando Guebuza afirmou que o Governo de Moçambique está satisfeito com a mediação italiana e que, durante a última ronda de conversações em Roma, «não foi questionada por nenhuma das partes» a actual Constituição do grupo de observadores.

«A interrupção das conversações deveu-se apenas à recusa da Renamo em aceitar uma proposta apresentada pela mediação italiana com vista a disciplinar o processo negociador», afirmou Armando Guebuza em declarações à Rádio Moçambicana.

A Renamo contudo justificou publicamente o seu pedido de interrupção das conversações pelo facto de pretender reflectir sobre as conclusões do Congresso da Frelimo, realizado de 12 a 23 deste mês.

RELÍQUIA

DOMINGO, 15 SETEMBRO 1991

EUA PERDOAM PARTE DE DÍVIDA AFRICANA — Os Estados Unidos da América perdoaram parte da dívida de oito países africanos, entre os quais Moçambique, anunciou ontem o vice-presidente norte-americano, em Abidjan, a capital da Costa do Marfim. Dan Quayle anunciou a decisão de Washington durante uma visita à sede do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no final de uma digressão por cinco países africanos. Os países que beneficiarão desta medida são Moçambique, Gana, Quênia, Madagascar, Malawi, Senegal, Tanzânia e Uganda. Dan Quayle sublinhou que Washington pretende assim manifestar a sua "confiança em África" e apelou aos governos africanos para introduzirem reformas nos seus países e por fim ao controlo estatal do sector económico.

PUBLICO
TERÇA-FEIRA, 10 SETEMBRO 1991

Moçambique dá terras a agricultores sul-africanos

AGRICULTORES MOÇAMBICANOS da região de Moamba, no Sul do país, acusam o governo de entregar terras aráveis aos sul-africanos, preterindo os agricultores nacionais. A denúncia foi feita pelo semanário "Domingo", de Maputo. Citando o administrador daquele distrito, o jornal afirmava terem sido dados 18 mil hectares a agricultores sul-africanos na região e que cinco mil terão em breve o mesmo destino na região de Sabie. Entretanto, um agricultor local garantiu que tem conhecimento da existência de 80 pedidos de títulos de propriedades feitos por moçambicanos dos quais apenas dez obtiveram resposta positiva. Este agricultor acusou o Governo moçambicano de dar aos boers milhares de hectares, "mas é um problema para um moçambicano conseguir dez ou quinze hectares de terra". ■

Maria Barroso apela para a ajuda a Moçambique

UM APELO à conjugação de esforços e à cooperação para um apoio eficaz às vítimas da guerra em Moçambique foi deixado ontem por Maria Barroso, num encontro em Maputo com as organizações não governamentais a operar no país.

A mulher de Mário Soares, que se encontra na capital moçambicana a convite da Igreja Católica local, disse que a ajuda a Moçambique tem sido feita com uma grande dispersão de esforços, pelo que é necessário uni-los.

De carácter estritamente humanitário, como fez questão de sublinhar, a sua deslocação surge na sequência da campanha que liderou em Portugal a favor dos desalojados moçambicanos, em particular mulheres e crianças, após a reportagem que dois jornalistas do PÚBLICO efectuaram em Moçambique no ano passado. A campanha resultou em seis mil contos portugueses de donativos.

A guerra em Moçambique, que dura há mais de uma década, retalhou o país em arquipélagos de fome e sofrimento que vão sendo

atenuados pela ajuda internacional. Dos 15 milhões de população total, um terço encontra-se desalojado no seu próprio país, um milhão e meio refugiado nos países vizinhos e mais de 300 mil crianças são órfãs, devido à guerra e às calamidades naturais. Conforme declarou Maria Barroso, a inventaria-

ção das necessidades das crianças constitui uma das suas prioridades nesta fase. Mais de 200 mil moçambicanos fugiram para a África do Sul, concentrando-se nos bantustões de Nkangwane, na província do Transvaal, junto à fronteira com Moçambique.

O cardeal D. Alexandre, líder dos prelados católicos moçambicanos, com quem Maria Barroso almoçou ontem, pediu-lhe que usasse da sua influência para acelerar a instalação da paz em Moçambique. O prelado acompanha Maria Barroso hoje numa visita à África do Sul onde, na região fronteiriça de Komatipoort, proce-

derão à distribuição de um donativo da FNAC, empresa portuguesa com representação em Maputo, constituído por cinco toneladas de milho e 200 bolsas para os refugiados moçambicanos.

Um projecto de apoio à criança em situação difícil, a cargo do gabinete de Marcelina Chissano, mulher do Presidente moçambicano, foi igualmente visitado por Maria Barroso, na zona da Machava, na periferia de Maputo.

Numa recepção que decorreu na embaixada de Portugal, também a comunidade lusa em Moçambique teve oportunidade de trocar impressões com a mulher do chefe de Estado português. O encontro ocorreu após a visita que Maria Barroso efectuou à escola portuguesa, a funcionar nas instalações da Facim, a Feira Comercial e Industrial de Maputo.

A hora do fecho desta edição, a mulher de Mário Soares mantinha um encontro de cortesia com o Presidente Joaquim Chissano. ■

Teresa Lima,
em Maputo

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 11 SETEMBRO 1981

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 12 SETEMBRO 1981

Quayle com refugiados

O VICE-PRESIDENTE dos Estados Unidos, Dan Quayle, visitou ontem um campo de refugiados moçambicanos no Malawi, no primeiro dia da sua visita ao país de Kamuzu Banda. Quayle esteve em Chifungu, onde vivem mais de cem mil moçambicanos. As suas primeiras conversações com responsáveis do Malawi focaram a ajuda americana, especialmente face ao peso dos refugiados na economia do pobre país africano. ■

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 10 SETEMBRO 1981

Maria Barroso em Maputo

MARIA BARROSO chegou ontem à tarde a Maputo para fazer a entrega de um donativo português destinado às crianças moçambicanas vítimas da guerra. A doação é constituída por 16 caixotes com medicamentos e um cheque no valor de 1500 contos, que serão entregues à conferência Episcopal de Moçambique amanhã. Maria Barroso, que realiza uma visita de dois dias a este país africano, foi recebida à chegada ao aeroporto pela mulher do presidente da Assembleia Nacional de Moçambique, Palmela dos Santos, o embaixador de Portugal e outros diplomatas. Amanhã, Maria Barroso terá uma reunião com Marcelina Chissano, mulher do Presidente de Moçambique. ■

27.ª FACIM

O JORNAL 13.9.1991

Portugueses dominam na montra económica de Moçambique

Augusto de Carvalho

O PAVILHÃO português dominou a Feira Internacional do Comércio e Indústria de Moçambique, aliás, o maior de indos em tamanho, com 52 representações de empresas no âmbito do Comércio, Indústria e Serviços. Cinquenta e quatro no pavilhão, já que fora eram mais 18, não contando com os embaixadas portuguesas vendidas da África do Sul. Uma feira, ali certo ponto, espelho do panorama económico de Moçambique. A ventos comerciais, na faceta importação de produtos: superou a indústria e agricultura, enquanto actividades produtivas nacionais.

A estrutura actual das importações com cerca de 40 por cento de bens de consumo (20 dos quais em produtos alimentares), 30 de matérias-primas e

quase outros 30 por cento em equipamentos, peças e sobresselentes, dá uma ideia das necessidades do país em termos de fornecimentos, cujo valor global em 1991 deverá rondar um bilhão de dólares. As exportações rondam os 100 milhões.

A Feira foi reflexo sugestivo de um país rico, mas apenas em potência, que em acto, a pobreza era nua e crua, com os sectores privados por desenvolver, a começar nos primários e a acabar nos serviços.

Os expositores estrangeiros e também Portugal souberam jogar de acordo com as circunstâncias, procurando captar a clientela com poder de compra, servidos, regra geral, por representantes locais, que conhecem bem os cantos à casa. Portugal inseriu-se bem nessa linha, evoluindo na continuidade. Ocupa, actualmente,

o quarto lugar na lista dos países fornecedores de Moçambique, percentagem indicada pela delegada do ICEP em Maputo, Ana Koehler, contribuindo com cerca de sete por cento para o total importado. Primou com produtos de exportação, alguns tradicionais neste mercado, chamados por velhos hábitos de extração portuguesa, no comer, beber e vestir, faltou o localista. Que vinho havia com factura, e aqui vende-se bem na Loja Franca da FNAC, em dólares, e em meticalos nas mercearias e nos dumba-nengues (mercado paralelo cujo nome — «ponha no pé» — recorda perseguições policiais ao vendedor de banca na rua). Dumba-nengues que proliferam pela cidade, barracas agarradas umas às outras, corredores estreitos, pejadas de mercadorias mais diversas.

Novidade fresquinha foi o pavilhão do banco de Fomento que, na semana da Feira, inaugurou, oficialmente, o seu escritório, para dar um empurrão ao investimento português em Moçambique. Lá vieram os seus topos com João Salgueiro, e é oportuno geral que acertaram no delegado, uma baita na Parrex, o eng. Álvaro Henriques, bem entrosado no meio, com sensibilidade aos problemas locais e trânsito agradável nas estruturas.

A China fez-se representar pela primeira vez através da província de Sichuan, com uma delegação que em quantidade de pessoal igualou quase os produtos expostos, os chineses a descobrirem as botas de Maputo e, passado que foi o primeiro impacto, animaram-se no pé-de-dança, agarrando nos meninos da noite, que Mao Tse Tung os perdeu e leve-

em conta o seu contentamento nesta descontracção africana, que o ritmo para mesmo.

Como já nos dizemos, Portugal prunou e justificou as palavras do ministro do Comércio, Faria de Oliveira, que, aqui, sublinhou a africanidade, um dos traços marcantes da personalidade fusa, alícerce propulsor da vintena de cooperação na política externa de Lisboa. Faria de Oliveira definiu-a como de primeira linha, adquirida que está, e mesmo comemada, a noosa europeidade e ofereceu os préstimos, agora ainda mais relevantes, «porque estamos a dois passos de presidir à CEE, a cuja tróica já pertencemos», sublinhou o ministro em palestra corrida, durante um «cocktail», oferta que agorou com as mãos ambas o seu homólogo moçambicano, Daniel Gabriel, acrescentando na respos-



Joaquim Chissano no pavilhão de Moçambique

ta a disponibilidade portuguesa, que agradeceu, acríbio e leu. Foram ultrapassadas imediatamente as palavras bonitas encharcadas de fraternidade, o ICEP, Instituto do Comércio Externo de Portugal, assinou um protocolo de cooperação na área do investimento, com o Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro (GPIE). Rubricou-o Faria de Oliveira e o director daquele gabinete, Augusto Sumburane. O ICEP vai colocar à dis-



empresários portugueses apostam na reabilitação da economia

em multidão, jovens, velhos, crianças, adolescentes, mães a carregar os bebés às costas, por ali passaram em encheretes de impressionar. Domingo mais parecia a entrada para um Sporting-Benfica, com magotes a assistirem pela televisão, suspensa das paredes exteriores do pavilhão português, a corridas de touros, com as famosas e valentes pegadas dos forcados, que emusavam a assistência. A FACIM foi, também, festa popular e as casas de espetáculos ou botões, mais em torno, deram-se para abrir as atenções dos estrangeiros: no Zo-Zo, recinto da Feira Popular, um grupo da Companhia Nacional de Cantos e Danças exibiu uma «corria erótica» primorosamente executada, enquanto no recinto da FACIM o Macaneta apresentava a Marrabenta, dança tradicional do Sul, e, nos comos, os famosos lagostins e caril de pato, a preços de chuva para bolsa europeia. No Avenida, em reposição o Monambela Gogo, de Manuela Soares, dava que pensar com os «Aliados Naturais», peça de Mia Couto, em que a dominante dos vícios coloniais se cesa como duas gotas de água com a dominante dos vícios do tempo da Revolução.

Davam nas vitas, expostas ao ar livre, as muitas e variadas marcas de automóveis como as que refulgem por essas estradas europeias fora e que, em Moçambique, sobretudo em

Maputo e Beira, exameciam as ruas e se podem comprar em meticalos. Longe vilos tempos em que se anedotava comparando Maputo a Nova Iorque, «lá e olá a moeda corrente é o dólar». A Coroa do Sul fez-se notar pelos «rações às quatro rodas», os jipes Korando, bonitos e relativamente em ecota, comercializados em meticalos por uma firma moçambicana. Hoje, encontra-se de tudo em Maputo comprável em moeda local. Deixou também de valer o nome — «autentical» — que atresadamente se dava ao dólar. O metical passou a ser mesmo autenticial, pois tudo pode comprar, pese embora a desvalorização que o corrou dia a dia. Declara-se comas à vida, manuseando o metro do clárbio negro e, em certos casos, joga-se com a potência do mercado secundário. No mercado negro, o dólar vale, actualmente, cerca de 2300 meticalos, no secundário, entre 1800 e 2000, e no oficial propriamente dito, 1500.

Quando se ficasse apenas na contemplação dos automóveis expostos e, domingo à tardinha, desse uma volta pelas imediações da FACIM, carros colados uns aos outros, relativamente novos e das marcas mais em voga, não importa o preço, diria que estamos em país rico e não acreditaríamos em punho, coléica Moçambique no lugar do povo mais

pobre do mundo. Moçambique não é Maputo, mas Maputo também faz parte de Moçambique, e Moçambique e Maputo não são esta concentração, mas lá que corre nesta região do Índico uma economia paralela que se não deixa contabilizar nas estatísticas sobre as quais trabalham o FMI, o Banco Mundial e economistas de turno, é uma verdade não verdadeinha como a leida oferta e da procura que por aqui encontra campo fértil e intenso, sem que as autoridades tenham capacidade para a disciplinar. E é, em parte, por isso que o povo ainda não moeriu tudo e esgota as lojas de pronto-a-vestir que são mais que muitas, embe as casas de espetáculos e ganha um salário que mal chega, na maioria dos casos, para viver durante uma semana.

Pela feira passaram os governantes moçambicanos e falaram alto, depois de a visitarem. O presidente Joaquim Chissano, saído de um congresso que marcou o Frelimo com a sua personalidade e ênfase reforçou a autoridade, disse que a 27.ª edição da Feira mostra um crescimento qualitativo e quantitativo da actividade económica do empresariado moçambicano, acrescentando que é elucidaativa a oferta em produtos e bens susceptíveis de exportação.

Dezasseis foram os pavilhões moçambicanos, Chissano visitou-os todos e, no livro

de hora escreveu, referindo-se a alguns países: «Nesta edição destacamos o regresso da República da Quênia com uma variedade e diversidade de produtos agrícolas, industriais, farmacêuticos e outros. Dessejamos boas-vindas à República Federal da Alemanha, que nesta edição participa no contexto de uma Alemanha unificada, à Confederação da Suíça que entra exactamente no ano em que celebra os setenta e cinco anos da sua fundação, e à República do Botswana, presidente do SADCC, que pela primeira vez vem mostrar as suas potencialidades, participando com dezasseis empresas de diversas actividades económicas.»

Quero encontrámos orgulhoso com a visita do presidente Chissano ao pavilhão português foi o sr. Manuel Veloso, da Macaneta, cujo nome, «macoete», lembra um povo do Norte, terra do ministro da Defesa Alberto Chipande, mas ele impresse-se a explicar que o termo vem de Macaneta-MAC e Conde, de Vila do Conde, explicação que teve de fornecer muitas e muitas vezes.

O motivo do orgulho, porém, em outro Chissano demonstrou-se a examinar um dos seus expostos, de bom corte e fino tecido, escuro com riscas finas sarapintadas de branco. «Só não lho ofereci, porque

posição do GPIE os seus serviços em Portugal e as suas delegações no estrangeiro, dispostas a responder às solicitações moçambicanas. O pice é a guerra que não desarma, uma guerra que se fez sentir na Feira, já que as actividades moçambicanas geradoras de produtos indígenas, andam todas no desambarço de outros e, por isso, não conseguem evidenciar farras. Uma guerra manente cujo término o horizonte escende. Nessa mesma sema-

Empresários à conquista de Moçambique

Augusto de Carvalho e Domingos Mossala

A MAIORIA dos empresários portugueses presentes na FACIM foi de opinião que a nova dinâmica política introduzida em Moçambique concretizada na economia de mercado, com a abertura ao sector privado, vai ter como resultado a formação, em muito maior número, de empresas mistas. Aliás, a formação de «joint-ventures» é encorajada pelo governo moçambicano, que, naturalmente, privilegia os sectores prioritários, a começar pela agricultura e indústria, que, contribuindo para a redução das importações, podem inserir-se na linha de exportação. O que o país exporta, na casa dos 100 milhões de dólares, não chega para o serviço da dívida externa.

Das organizações de empresários portugueses fizeram-se notar pelo seu dinamismo: A Associação Nacional dos Jovens Empresários de Portugal e a Associação dos Empresários do Distrito de Setúbal, ambas empenhadas em estreitar contactos empresariais com congéneres

moçambicanos. Barros do Vale, da Associação dos Jovens Empresários, disse que poderá ser criada em breve, com a participação de entidades moçambicanas, a Associação para o Fomento Empresarial em África.

A ANJE, que juntamente com o Núcleo dos Jovens Empresários de Moçambique tiveram pavilhão conjunto na FACIM, entende, pela voz do seu presidente, que são muitas as oportunidades de negócios em Moçambique. Estiveram na FACIM, em contacto com entidades oficiais, nada menos que 20 elementos daquela organização.

Barros do Vale afirmou que vai informar os 2000 membros associados da AJEM das potencialidades existentes em Moçambique que, eventualmente, lhes possam interessar e que, em breve, voltará aqui com outra delegação para formalizar acordos celebrados durante a Feira.

Barros do Vale anunciou, entretanto, o lançamento do projecto «África 2000», um projecto que visa criar 200 empresas mistas em África, procurando apoiar financeiros em Portugal, Esta-

dos Unidos da América, CEE e PALOP. Nesta linha de acção vai promover um programa de voluntários oriundos dos países doadores, para criar um ambiente motivador em torno do projecto, a fim de se tornar mais fácil a captação financeira.

Os empresários de Setúbal prometem voltar também, depois de um estudo realista da situação, com hipóteses de investimentos rentáveis.

O empresariado moçambicano começa agora a surgir, a falta de preparação é grande e grande é a motivação para se associarem com estrangeiros, onde Portugal ocupa lugar de relevância em virtude de se falar a mesma língua.

Nas desambulações pela FACIM, «O Jornal» foi, frequentemente, abordado por candidatos à constituição de empresas em Moçambique. Alguns deles escalados com o passado recente, por causa das nacionalizações, enquanto outros contavam os seus recentes triunfos de ouvir falar em experiências de economia planificada que moldaram a mentalidade dos dirigentes e da maioria dos quadros empresariais com respos-

tabilidades neste país. Faziam perguntas como estas: investir aqui e depois? Não voltam as nacionalizações? Que peso sobrecarregará os investimentos estrangeiros? Quais os incentivos? Poderemos exportar os lucros? Se, por qualquer motivo, a empresa deixar de nos interessar e resolvermos vendê-la poderemos exportar o capital? Que taxas aduaneiras sobre os bens de equipamento?

Prometemos-lhes um esclarecimento oficial e assim é que publicamos a seguir a análise de uma conversa-intervista com o director do gabinete de Investimento Estrangeiro, Augusto Sumburane. Começou por nos dizer que o seu gabinete trabalha com o propósito de promover o investimento e não de desincentivar e até acho provocatória algumas perguntas, tão óbvias lhe pareceram as respostas.

O director do Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro de Moçambique (GPIE), Augusto Sumburane, assegurou em conversa com «O Jornal» que são concedidos aos investidores estrangeiros incentivos diferenciados e garantias de vária ordem. Sumburane disse

que há garantias de propriedade sobre os seus investimentos, sobre os bens que trazem, as propriedades agrícolas e industriais que eventualmente possam desenvolver em Moçambique. «Estão fora de questão as hipóteses de nacionalizações ou apropriação por parte do Estado.»

«Não há impostos sobre capitais trazidos pelos investidores», afirmou, acrescentando que «se isso acontecesse, então não seria o Gabinete de Promoção de Investimentos, mas sim de desincentivamento.»

«A nacionalização ou expropriação só poderá ocorrer em circunstâncias excepcionais devidamente ponderadas», disse Sumburane, que acrescentou: «Mesmo ocorrendo essa possibilidade, ela será feita mediante justa indemnização.»

Augusto Sumburane disse que também é concedido ao investidor garantias de poder contratar financiamentos no estrangeiro ou trazer os seus próprios capitais e investí-los em Moçambique com possibilidade de poder transferir fundos para o exterior, destinados ao pagamento dos empréstimos que tenha

contratado, bem como os respectivos juros. É igualmente garantido ao investidor a possibilidade de exportar os seus lucros e repatriar o capital que tiver investido em Moçambique, no caso de não estar interessado em continuar a trabalhar no país. Solicitado a especificar os diversos incentivos já referidos, o director do GPIE sublinhou que os equipamentos e bens destinados à realização do empreendimento estão isentos de direitos aduaneiros.

O investidor estrangeiro fica também isento do pagamento de impostos durante o período acordado que varia entre dois e dez anos, dependendo do projecto e do âmbito desse empreendimento.

O GPIE defende que na promoção de investimentos estrangeiros o principal objectivo não é de arrecadar dinheiro, pois isso não constitui preocupação daquele sector. «Não é nossa preocupação fazer com que entre muito dinheiro em Moçambique, mas sim encorajar muitos projectos, bons e viáveis.»

Segundo Augusto Sumburane, vários projectos de investimentos foram já autorizados desde 1985 dos quais mais de 100 aprovados, orçados em 350 milhões de dólares, estando vários outros em fase de avaliação. Os projectos já autorizados incidem, sobretudo, nas áreas da agricultura, turismo, transportes, comunicações, recursos minerais, indústria e prestação de serviços.

Banco de Fomento Exterior abre escritórios no Maputo

NO PANORAMA da FACIM parece relevo especial a inauguração, em Maputo, do escritório de representação do Banco de Fomento e Exterior a que já nos referimos, de passagem, noutra página. Talvez o gesto português de repercussões mais profundas no contexto desta

FACIM, número 27.

Responsáveis pela economia moçambicana disseram-nos que foi um dos actos mais significativos da vontade do governo português em se inserir no panorama do desenvolvimento do país. Com a abertura deste escritório, o BFE

pode criar algumas condições para o investimento dos empresários portugueses em Moçambique e também dos moçambicanos.

Projectos credíveis

«O importante é que os projectos tenham pernas para andar», disse-nos o seu delegado em Maputo, eng. Álvaro Henriques.

O escritório actuará, em Moçambique, no capítulo do apoio ao investimento, com a mesma filosofia que adopta em Portugal, podendo mesmo, no caso de financiamentos demasiado avultados, procurar par-

ceiros no mercado nacional ou internacional, equacionando e sustentando com o seu peso as respectivas propostas.

Atitudes sintomáticas

Que o escritório foi bem acolhido pelas autoridades moçambicanas provam-no, se fosse necessário provar, algumas atitudes sintomáticas: o presidente Chissano recebeu João Salgueiro e Faria de Oliveira, depois das 21 horas, em dia solenemente atarefado com os trabalhos do VI Congresso da Prelimo, enquanto o ministro das Finanças, Bneias Comiche, escreveu uma carta ao presidente Chissano, a pedir-lhe para chegar meia hora atrasado à sessão do Congresso destinada às votações para a Comissão Política do Partido, em que ele próprio seria eleito, a fim de poder assistir à inauguração do escritório.

Mais que esses gestos, porém, demonstra o interesse das autoridades moçambicanas pela abertura do escritório do BFE, o facto de o ministro das Finanças, Bneias Comiche, haver pedido a instalação do banco, o mais rapidamente possível, ultrapassando a fase de escritório, em igualdade de circunstâncias com os já existentes, podendo ocupá-se de todas as operações bancárias. É já a materialização das orientações do VI Congresso.

Apoio aos jovens e novos empresários

Neste apoio à internacionalização da economia portuguesa, o BFE pretende favorecer também os empresários moçambicanos, dentro da filosofia que adopta para os portugueses. Na FACIM apoiou já, conjuntamente, as associações dos jovens empresários portugueses e moçambicanos, que se apresentaram no mesmo pavilhão. Precisamente na sequência dos contactos ocor-

ridos no mercado nacional ou internacional, equacionando e sustentando com o seu peso as respectivas propostas.

Atitudes sintomáticas

Que o escritório foi bem acolhido pelas autoridades moçambicanas provam-no, se fosse necessário provar, algumas atitudes sintomáticas: o presidente Chissano recebeu João Salgueiro e Faria de Oliveira, depois das 21 horas, em dia solenemente atarefado com os trabalhos do VI Congresso da Prelimo, enquanto o ministro das Finanças, Bneias Comiche, escreveu uma carta ao presidente Chissano, a pedir-lhe para chegar meia hora atrasado à sessão do Congresso destinada às votações para a Comissão Política do Partido, em que ele próprio seria eleito, a fim de poder assistir à inauguração do escritório.

Mais que esses gestos, porém, demonstra o interesse das autoridades moçambicanas pela abertura do escritório do BFE, o facto de o ministro das Finanças, Bneias Comiche, haver pedido a instalação do banco, o mais rapidamente possível, ultrapassando a fase de escritório, em igualdade de circunstâncias com os já existentes, podendo ocupá-se de todas as operações bancárias. É já a materialização das orientações do VI Congresso.

Os últimos arranjos

O escritório, em Moçambique, situação no texto piso do prédio conhecido por «33 andares», o mais alto da cidade, está a receber os últimos retoques.

O seu aspecto é funcional e o mobiliário é simples e de bom gosto. Servem-no, por enquanto, o delegado, uma secretária e pessoal auxiliar de apoio.

Para o estado de cada um dos projectos deslocar-se-á a Moçambique a equipa adequada. Para isso já vários gabinetes estão preparados.

«Queremos, de facto, criar condições para que o empresário português possa investir nestes paragens», disse-nos João Salgueiro.

As autoridades moçambicanas compreenderam e agradeceram.

Cada vez se torna mais evidente em Moçambique que para o seu desenvolvimento é preferível, em vez de dar a estufa do peixe, criar condições para uma pesca frutuosa e própria.

O JORNAL 13.9.1991

AIDA leva missão empresarial a Moçambique

PROSSEGUINDO na sua política de desenvolvimento e difusão do sector industrial aveirense, dentro da qual já levou a efeito idêntica iniciativa à República Popular de Angola em Junho passado, a AIDA — Associação Industrial do Distrito de Aveiro — prepara, neste momento, através do GACE e do Fungabineze, uma nova missão empresarial, desta vez à República de Moçambique, que se realizará de 21 a 28 de Outubro próprio.

Na verdade, as excelentes relações de cooperação entre Portugal e Moçambique, além do processo de reestruturação em curso naquele

país, abrem, sem dúvida, boas perspectivas de negócio às empresas portuguesas que queiram participar na recuperação e desenvolvimento da economia moçambicana.

É assim que a AIDA, ao organizar esta missão, pretende reforçar a cooperação empresarial entre os dois países numa óptica de espaços e mercados mais alargados.

Para o êxito que se prevê para a iniciativa, a AIDA contará, ainda, com a colaboração do ICRP-Instituto de Cooperação Económica, Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Moçambique e Câmara de Comércio de Moçambique.

O JORNAL 13.9.1991

OPCA em Moçambique

AS EMPRESAS portuguesas de construção civil e obras públicas preparam-se para colaborar na reconstrução dos países africanos de expressão oficial portuguesa.

Este ano, mais uma empresa iniciou a sua actividade em Moçambique. Foi o caso da OPCA, Obras Públicas e Cimento Armado, SA, que é responsável pela empreitada de reabilitação da ponte de Kai-Xai sobre o rio Limpopo, integrada num consórcio com outra empresa nacional.

De acordo com uma fonte

da empresa, a abertura de uma delegação da OPCA em Moçambique está de acordo com «a sua estratégia de crescimento auto-sustentado, diversificando sectores e mercados, com base em unidades coerentes de negócios.»

Por outro lado, no mercado interno, a recente constituição dos departamentos de protecção e a associação com a Stent-Fundations para o desempenho ligado à engenharia de fundações atestam a firmeza e coerência da estratégia de diversificação da OPCA.

O JORNAL 13.9.1991

quem deu o para fazer uma oferta de 250 milhões de dólares. Mas ficou com pena de não lhes ter oferecido, modesta oferta.

Participaram nesta FACIM 15 países, incluindo a Zâmbia, com o pavilhão n.º 45, que não chegou a abrir as portas, porque os produtos desconheciam de chegar, como aqui se diz.

O de Angola foi extremamente pobre, causava mesmo pena, tem muito nelhor e mal para oferecer.

Quanto ao de Quênia, houve surtos nos bastidores da política. Badalou-se que entre o seu pessoal havia dois colaboradores do Renamo. Como é sabido, o Quênia vem servi-

do como um dos pontos de retroguarda daquele movimento em armas.

Merceze relevo, ao terminar esta oferta, a inauguração do escritório do Banco de Fomento (Ente, inauguração que se reveste de brilhantismo e faceta: culturas de assinalar, diálogo entre a finança e a arte, concretizado na exposição de pintura moçambicana que João Salgueiro inaugurou dezanove de perceber que o necessário fica bem no seu banco. Seleita e cinco obras em exposição.

De Portugal vieram maludados, gentios, artes, bronzes. João Paulo Ique hitcho le mor deu João Paulo para te municipalizar de Paula Rego?, artistas que por aqui viveram e pintaram, de Roma não produzia a Bertina Lopes, e de Moçam-

bique te mais afamada e nomes novos a afirmarem se no panorama das artes plásticas.

O escritório do Banco de Fomento, actividade tímida por enquanto, nestas paragens significa na linguagem política do governo mais uma pedra no edifício da construção das condições necessárias à criação de um quadro favorável ao investimento das empresas portuguesas.

O ministro das Finanças de Moçambique, Enciso, Comche, incitou João Salgueiro a avançar para uma delegação propriamente dita, um homem de corpo inteiro em território moçambicano. João Salgueiro disse-nos que tudo dependia da vontade política do governo local, que ele, esse mo-

mento ignorava, já sei afluída, neste ponto de abertura à banca privada externa pelo Congresso que findara. Sique a vontade política prova se na prática.

Na visita à Feira departamos ainda com o padre Z. Maria, da Casa do Casado, acabadinho de chegar com o padre Teimo, e já com pressa para partir ao Inhulene, a um vale qual metros de Maputo, onde vão relançar a Obra da Rua As cruças abandonadas e outras marginais tão mato, em Maputo, contributo fértil para a cristandade de amanhã a se guatem ao deus-dará, sem apou nem arimo, preses a engrossarem os célebres «ninjas», terror dos subúrbios: Maputo virou subúrbio, como do José Craveirinha.

FACIM vai transformar-se em sociedade anónima

AMÉRICO Magais, presidente da Associação Comercial de Moçambique, é o patrão da Facim, empenhado em a transformar numa sociedade anónima e fazê-la trabalhar caminhos novos.

Que os vai calibrar, é prova o programa do ano que vem: uma EXPO-AUTO, salão internacional do automóvel ligeiro e pesado, tractores, autocarros, motorizadas, equipamentos peças e acessórios, de 1 a 15 de Abril; uma INFORÁFRICA, salão internacional de informática, telemática, comunicação, equipamento e material de escritório, de 13 a 17 de Maio; uma EXPO-CASA, salão internacional de mobiliário, artigos domésticos e electrodomésticos, de 3 a 7 de Junho, uma TEXTIL-MODA, salão internacional de têxteis, confecções e moda, de 1 a 5 de Julho; a FEIRA INTERNACIONAL de Maputo, de 26 de Agosto a 3 de Setembro e a FEIRA DA CIDADE, artesanato, cultura e diversão, de 7 a 10 de Novembro.

Já foi S.A.

A Facim já foi sociedade anónima no tempo colonial e Américo Magais desinha dez por cento das acções, sendo Félix Naharro Pires o maior accionista privado, principal fundador e director, que deixaria o país com a independência, em 1975.

Magais persistiu em permanecer moçambicano em Moçambique, acreditou que

podria continuar a desenvolver a feira e manteve-se à sua frente mais 5 anos, até que em 1980 a Facim foi estatizada, na esteira das nacionalizações, criou palavra de ordem, que a prática demonstrou, não ter sido o caminho mais acertado.

Em 1988, inclusive por pressões do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, começa a ensaiar-se timidamente a via das privatizações. Magais aproxima-se de alguns governantes e joga os trunfos que sempre guardou na manga: nunca abandonara Moçambique e era proprietário da Facim em dez por cento. É chamado de novo e convidado a girar o desenho de uma feira futura, forte e prestigiada. Ele acredita que vai vencer a batalha da privatização, com participação do Estado, uma sociedade mista. «A minha ideia é mesmo encaminhar-me para uma S.A., como acontece por essa Europa fora».

Confiança estrangeira

Fomos encontrá-lo no seu escritório, sem embaixador em arco, mas contente com esta 27.ª edição, a cabeça cheia de sonhos. No recinto desfaziam-se os últimos pormenores.

Acha que acertou no leme «Exportações em tempo de mudança». Mudança quer dizer, neste contexto, a transição da economia centralizada para a economia de mercado.

Embora não pudesse confirmar o número exacto de



O presidente Chissano na visita à FF América Magais.

empresários privados moçambicanos a expor recentemente, pensa que houve uma evolução muito positiva no nível dos produtos nacionais apresentados, que podem perfeitamente, em sua opinião, ser comercializados em qualquer mercado dos países da região e «a comparação com os países africanos presentes não os desfavorece».

Salientou a confiança dos estrangeiros apesar da guerra: «Talvez tenham ocorrido esperanças no diálogo entre o governo e o Renamo, para marcarem desde já uma posição».

Portugal e África do Sul

Sublinhou a presença portuguesa que definiu forte,

me nos disse o reitor da universidade daquela Ilha.

A linguagem dos números

Quanto a números, o patrão da Facim disse que marcaram a sua presença 409 empresas estrangeiras, em regime indirecto, ou seja, com produtos seus, e 16 directamente, com pavilhão próprio, independente, sem agregação a outras lojas.

Nacionais foram 86 directas e 58 indirectas. No total, 555 empresas, numa área coberta de 13.788 metros quadrados.

Os visitantes — preço do bilhete de entrada eram 300 meticais, cerca de 25 escudos portugueses — foram menos que o ano passado, 76.000 contra 98.000 em 1990. Como interpretar o facto? Américo Magais relaciona-o com a falta de transportes urbanos, conjugada com a criminalidade em aumento nos últimos meses. Os cidadãos, especialmente dos subúrbios, recusam regressar a casa de noite, por causa dos «ninjas» que atacam ao escuro, e mantêm-se problemas de maior. Uma população atormentada que resolveu começar a fazer justiça pelas próprias mãos. No fim-de-semana da feira, populares agindo por conta própria, hincharam sete gatacos, sendo cinco sido queimados vivos, e na madrugada do dia 2, um grupo de melancos matou o gubinec da primeira-dama, Marcelina Chissano.

A.C.

Ana Koehler (ICEP) «Empresários satisfeitos» com 27.ª FACIM

Domingos Mossela

NÃO É FÁCIL avaliar os resultados desta FACIM 27.ª. Só depois de seis meses e é que se pode ter uma visão de conjunto para avaliar os resultados obtidos.

E Ana Maria Koehler quem o diz. Koehler é delegada do Instituto do Comércio Externo em Moçambique, entidade que organizou a representação portuguesa na feira, por conseguinte, com autoridade para falar do tema.

O ICEP tem por missão divulgar e apoiar a promoção externa da oferta nacional de bens de serviços e as potencialidades do país como localizações privilegiadas de investimento, tendo em vista, por um lado, o desenvolvimento das exportações nacionais e, por outro, a captação de investimento estrangeiro capaz de contribuir para a efectiva modernização produtiva portuguesa.

Neste contexto, compete ao ICEP encontrar e dinamizar fórmulas de estímulo ao desenvolvimento da cooperação empresarial e ao empreendimento de estratégias empresariais de internacionalização adequadas aos desafios que se colocam à economia nacional.

Empresários portugueses

Na opinião de Ana Koehler, os expositores portugueses na 27.ª edição da FACIM foram bem sucedidos, pois «as pessoas saíram todas satisfeitas» em resultado de contactos com parceiros moçambicanos e outros países presentes.

Se conhece projectos em carteira acordados durante os dez dias que durou a FACIM/91, a delegada do ICEP sublinhou que «como é habitual

nestas feiras, as pessoas não vêm com intenção de fazer negócio, mas sim estabelecer contactos para um decurso do ano concretizar as coisas».

«De qualquer modo, nós sabemos que houve concretizações de contratos».

Na fase da concretização de negócios

Nos nossos contactos com os expositores foram de vários aqueles que nos disseram estarem em vias de concretizarem empresas com parceiros moçambicanos, pedindo em geral para não os mencionarmos por enquanto, dado que estavam ainda na fase do «segredo é alma do negócio».

Segundo dados oficiais, participaram na 27.ª edição de FACIM cinquenta e duas empresas portuguesas agrupadas no pavilhão oficial de Portugal e mais deztois fora.

A exposição nesta feira decorreu nos moldes tradicionais com grande número de empresas, pelo que não houve uma diferença que possa ser considerada «espectacular» em relação aos anos anteriores.

Aumenta a cooperação

Ana Koehler, disse, entretanto, que a cooperação entre Moçambique e Portugal continua a crescer. Duas missões portuguesas deverão chegar a Moçambique nos meses de Outubro e Novembro com o objetivo de trocar experiências com parceiros moçambicanos.

A primeira missão será integrada por membros da Associação Industrial Portuguesa e a segunda a incluirá representantes da Associação Industrial de Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul.



Discursando pelo director da Feira.

talvez encorajada pelos acontecimentos recentes de Angola, um que Portugal desempenhou tarefa de relevo nos acordos de paz, e manifestou a instituição em Maputo, do escritório do Banco de Fomento e Exterior, «que pode dar um empurrão aos investidores lusos».

De realçar ainda, a África do Sul, tímida, até há pouco, e, agora, em força, nesta edição da feira, com 59 empresas no pavilhão nacional e mais 11 espalhadas pelo recinto.

Reunião atacou em força

Notícia foi para Américo Magais e Ilha da Reunião, que far que sinistros esperanças na recuperação da nos-

ta economia». A Ilha da Reunião pertence a um agrupamento económico, de teor ribeirinho, no Índico, de que fazem parte as Maurícias e as Seicheles. Enviou furo delegação e a sua importância ultrapassa a pequenez territorial, 2.150 metros quadrados com cerca de 600 mil habitantes, ponta avançada da França numa região do Índico em que Moçambique pretende jogar papel de relevo nos sectores económicos e diplomáticos.

A Reunião trouxe até Maputo um plano que pode ser classificado de impressionante na área dos transportes, um dos sectores do desenvolvimento moçambicano. Trata-se de um navio mãe servido por um conjunto de barcaças que podem rumar rios acima, pelo interior, a fim de carregarem produtos, que depois, fazem o caminho do mar. «Um contributo não indiferente, que se for adoptado, poderá contribuir para a solução de parte do problema», diz Américo Magais.

Por outro lado, a ilha já possui um sistema de voos regulares para Joanesburgo, cidade sul-africana ligada diariamente a Maputo. Joanesburgo poderia ser assim uma espécie de plataforma de voos regulares nesta região do Índico.

A França, como não podia deixar de ser, apoiou fortemente o projecto e já se pensa, a nível das autoridades locais, em substituir o alentejo nas rotas secundárias pelo português, confor-

Collor de Mello em Moçambique

PÚBLICO

SABADO 14 SETEMBRO 1991

Chissano volta a acusar a Renamo

ENQUANTO se aguarda para a próxima semana o reinício das conversações de Roma sobre a paz em Moçambique, o Presidente Joaquim Chissano voltou a acusar a Renamo de "manobras dilatórias e diversionistas, numa clara tentativa de ganhar tempo".

Num banquete oferecido ao Presidente brasileiro, Fernando Collor de Mello, durante a sua visita de 24 horas a Moçambique, Chissano lamentou que, não obstante a flexibilidade manifestada pela delegação governamental na capital italiana, volvido mais de um ano de negociações directas, não tenha sido ainda possível alcançar um acordo de cessar-fogo.

"Ao negar a legitimidade do Estado moçambicano, a sua soberania, as suas instituições e as suas leis, a Renamo pretende devolver ao ponto zero todo o esforço do povo e do Governo e de toda a comunidade internacional para parar a tragédia que abala o país e a região" — sublinhou.

Ao falar especificamente da visita de Collor de Mello, o Presidente moçambicano referiu-se ao crescimento da cooperação, esclarecendo que esta vai ser alargada a áreas vitais

do desenvolvimento económico, como o carvão, agricultura, transportes, saúde, educação e formação profissional.

Segundo Collor de Mello, a participação brasileira no projecto integrado de carvão em Moatize, na província de Tete, assume fundamental importância para a economia moçambicana, tendo sido já realizado um estudo de pré-viabilidade pela companhia brasileira Vale do Rio Doce.

É necessário agora estimular as empresas dos dois países a procurarem o apoio de instituições financeiras e de cooperação internacionais, bem como de terceiros países, para a sua concretização — sublinhou.

Plano de Transportes

O Brasil vai dar assistência à elaboração do Plano Nacional de Transportes e apoiar a adopção de medidas destinadas a implementar a cooperação na área da extensão rural.

Num comunicado distribuído à imprensa, os dois presidentes salientaram que "apenas a verdadeira liberali-

zação do comércio internacional e a abertura de oportunidades comerciais nos mercados dos países desenvolvidos, para produtos e serviços de países em desenvolvimento, poderiam criar condições ideais para a reestruturação económica e financeira destes últimos, com consequências globais positivas".

Positiva foi também considerada por observadores a meteórica deslocação de Collor de Mello a Moçambique, tendo em conta que se estabeleceram as bases para o incremento das relações e da cooperação técnica e económica, numa visita que à partida tinha um carácter particularmente político.

Collor de Mello convidou Joaquim Chissano a visitar o Brasil no próximo ano, aquando da realização da segunda Conferência sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro.

Chissano, por seu lado, condecorou-o com a Ordem da Amizade de primeiro grau, em reconhecimento do seu esforço na "defesa da liberdade, igualdade e justiça entre os homens". ■

Teresa Lima,
em Maputo

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 DE SETEMBRO DE 1991

A libertação do cidadão português António Rogério Martins, raptado há uma semana na província de Sofala, foi solicitada pelo embaixador de Portugal em Moçambique, António Lopes da Costa, numa mensagem dirigida ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama. O diplomata português declarou à agência Lusa que nessa mensagem, enviada no sábado, advertiu a Renamo de que a libertação de António Rogério Martins seria uma questão de «credibilidade» e que nesta altura actos destes são injustificáveis. O embaixador acrescentou que Portugal não pretende substituir-se à Itália na mediação do processo de paz para Moçambique. «Estamos interessados na paz para Moçambique e não na liderança do processo», afirmou António Lopes da Costa, que acrescentou que Portugal «está na disposição de fazer uma intervenção qualitativamente superior», no quadro das conversações para a paz em Moçambique, mas que o palco destas nunca será transferido de Roma para Lisboa.

SEMANÁRIO 14 SET 91

TERTIR EM MOÇAMBIQUE

A Tertir, empresa de terminais portuários presidida por Rodrigo Leite, vai constituir 4 empresas de capitais mistos em Moçambique num investimento global calculado entre os 7 e os 8 milhões de contos. As 4 empresas vão actuar no transporte marítimo de médio e longo curso — em que intervirá em conjunto com a Transnautica; exploração dos terminais de segunda linha na Beira e Maputo; operações portuárias ligadas ao caminho de ferro; e transportes rodoviários.

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA 11 SETEMBRO 1991

O MLSTP — Partido Social Democrata, que se encontra na oposição em São Tomé e Príncipe, expulsou ontem das suas fileiras, por absentismo, José Fret Lau Chong, membro da Comissão Política que em Dezembro do ano passado disputara a Carlos Graça o lugar de secretário-geral e que será provavelmente o próximo embaixador são-tomense em Luanda. Foi entretanto anunciado em conferência de imprensa que o mesmo partido decidiu formar um "Governo sombra", para fiscalizar as acções do executivo de Daniel Daio.

26 AGOSTO 1991

• O SÉCULO DE JOANESBURGO

Como Mandela consegue dólares para o ANC

Nelson Mandela descreveu a semana passada em Joanesburgo a técnica que utilizou para angariar 15 milhões de dólares para o ANC na sua primeira viagem por países africanos depois de ter sido libertado, e outras 21 milhões de dólares na Ásia.

Falando num «cocktail» no Islamic Bank, em Fordsburg, o presidente do ANC disse que quando fala com potenciais doadores ele vai «directo ao assunto».

«A minha abordagem para com todos eles foi «Eu preciso tanto de você e gostaria de levar esta quantia comigo agora», porque vocês sabem que governos são tão reticentes tal como os empresários — se não se conseguem o dinheiro quando se está pessoalmente com eles, é provável que jamais o obtenha».

«O primeiro país a que fomos foi a Nigéria, porque a Nigéria tem petróleo. O presidente Ibrahim Babangida chamou im-

ediatamente o seu ministro das Finanças e deu-lhe uma autorização para libertar 5 milhões de dólares em dinheiro.

«Voltámos de África com 15 milhões de dólares em dinheiro.

«Na Indonésia pedimos 10 milhões de dólares e eles deram-nos 10 milhões de dólares. Isto sem contar com os 15 milhões de dólares que recebemos da Austrália».

Apenas na África do Sul não temos sido capazes de angariar fundos junto dos empresários referiu Mandela.

«Como é que querem apoiar o processo de paz se não nos capacitam a mobilizar o País para a paz?», perguntou a audiência Mandela, acusando os empresários de darem dinheiro a organizações que promovem a luta contra o ANC.

Ele foi ovacionado e deixou o recinto com um Corão e um cheque para a repatriação de exilados do ANC.

le Monde AFRIQUE DU SUD

«Un homme, une voix» ?

«Le racisme ne fait plus partie de notre vocabulaire», a assuré, mercredi 4 septembre, le président Frederik De Klerk, qui présentait son projet de «gouvernement constitutionnel dans une démocratie participative», devant un congrès extraordinaire du Parti national, acquis à ce nouvel ordre des choses.

«Le vote pour tous, mais pas le droit de dominer ou d'opprimer»: le chef de l'Etat a ainsi résumé ce projet qui va dans le sens du processus engagé depuis des mois et qui repose sur la notion de «partage du pouvoir». Pour ce faire, il propose de créer une Chambre haute, chargée de défendre les intérêts des minorités, comme contrepoids à une Assemblée élue au suffrage universel direct et à la proportionnelle, selon le principe «un homme, une voix», revendiqué par les Noirs.

M. De Klerk s'inspire du modèle suisse pour prévoir un exécutif collégial, formé des dirigeants des trois principaux partis, qui éliraient, chaque année, à tour de rôle, l'un d'entre eux pour exercer les fonctions honorifiques de chef d'un Etat fortement décentralisé, composé de neuf régions, dotées d'un «gouvernement propre».

Comme il s'y attendait, le Congrès national africain (ANC) a aussitôt vilipendé cette «recette pour un désastre» qui, selon lui, rendrait le pays «totalement ingouvernable», jugeant même que pareille approche

«avait été à l'origine de la guerre civile qui a dévasté le Liban pendant quinze ans». A l'autre bout de l'échiquier politique, le parti conservateur a tout bonnement vu, dans le projet constitutionnel de M. De Klerk, une «recette pour la révolution». Au total, le chef de l'Etat n'aura reçu de satisfaction que de la part du chef du parti Inkatha à dominante zoulou, M. Mangosuthu Buthelezi, et du président du Parti démocrate, qui défend les vues de l'opposition blanche libérale.

Pourtant, M. De Klerk garde le moral. Il s'est dit persuadé de pouvoir trouver un «terrain d'entente» avec l'ANC autour de la table de négociations. A condition, toutefois, que les parties en présence ne retardent pas cette échéance inéluctable par toutes sortes de prétextes, de mesures dilatoires. A cet égard, la signature, mercredi, à Genève, d'un accord sur le rapatriement de quelque 40 000 exilés sud-africains est de nature à détendre le climat politique.

S'il demeure hostile à la formation d'un gouvernement de transition, voire à une suspension de la Constitution, considérant qu'il n'a pas été mandaté «pour remettre la totalité du pouvoir à l'ANC ou à qui que ce soit», M. De Klerk s'est, néanmoins, déclaré prêt à des «arrangements transitoires». S'y résigner et le dire, c'est déjà, bel et bien, lancer la négociation.

(Vendredi 6 septembre.)

O SÉCULO DE JOANESBURGO

2 SETEMBRO 1991

Cinco milhões de sul-africanos a menos no censo deste ano

O Censo-91 dá conta de 26,5 milhões de pessoas a residir na África do Sul, isto é, quase cinco milhões a menos do que a população do País estimada a meio do ano pelo Serviço Central de Estatísticas (CSS).

Dos 26,5 milhões, 18,3 milhões são negros, 4,5 milhões brancos, 2,8 milhões mulatos e 900.000 indianos.

O Censo-91 excluiu os estados TBVC (bantustões e auto-governados).

As estatísticas do CSS realizadas a meio do ano estimavam que a população da África do Sul no dia do censo (7 de Março) era

de 31,3 milhões de pessoas.

Dados preliminares revelados pelo Censo-91 dão conta que o Transvaal tem a maior parte da população do País, 8,6 milhões, seguido pelo Cabo com 5,5 milhões, 2 milhões no Natal e 1,9 milhão no Free State. No KwaZulu moram 4,5 milhões de pessoas.

Segundo o censo, 62% da população sul-africana é urbana, enquanto em 1985 os residentes citadinos representavam 56% do total. A urbanização dos negros aumentou de 40% em 1985 para 50% actualmente.

Os resultados do Censo-91 podem ter sido sensivelmente distorcidos

por causa da devolução de fichas de 76 áreas, informaram os pesquisadores.

COLÈRE DANS LES CITÉS NOIRES D'AFRIQUE DU SUD

Le Congrès de l'ANC fait confiance à M. Mandela

UN climat d'attente et de scepticisme s'est instauré en Afrique du Sud à la suite des révélations sur l'appui accordé par le gouvernement au mouvement Inkatha. La violence continue de sévir un peu partout dans le pays et certains s'interrogent sur la poursuite de la démocratisation amorcée en février 1990. Réunie à Durban en juillet dernier, la quarante-huitième session du Congrès national africain (ANC) a été marquée par une double préoccupation: tenir compte de l'impatience des populations africaines tout en ménageant les chances du dialogue avec le pouvoir blanc. La volonté de modération l'a emporté, mais pour combien de temps?

Par notre envoyé spécial PIERRE BEAUDET *

En ayant orchestré un important programme de soutien financier en faveur du principal rival de l'ANC (1), le gouvernement a admis ce que tous savaient déjà. Comme l'explique le politologue Steven Friedman, « ce régime n'a pas l'habitude de jouer franc jeu ». Bien que le président De Klerk ait annoncé la fin de telles initiatives, le doute subsiste dans l'opinion.

Dans ce contexte, le hémisphère des personnalités identifiées au camp des « lauriers » (tel le ministre de la défense, M. Magnus Malan, qui devient ministre responsable des forêts et des ressources aquatiques) est davantage apparu comme un moyen de sauver la face plutôt qu'un virage fondamental de la part de M. De Klerk.

Pendant ce temps, dans les cités noires, la colère demeure grande. Dans la province de Natal, en particulier, les affrontements n'ont pratiquement pas cessé entre les groupes armés de l'Inkatha, les fameux impi, et les supporters des mouvements anti-apartheid. Seulement depuis le début de l'année, on compte ainsi plus de 2 000 victimes. « Ici, c'est la guerre », affirme un député de l'opposition au Parlement blanc, M. Pierre Cronjé (Parti démocratique, opposition libérale). Devant les maisons dévastées à Richmond (nord de Durban), où plus de 25 000 personnes ont fui leurs foyers, M. Cronjé décrit la scène devenue classique: « Les impi arrivent, la police part. Ils tuent un peu n'importe qui se trouvant sur leur passage, ils pillent les maisons. Puis ils partent et la police revient. Les responsables sont identifiés, mais très peu de poursuites judiciaires sont habituellement engagées. La plupart des gens vivent dans la terreur ».

À la suite des pressions de certains groupes de surveillance amis par les Églises, le gouvernement visait finalement de sévir. L'un des chefs militaires d'Inkatha, M. Khawulegweni Mkhize (il est aussi membre du cabinet du gouvernement du KwaZulu, qui préside M. Buthelezi, chef du mouvement Inkatha), est devant les tribunaux, accusé de meurtre et de tentative de meurtre contre 16 personnes. Deux autres membres du gouvernement du KwaZulu, M.M. Samuel Bhekizirwe et Psychology Ndlovu, ont été déclarés coupables de meurtres et d'homicides. « Il s'agit encore là de mesures partielles, nous espérons M. Cronjé; dans la région de Richmond, l'une des plus affectées par les affrontements, le principal chef de guerre local,

M. David Ntombela [il est aussi membre de l'Assemblée législative du KwaZulu], continue d'opérer au vu et au su de tous. Ce n'est pas facile de qualifier cette violence de « conflit tribal », « Notre contre Notre ». Il s'agit d'une opération politique, que la police indigéniste, avec ses moyens actuels, pourrait faire cesser à 90 % ».

Sur le fond, il semble que la ligne dominante au sein de l'État continue de miser sur la constitution d'une grande alliance politique et sociale qui exclurait l'ANC et les mouvements populaires qui lui sont alliés, au profit d'une coalition comprenant une minorité noire conservatrice aux côtés du bloc blanc. « En comptant sur Inkatha, on allait chercher les nouvelles élites conservatrices du côté des Indiens et des métis, en ralliant le milieu des affaires noir, le régime espère encore se doter d'une masse critique suffisante pour gouverner sans être véritablement avec l'ANC. Il s'agit en fait d'un neo-apartheid en formation », explique M. Mike Morris, sociologue à l'université de Natal.

M. Nelson Mandela, avec l'appui de plusieurs autres dirigeants de l'organisation, notamment M. Thabo Mbeki (responsable des affaires étrangères) - a pu faire entendre à nouveau le principe de la négociation. Dans ce contexte, l'ANC réclame le mise en place d'un gouvernement intérimaire, qui inclurait des représentants des divers mouvements anti-apartheid, ainsi que la convocation d'une conférence réunissant tous les partis politiques et qui aurait pour tâche de réaliser un consensus sur les grands principes d'un projet démocratique. L'ANC réclame enfin la convocation, au terme de ces négociations, d'une assemblée constituante démocratiquement élue, qui pourrait statuer une fois pour toutes sur la constitution d'une « nouvelle Afrique du Sud non raciale et démocratique ».

Une nouvelle génération militante

Si tout le monde s'entend sur l'idée d'une transition pacifique vers un certain partage du pouvoir, de nombreux désaccords subsistent sur la stratégie à mettre en place pour faire en sorte que ce « grand compromis » n'ait été recherché. Plusieurs militants de l'ANC, notamment ceux qui appartiennent au mouvement syndical, bien enraciné dans le pays et allié traditionnel de l'ANC, craignent qu'une négociation au sommet ne leur fasse laisser tomber les revendications populaires. Selon M. Moss Mavetiso, qui dirige le puissant syndicat des métaux, « le mouvement de masse ne s'est pas uniquement battu pour pouvoir élire l'ANC. Nous voulons des changements fondamentaux dans ce pays ». « Malheureusement, jusqu'ici, note M. Siphe Kubbeka, du syndicat de l'imprimerie, la direction de l'ANC a soutenu sa tendance à nous laisser dans l'obscurité par rapport aux négociations ».

Ces préoccupations ont certainement influé sur les délibérations du congrès, à en juger, entre autres, par l'élection au poste stratégique de secrétaire général de l'ANC de M. Cyril Ramaphosa, qui a fondé et dirigé pendant plusieurs années le syndicat des mineurs (3). Comme d'autres représentants des forces de l'« intérieur » qui proviennent de la nouvelle génération militante des années 80, M. Ramaphosa est nourri d'une culture politique différente de celle de M. Mandela. Les deux hommes s'affrontent d'ailleurs affrontés assez sérieusement lorsque M. Ramaphosa avait demandé, en 1990, que l'ANC écarte M^{me} Winnie Mandela de toute fonction politique, à la suite du scandale l'ayant impliquée dans le meurtre d'un jeune Noir de Soweto. Reste à voir maintenant si l'ancienne génération acceptera de céder progressivement la place, et accélérer la démocratisation interne, qui tarde encore à s'imposer, pour faire de l'ANC un mouvement politique

loicalement transparent et responsable devant ses propres membres.

Cette question n'est pas simple, car les traditions autoritaires sont encore puissantes, et le pouvoir continue de jouer de la manipulation et de la violence.

Un autre débat concerne la délicate question du rôle du Parti communiste sud-africain au sein de l'ANC. Les communistes, qui ont été pendant de longues décennies d'indéfectibles alliés de l'ANC, sont retranchés au sein de l'organisation, ayant acquis le droit de « double appartenance ». Plusieurs de leurs dirigeants, tels le secrétaire général du parti, M. Joe Slovo, ainsi que le responsable militaire, M. Chris Hani, sont aussi des dirigeants de l'ANC. Ce qui peut poser problème pour certains car, en se transformant en parti politique, l'organisation doit tenter de définir ses positions sur l'avenir du pays, et l'alliance avec les communistes peut alors paraître dommageable pour sa crédibilité, notamment auprès des secteurs les plus conservateurs de l'opinion noire. Certains communistes prévoyants et sensibles à l'effacement du camp socialiste qui constitue leur référence et leur point d'appui, commentent à argumenter en faveur d'une dissolution du PC, de façon à se maintenir dans l'ANC pour y défendre un projet de transformation socialiste.

Cette opinion, toutefois, n'est nullement partagée par tous. À commencer par M. Nelson Mandela, qui déclarait à un grand quotidien de Johannesburg que « l'ANC n'adopterait jamais un programme socialiste (4) ». Présentant la pensée sur ce point, il a ajouté que la coopération avec le PC de duravel pas après le démantèlement de l'apartheid. Quelques jours plus tard, il annonçait que M. Chris Hani avait été « à sa propre demande », relevé de toute responsabilité au sein de l'ANC pour se consacrer à celles dévolues de son appartenance au comité central du PC.

Le mouvement anti-apartheid, y compris son « centre de gravité » historique qu'est l'ANC, arrive à un moment crucial. La démocratisation du pays se heurte encore à des obstacles formidables dont, en premier lieu, un État encore déterminé à préserver les privilèges des Blancs par la violence et la manipulation.

Pendant ce temps, en dépit de la levée des sanctions et du retour de l'Afrique du Sud au sein de la communauté internationale, l'économie poursuit son déclin. Chaque jour s'aggrave les problèmes économiques et sociaux dont héritera le prochain gouvernement.

Par ailleurs, le grand rassemblement de forces politiques qui s'est fait autour du programme de l'ANC et de la figure historique de son chef devient plus fragile au fur et à mesure que l'apartheid comme système coherent de domination et d'exploitation de la majorité noire est remplacé par une sorte de « neo-apartheid » encore coelus. « Tant que le mouvement de libération poursuit avec les gens autour du symbole de la lutte contre l'apartheid, il pourrait faire l'économie d'une définition plus claire de ses politiques, constate M. Steven Friedman, mais maintenant, l'ANC devra faire des choix stratégiques, déterminer ce qu'elle représente et ce qu'elle défend, et ce sera difficile ». Dans ce sens, tant M. Mandela que l'ANC dans son ensemble, qui ont pu au cours des derniers mois franchir certaines étapes, devront dans la période qui s'amorce faire face à leur plus grand défi.

(1) Les porte-parole du gouvernement ont ainsi déclaré que Pretoria avait effectué des manœuvres semblables en Namibie durant le processus de transition en 1985, en violation des engagements pris envers les Namibais.

(2) La nouvelle direction compte 90 membres, dont 55 élus au suffrage secret (parmi lesquels les deux officiers généraux), et M. Nelson Mandela à la présidence. Les 35 autres membres du comité exécutif national sont nommés d'office (28 représentants les 14 structures régionales du pays, 2 la Ligue des femmes, 2 la Ligue des jeunes et 3 membres cooptés par la direction nationale).

(3) Cf. Boikwe Mafema, « Les communistes dans le combat politique », le Monde diplomatique, septembre 1985.

(4) The Star, juillet 1991.

ANC classifica propostas constitucionais do NP como fórmula aceitável para governo interino

As propostas constitucionais do NP, reveladas em suas linhas gerais a semana passada pelo estratega-chefe do partido, Stoffel van der Merwe, são uma fórmula aceitável para um Governo interino, mas «extremamente artificiais» para serem permanentes, disseram fontes do ANC.

Especialistas constitucionais do movimento disseram que o Partido Nacional está envolvido num exercício de manobras para enfiar o que não passa de direitos étnicos.

A estrutura federal com nove governos regionais apenas criarão mais burocracia mas negarão efectivamente o direito de governar ao partido

maioritário.

«Basicamente, nega as implicações de uma democracia na África do Sul», disseram os negociadores constitucionais do ANC. «Limita e nega as consequências da lei da maioria, e fará muito difícil a tarefa de reconstrução», disseram.

As propostas do NP são uma continuação da direcção que o partido segue actualmente, e não representam nada de novo. As propostas de um comité governante de três ou cinco pessoas e um gabinete de representação ponderada tornarão o País simplesmente ingovernável, acredita o ANC.

«Mais adequadamente,

esta é a maneira como um Governo interino deveria ser constituído e funcionar», disse um analista. «Não pode ser sugerido como um sistema de Governo permanente. É muito artificial para ser permanente». Internacionalmente, federações de estados têm sido criadas entre estados autónomos, mas aqui o plano federativo do NP pretende ser artificialmente imposto sobre um sistema político e económico essencialmente unitário.

A área de PWV (Pretória, Witwatersrand e Vaal) tem dois terços da riqueza e da população do País, e é difícil imaginar como faria parte de um sistema federado — relata o ANC.

Segundo jornal afecto ao ANC

Alegada a existência de facção anti-De Klerk no seio do NP

Uma facção dentro do Partido Nacional (no Governo), incluindo quatro ministros, considera que falta ao presidente FW de Klerk experiência e astúcia política — alega um artigo publicado no jornal oficial do ANC, Mayibuye.

O artigo, escrito por um «pesquisador» não identificado, aventura-se a narrar a história das forças especiais da SADF e conclui que os cinco Regimentos «batedores», os Batalhões 31 e 32, e o Civil Corporation Bureau «devem ser extintos».

«Alguns observadores indicam que as dificuldades de De Klerk estão a ser

mais problemáticas ainda devido à existência de uma facção anti-De Klerk dentro do NP...».

O grupo, diz o jornal Mayibuye, inclui os ministros da Defesa, Magnus Malan, das Finanças, Barend du Piessis, do Planeamento e Administração Provincial, Hernus Kriel, e da Educação e Cultura, Piet Clase.

«Esta facção, argumenta-se, acredita que De Klerk não possui a sagacidade política e a experiência administrativa para assegurar um resultado favorável para o NP na mesa de negociações».

«Mayibuye» diz que a facção pensa também que uma campanha mais agressiva

contra o ANC é necessária.

A Inteligência Militar e as forças especiais estão de facto em boa posição para atingir estes objectivos, diz o jornal oficial do ANC.

«De facto, o actual chefe da SADF, general Kat Liebenberg, era comandante-chefe das Forças Especiais entre 1982 e 1985, um período em que grande parte das operações das Forças Especiais foi levada a cabo e quando o CCB foi formado».

«É significativo que De Klerk, que se diz comprometido com a democracia, tenha apontado Kat Liebenberg para esta posição», escreve o pesquisador.

Incentivos à exportação para compensar a taxa de inflação e a queda do valor do Rand

Os incentivos para a exportação irão aumentar em 1 por cento a partir do dia 1 de Outubro, devido à alta inflação e à queda do valor do rand, que têm reduzido a competitividade das exportações sul-africanas no mercado internacional.

Os incentivos para a exportação de bens industriais irão aumentar para 19,5% no Plano de Incentivo à Exportação, referiu o director do Departamento

da Indústria e Comércio, Ben Piensar.

O incentivo para a exportação de produtos de baixa industrialização (vasta quantidade de material) aumentará de 5 para 7 por cento, enquanto para a matéria-prima beneficiada subirá a 2,5 (1,5% antes) enquanto a exportação de matéria-prima não beneficiada continuará a não ser subsidiada (0%).

A mudança do valor dos incentivos é calculada se-

gundo o «E-factor», factor recalculado semestralmente segundo o valor do rand no câmbio por moedas internacionais.

Piensar disse que não é por acaso que os bens manufacturados são os que recebem maiores incentivos.

«É um dos mais fortes instrumentos do Governo para promover a indústria sul-africana, sem o qual o país continuaria estacionado a nível de crescimento zero».

13.9.1991 O JORNAL

Mário Soares na "Semana Luso-Sul-africana"

O Presidente da República, Mário Soares, é a personalidade portuguesa convidada para a cerimónia de encerramento da «Semana Luso-Sul-Africana» em Lisboa, que decorrerá entre 23 e 27 do corrente mês num hotel da capital.

Neto da Silva, secretário de Estado do Comércio Externo estará presente da sessão de abertura. Aguarda-se também a confirmação da presença de um alto dignatário da República da África do Sul.

Esta iniciativa da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana pretende incrementar as relações entre os dois países, estando já agendada para o próximo ano uma iniciativa semelhante na RSA, a «Semana de Portugal na África do Sul».

As relações comerciais entre os dois países são fortemente deficitárias para Portugal, embora, em termos absolutos não sejam alcançados valores muito significativos. Assim, no ano passado as nossas exportações para aquele país ascenderam a 4,9 milhões de contos (menos 14 por cento que no ano anterior), enquanto as nossas importações totalizavam 25 milhões de contos (mais 10,1 por cento que em 1989).

Nos primeiros seis meses de 1991 havíamos exportado já cerca de 3,4 milhões de contos e importado 12,2 milhões da África do Sul. Estima-se que este ano se verifique uma recuperação apreciável da taxa de cobertura da nossa balança comercial com este país.

ANC discute investimentos com empresários americanos

O ANC irá discutir a questão do investimento directo dos EUA na África do Sul num encontro com líderes empresariais americanos em Outubro.

O ANC relata que enviará aos Estados Unidos uma delegação de 10 membros, incluindo o director de Relações Internacionais, Thabo Mbeki, O PAC e a AZA-

PO também estarão representados.

O comité americano inclui o presidente da Coca Cola, Donald Keough, o antigo presidente da Reebok International, Joseph LaBonte, o «chairman» da Johnson & Johnson, Ralph Larsen, e o presidente da Colgate Palmolive, Reuben Mark.

África do Sul

Semana começou com 62 mortos

A SEMANA começou na África do Sul com uma vaga de 62 mortos e de uma centena de feridos, mas ninguém entendeu que isto ponha em perigo a conferência de paz prevista para sábado nem as negociações constitucionais a começar oficialmente num dos próximos meses.

Fortes contingentes da polícia e do Exército procuram impedir que os actos violentos de domingo e de ontem tenham seguimento, enquanto Joanesburgo, Soweto e outras localidades foram consideradas "áreas de emergência".

Um dos grupos de negros radicais, a Organização do Povo da Azânia (AZAPO), responsabilizou o Governo sul-africano pelos incidentes verificados, que começaram com o staque a militantes do Partido Inkatha na localidade de Thokoza.

No entanto, os grupos principais da maioria negra, o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Inkatha, abstiveram-se de declarações inflammatórias e garantiram o seu empenhamento no processo de paz.

Sábado, aqueles dois movimentos, juntamente com o Governo de Frederik de Klerk e com outras organizações, deverão assinar um acordo de paz patrocinado pelas igrejas e por homens de negócios.

Tal acordo será o prólogo ao início oficial, possivelmente durante o mês de Outubro, de um complexo processo negociado que deverá encaminhar a República da África do Sul para um futuro totalmente diferente daquilo que tem sido até agora o seu quotidiano.

Dentro de poucos anos haverá pela primeira vez no país eleições gerais pelo sistema universalmente aceite, sem qualquer distinção entre brancos, negros, mestiços e "indianos" (designação até agora aplicável não só a tida-

dãos oriundos da Índia mas também a descendentes dos naturais de outros territórios asiáticos, como o Paquistão, o Sri Lanka ou o Bangladesh).

ANC desmente

Por a maioria dos sul-africanos estar verdadeiramente empenhada na paz é que os incidentes periódicos não deverão atingir maior gravidade, se bem que uma certa violência não seja nada de absolutamente alheio aos povos que habitam o vasto país, fazendo parte do seu quotidiano desde há muitas décadas.

Um porta-voz do ANC, Carl Niehaus, desmentiu vigorosamente toda e qualquer implicação do grupo presidido por Nelson Mandela nos ataques de domingo aos militantes do Inkatha.

Niehaus considerou ser difícil de dizer com alguma certeza quem é que teria estado por trás do incidente, mas não excluiu de toda a responsabilidade da polícia.

Diversas fontes têm por mais de uma vez dito que elementos extremistas existentes nas Forças Armadas e na polícia estão, por diversas formas, a dificultar o processo de transição do antigo regime de "apartheid" para uma sociedade nova, sem distinção racial.

A extrema-direita branca é considerada hoje em dia um dos obstáculos principais à desejada normalização da vida na África do Sul, que tem potencialidades para se tornar um autêntico motor de todo o desenvolvimento dos povos africanos residentes a Sul do Equador.

Angola, Moçambique, Namíbia, Zimbabwe, Botswana e mais alguns países anseiam pelo dia em que a África do Sul possa ser verdadeiramente considerada um parceiro do desenvolvimento, e não uma ameaça de desestabilização,

conforme muitas vezes tem acontecido desde que aqueles territórios se tornaram independentes.

Greve da fome

Uma das novidades de ontem foi precisamente a de três militantes da extrema-direita terem acabado com a greve da fome iniciada precisamente há 64, 57 e 50 dias, como forma de serem amnistiados.

Henry Martin, de 50 anos, Adriaan Maritz, de 43, e Loed van Schalkwyk, de 53, convenceram-se de que o Presidente De Klerk não os consideraria presos políticos nem os amnistiaria, pelo que cessaram a greve, acerca da qual aliás têm surgido muitas dúvidas.

Membros de um pequeno partido da extrema-direita, a Ordem do Povo Boer (OEB), são acusados de atentados bombistas que causaram um morto e 13 feridos, pelo que deverão começar a ser julgados no dia 28 de Outubro.

Uma parte da imprensa sul-africana levantou a hipótese de a greve da fome não ter sido cumprida à risca, dado que as fotografias vindas a público nos últimos dias não pareciam corresponder a alguém que estivesse há cerca de dois meses sem qualquer tipo de alimentação.

Enquanto isto, o Partido Comunista Sul-Africano, aliado do ANC, acusou ontem o Presidente soviético, Mikhail Gorbatchov, de "parecer mais preocupado em manter a todo o custo o seu lugar do que em salvar o socialismo".

As posições duras dos comunistas sul-africanos têm sido um dos maiores obstáculos a que o ANC aumente a sua popularidade entre a opinião pública internacional. ■

Jorge Heitor, com Steven Lang em Joanesburgo

Violência sincronizada

Alguém não identificado tentou sabotar o consenso a que chegaram os três maiores partidos

Ferreira Sebastião

Joanesburgo

A SEIS escassos dias da concretização de uma grande esperança para o futuro da África do Sul «alguém» não identificado ao serviço não se sabe de que forças, provocou um grave foco de incêndio que se estendeu em várias frentes.

Após longos e conturbados contactos, acusações da mais variada ordem e alguma histeria, os três «grandes» sul-africanos — Partido Nacionalista, Congresso Nacional Africano e Partido Livre Inkhata — tinham conseguido, com forte influência nas

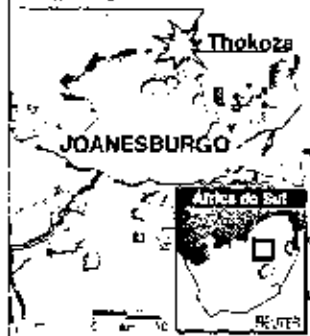
Igrejas do país, chegar finalmente a um consenso. Na semana passada fora decidido, no «Encontro de Sandton», criar-se o denominado Acordo Nacional de Paz, cuja assinatura, foi marcada para ser realizada amanhã, sábado.

Quando tudo estava fixado, o sangue voltou a jorrar nas aldeias negras situadas na zona de Reef, cintura da grande urbe que é Joanesburgo. A violência irrompeu no passado domingo, o que aconteceu cerca de um mês após tréguas relativas, durante o qual a tranquilidade prevaleceu no dia-a-dia sul-africano.

Um grupo de franco-atiradores desatou a disparar nesse dia, utilizando armas AK-47, sobre uma pequena multidão constituída por homens e mulheres que pacificamente desfilavam na localidade de Tokhoza. Do ataque resultaram cerca de trinta mortos e diversos feridos, o que, naturalmente, desencadeou uma

VIOLÊNCIA NAS CIDADES NEGRAS

Emboscada a apoiantes do Inkatha que se dirigiam para um comício provoca 62 mortos



enorme confusão. Surgiram imediatamente actos retaliatórios e o número de vítimas foi subindo. Enquanto isso, noutras aldeias e cidades negras — Tembisa, Kathleng e Soweto — a violência, como que sincronizadamente, ceifava mais vidas.

Decorridos que foram cinco dias sobre os acontecimen-

tos sangrentos, presenciados por forças da Polícia e do Exército, não se sabe de onde terá partido a iniciativa das hostilidades vulgarmente atribuída, em ocasiões anteriores, ao ANC e aos zulus.

Os dois partidos condenaram a chacina, declinando, ambos, qualquer responsabilidade, enquanto o governo (Partido Nacionalista) lamentava o sucedido e anunciava o já tradicional e gasto «imediato e rigoroso inquérito».

Apesar da gravidade da ocorrência que se salvou em 62 mortos e relançou o ódio étnico, enquanto a extrema-direita desempenhava o papel de mera observadora, continuou a acreditar-se que o Acordo Nacional de Paz irá mesmo para a frente e será de facto assinado.

A ser assim, mais uma etapa será ultrapassada, embora o plano se apresente visivelmente frágil como um castelo construído na areia.

África do Sul

Winnie

QUARTA-FEIRA 11 SETEMBRO 1991

Winnie ataca de novo

WINNIE Mandela, mulher do presidente do Congresso Nacional Africano, ANC, recuperou a sua posição de chefe do departamento de Saúde e Assistência daquele movimento, posição que tinha perdido há seis semanas, quando se encontrava numa viagem ao estrangeiro — anunciou o secretário-geral do grupo, Cyril Ramaphosa, ao apresentar à imprensa um novo organograma.

Na sessão da conferência nacional de Julho, o ANC procedeu a uma "reestruturação", nomeando designadamente Cheryl Carolus, destacada militante do Partido Comunista, para a chefia do departamento de Saúde, dirigido desde o ano anterior por Winnie.

Os departamentos do ANC devem ser dirigidos por membros da Comissão Nacional de Trabalho, grupo de 26 pessoas que constitui uma espécie de Governo-actuar. Como Winnie foi eleita, em Julho, para a Comissão Nacional Executiva, não

doveria pertencer àquela outra entidade. Mas entretanto foi decidido abrir algumas excepções à regra.

Winnie Mandela, que está desde Maio à espera do recurso que interpôs a uma pena de seis anos de cadeia pelo rapto e cumplicidade nos maus tratos infligidos a quatro jovens negros, tem numerosos adversários no ANC, mas também beneficia do facto de ser a mulher do chefe. A sua nomeação, no ano passado, para a direcção do departamento de Saúde fora contestada, mas agora acabou por conseguir recuperar o lugar.

Cheryl Carolus passa a dirigir o departamento de Recursos Humanos.

Por seu turno, Nelson Mandela foi designado oficialmente presidente da comissão que vai negociar com o Governo e outras forças o futuro constitucional da África do Sul.

Composta inicialmente por quatro membros, a comissão negociadora, cujo papel será

crucial nos próximos meses, tem agora nove, incluindo três de direito: Mandela, o vice-presidente do ANC, Walter Sisulu, e o presidente honorário Oliver Tambo. Ramaphosa continua a ser, porém, o responsável pelo funcionamento quotidiano, acompanhado por Jacob Zuma, Joe Slovo (secretário-geral do PC), Thabo Mbeki e Mohammed Vali Moosa. Quanto ao nono elemento, sabe-se apenas que será uma mulher, ainda não escolhida.

Mais de 80 mortos

Winnie Mandela e os laços com o comunismo são os pontos mais fracos na estratégia do ANC para se afirmar como a força decisiva da sociedade sul-africana, com aspiração a mais de 65 por cento dos lugares nas primeiras eleições livres que se efectuam no país.

Entretanto, pelo menos 84 pessoas foram mortas e mais de

África do Sul

Comunistas fiéis a Marx

«O que falhou foi uma versão distorcida do socialismo e não o socialismo»

Jerelyn Eddings
Joanesburgo

TODAS as quartas-feiras, em Joanesburgo, quando milhares de trabalhadores se preparam para regressar às suas casas, um grupo de jovens de cara séria vai ao seu encontro, para com eles discutir, sob a égide de Karl Marx, a história e as esperanças futuras do comunismo.

Numa altura em que o comunismo foi banido do seu país de origem, os trabalhadores sul-africanos podem ouvir dissertações de pessoas como Jeremy Cronin, um dos mentores do PCAS, que lhes falam da emergência do capitalismo e da sua tendência para «esmagar os trabalhadores» na sua constante procura para aumentar os lucros da classe dominante, o patronato.

Enquanto na URSS se derrubam estátuas de heróis do PCUS, os comunistas sul-africanos continuam a olhar o futuro numa perspectiva da construção de um paraíso terreno baseado nos ideais de Marx.

«No que toca à maioria negra deste país, o que aqui falhou foi o capitalismo e não o comunismo» — afirma Joe Slovo, secretário-geral do PC sul-africano e uma das figuras de proa do movimento anti-apartheid. «Aqui as misérias provêm do capitalismo, uma forma especial de capitalismo que surgiu neste país.»

A maioria dos seus líderes são-no também do ANC, o grupo anti-apartheid mais popular na África do Sul e a sua influência originou um debate sobre se o



Habitante do Soweto chora familiares mortos
«Aqui, o que falhou foi o capitalismo e não o comunismo»

ANC é uma organização controlada pelos comunistas, o que ambas as organizações negam com veemência.

Enquanto os líderes comunistas sul-africanos não têm problemas para explicar a sua popularidade no país, já o mesmo não se passa quando tentam explicar porque pensam que o socialismo pode vencer na África do Sul, apesar do seu falhanço noutras partes do mundo.

«O que falhou foi uma versão distorcida do socialismo e não o socialismo», afirma Joe Slovo, um advogado nascido na Lituânia que abandonou a África do Sul nos anos 60 quando a maior parte dos movimentos oposicionistas foi ilegalizada.

Antigo estalinista que se declara, agora, «sinceramente envergonhado» com o seu passado, o secretário-geral do PCAS põe a tónica nos erros económicos para o falhanço do comunismo, opinião que é partilhada por Chris Hani, um dos líderes mais populares do ANC e chefe da sua ala

militar e também dirigente comunista, que afirma que a ideologia continua válida porque se destina a «eliminar as grandes desigualdades sociais.» Mas Hani especifica: «Somos contra a ideia de que se pode usar quaisquer meios para implementar o socialismo, incluindo a ditadura, a prisão e a tortura.»

Embora a ideia de nacionalizar a Banca e as minas de ouro, como pretendem os comunistas, produzam calafrios nos homens de negócios sul-africanos, trata-se de uma ambição muito popular entre muitos negros, sobretudo jovens, que continuam a tratar-se por camaradas e anseiam pela prometida redistribuição da riqueza. «Somos um Partido Comunista muito popular em todos os aspectos», afirma Hani.

Segundo alguns analistas, a popularidade do PC só se explica pela sua longa ligação com o Congresso Nacional Africano — e adiantam que o partido nunca poderia sobreviver sozinho durante muito tempo ou tornar acei-

táveis as suas teorias se estas não estivessem associadas à mensagem anti-apartheid. Apesar de conhecer apoio entre os moradores mais jovens das cidades-satélites muito pobres de Joanesburgo, que associam o PC à luta da população negra, os comunistas têm lutado com dificuldades para recrutar novos membros e, também, na angariação de fundos.

Tal como Slovo, a fé de Hani nos ideais comunistas permanece inabalável — e ambos insistem em que a doutrina pode funcionar se for aplicada correctamente e que as massas negras sul-africanas os apoiarão na implantação de um regime comunista.

Aliás, o PCAS não poupa críticas a Gorbachev por este parecer mais preocupado em manter o lugar do que em «salvar o socialismo» e condenou a suspensão do PCUS, considerando-a «anti-constitucional e sumária».

© «Los Angeles Times»/
«O Jornal»

South Africa Bloody September

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

THE massacre by unknown gunmen on September 8th of Inkatha Freedom Party loyalists has rekindled suspicions that a sinister "third force" is deliberately fomenting enmity among black South Africans. The reaction of black leaders, political and clerical, has been unanimous: they have all reaffirmed their commitment to a peace accord brokered by prominent churchmen and leading businessmen.

The ambush, carried out in the township of Thokoza by three men armed with AK-47 rifles, came less than a week before a national peace accord, elaborated over 32 pages, was due to be signed. The use of AK-47 rifles suggested, or was intended to suggest, an African National Congress connection. The ANC's arms are communist-made.

The attack left 23 people dead, intensified the mistrust that already existed between Inkatha's supporters and the ANC's, and set off further violence in neighbouring townships, including Soweto. Within three days the death toll stood at more than 90.

The victims included six Inkatha men killed when unknown assailants lobbed hand grenades into their ranks as they made their way back from a rally in Soweto.

But, with minor exceptions, black leaders have refrained from blaming one another. Arguing that the attack was designed to wreck the peace accord, they have proclaimed their determination to sign the agreement as planned, and thus to thwart the aims of the "enemies of peace". The Thokoza massacre was a compelling reason to sign the pact, Inkatha's national chairman, Frank Mdlalose, said, endorsing a similar statement by the ANC's president, Nelson Mandela.

However admirable these sentiments, no one can be confident that the accord will reduce the endemic violence of the townships. The record of previous peace agreements is mixed. The one signed with high hopes between Inkatha and the ANC in January came to naught, underlining the impotence of political leaders to stop the carnage.

Still, there may be cause for some tentative optimism. It lies in the present groundswell in favour of peace. Two peace conferences, one called by President F.W. de Klerk in May and one called by church and business leaders in June, have helped to create a less antagonistic atmosphere.

The ANC boycotted the first conference, claiming that Mr de Klerk's government and its security forces were part of the problem and thus disqualified it from being a neutral convener. But the ANC attended the second, as did representatives of all South Africa's main political groups, with the exception of the Conservative Party and its allies on the far right. This second conference committed all participants to work for peace as a "supreme priority".

Figures gathered by the Institute of Race Relations suggest that this may have had some value. The average daily death toll

dropped from more than ten a day for the three months March to May, to fewer than five a day for the three months June to August. September, however, has started badly.

Optimists—Mr Mandela numbers himself among them—point out that the peace accord to be signed on September 14th is a far-reaching one, containing codes of conduct for political parties and the security forces (with many more pages devoted to the police than to the political parties), as well as mechanisms to monitor compliance by the signatories. And the government's promise to underpin the accord both legally and financially is a hopeful sign: the government's involvement in this plan distinguishes it from earlier bilateral pacts.

The accord provides for the setting up of a special commission, chaired by a judge or senior lawyer who will be assisted by four legally qualified people. The commission will be empowered to investigate political violence. A peace secretariat will set up regional and local "dispute resolution" committees. And a national committee, whose members will include representatives of the signatories, as well as churchmen and businessmen, will settle disputes over the code of conduct for political parties.

The care that has gone into planning the accord shows the good intentions of at least most of South Africa's political leaders. Success, however, is not guaranteed. It depends on whether there is a genuine commitment to peace among all concerned, and on the control of politicians over their followers. This week's events cast doubt on whether either of these conditions is yet satisfied.



Sticks against a third force

Pouco antes da assinatura, prevista para este fim-de-semana, do acordo entre o Inkhata e o ANC com o objectivo de pôr fim à violência interétnica, registou-se nova série de sangrentos recontros entre simpatizantes dos dois grupos.

SEMANARIO

14 SET 91

Transval: domingo sangrento

O luto voltou a cair sobre a África do Sul no fim-de-semana passado quando um grupo de simpatizantes do Inkatha, Partido da Liberdade, que se dirigia para um concerto num estádio de Thokoza foi atacado por desconhecidos munidos de espingardas automáticas «AK-47». Crivados de balas ficaram por terra 18 zulus mortos, enquanto outros 30 eram levados para hospitais do Transval Oriental com ferimentos de gravidade diversa. Uma testemunha presente no local nesse fatídico domingo à tarde afirmou, que viu um homem sair de uma casa empunhando uma «arma longa» ao mesmo tempo que «soprava um apito», aparentemente chamando outros dois ou três que apareceram de várias direcções disparando indiscriminadamente sobre os adeptos do Inkatha.

As emoções subiram imediatamente ao rubro, desencadeando uma série de ataques punitivos que victimaram várias dezenas de inocentes. Alastrando entretanto para outras zonas do Transval, a violência do fim-de-semana saldou-se em 65

mortos e mais de uma centena de feridos.

O incidente de Thokoza surgiu numa altura particularmente sensível do processo político. Com efeito, algumas das mais destacadas organizações políticas, o ANC e o Inkatha, estão em vias de concluir este fim-de-semana um acordo de paz que deverá impor às respectivas bases estritos códigos de comportamento na acção diária, incluindo-se o respeito pelas ideias, proibição de porte de armas em cerimónias públicas, entre outros. O presidente do ANC, Nelson Mandela, comentou os massacres na segunda-feira, colocando a hipótese de uma terceira força ter levado a cabo as acções com o objectivo de comprometer a assinatura dos acordos, realçando que o Congresso Nacional Africano os assinará apesar de tudo. «O nosso empenho é total», concluiu.

Nas fileiras do Inkatha, a reacção foi extremamente directa: «O ANC é o responsável pela matança», acusaram diversos dirigentes nacionais do partido. Todavia, o processo de paz entre os dois movimentos parece não ter descarrilado.

Neste novo surto de vio-



Envolvidos nos recontros do passado fim-de-semana recebem tratamento num hospital do Soweto

lência as forças de defesa sul-africanas foram mais uma vez apanhadas no meio de todos os fogos. Minutos depois do ataque de domingo passado, as forças de segurança montaram um forte dispositivo dissuasor na zona de Thokoza. Isso não evi-

taria, naturalmente, o aparecimento de novos focos de violência em diversas cidades, entre as quais o Soweto. Por uma vez a polícia e o exército não foram alvos de críticas das cúpulas partidárias mas, apesar disso, algumas testemunhas não deixa-

ram de criticar a passividade policial em ocasiões específicas. Da parte do governo, para além do apelo à calma, a única reacção digna de registar foi o silêncio.

António Pina,
em Joanesburgo

RUBRO

DOMINGO, 12 SETEMBRO 1991

Violência sul-africana

A POLÍCIA sul-africana afirmou ontem que o balanço dos últimos quatro dias de violência se eleva a pelo menos cem mortos, com a descoberta de mais cinco cadáveres na madrugada passada. A última espiral de violência começou no domingo quando 24 partidários do movimento anti Inkhata foram mortos. No total, e até ontem à tarde, havia 30 mortos confirmados no Soweto, arredores de Joanesburgo, e 64 noutras localidades negras. A polícia e o Exército reforçaram com centenas de homens os seus efectivos nas zonas mais sensíveis, mas os seus responsáveis estão optimistas quanto à possibilidade de travar a violência. ■

Acções deliberadas sabotam acordos

David Beresford
em JOANESBURGO

A RESOLUÇÃO pacífica do conflito sul-africano foi de novo comprometida esta semana por se terem intensificado as suspeitas de que estaria a ser posta em prática uma conspiração com o objectivo de sabotar o acordo constitucional entre a elite branca, no poder, e a maioria negra.

«Basta, por amor de Deus, basta!» era a manchete do maior jornal negro de Joanesburgo, o «Sowetan», depois de uma nova vaga de enorme violência se ter abatido sobre as cidades-satélite do Transvaal. Mas, embora o sentimento de exaustão seja generalizado, o país parecia impotente para pôr termo à carnificina.

Assim, nas vésperas da assinatura de uma importante Convenção de Paz, que terá lugar este fim-de-semana entre as principais organizações políticas e que poderá levar a um acordo histórico sobre as formas de pôr termo ao conflito, foram de novo postos a circular rumores sobre uma misteriosa «terceira força» que estaria a tentar perturbar o processo de paz — uma «mão escondida» que recorreria ao assassinio em massa com o objectivo de manipular o processo político.

A última onda de violência desenvolveu-se de uma forma habitual. No domingo, três homens armados não identificados armaram uma emboscada a 300 apoiantes do Inkatha que se dirigiam para um comércio em Tokoza, matando 18. O conhecimento da notícia na cintura industrial do Witwatersrand deu origem a uma nova série de mortes. No fim da semana, o número de baixas já era superior a cem e a pergunta que todos os sul-africanos faziam era: quem

foi o responsável? Três respostas eram possíveis: o ANC, o próprio Inkatha ou a «terceira força».

De início, receou-se que as primeiras mortes pudessem ser obra de uma «comissão de defesa da comunidade» organizada pelo ANC, que teria entrado em pânico ao deparar com os zulus — muitos deles armados com as armas tradicionais, onde se incluem lanças e zagais. Mas após as investigações que o EXPRESSO fez, podemos concluir que não existe qualquer «comissão de defesa» nessa zona. Além disso, os moradores informaram que a cidade tem estado relativamente tranquila desde Dezembro e que uma comissão coordenadora de paz, constituída localmente por membros do ANC e do Inkatha, estava a funcionar bem. Não haveria assim qualquer razão plausível que motivasse uma reacção de pânico.

Atacantes profissionais

A descrição da forma como os assaltantes atacaram os membros do Inkatha — três homens armados de espingardas, atacando ao mesmo tempo e em círculo de três pontos diferentes — dão mostras de um profissionalismo que sugere um acto premeditado. Tendo isso em conta, seria totalmente contra os interesses do ANC levar a cabo um tal ataque nesta altura: devido à maioria de que aparentemente dispõe em todo o país, só tem a lucrar com uma solução pacífica do conflito.

Poderá argumentar-se que o Inkatha — que não disfruta do mesmo apoio popular e que terá portanto menos vantagens com o processo de paz — poderia ter executado o massacre sobre os seus próprios membros numa jogada maquiavélica para fazer abortar as conver-

sações. Mas é muito pouco provável que uma operação com um tal grau de cinismo o pudesse ser praticada por assassinos negros, mesmo que a liderança da organização fosse capaz de a ordenar.

Parece óbvio que os prováveis responsáveis pelo massacre sejam elementos das forças de segurança, agindo com ou sem o conhecimento do Governo. E esta suposição foi reforçada esta semana por outro incidente: segundo alega o ANC, houve uma tentativa de homicídio sobre um membro do seu Executivo Nacional, Gill Marcus, a porta-voz oficial da organização.

Gill Marcus e Nat Serache, seu colega no Departamento de Informação do ANC, regressavam ao apartamento da primeira, perto do centro de Joanesburgo, na madrugada de terça-feira, quando viram um mini-autocarro estacionado do outro lado da rua. Marcus notou que a porta do bloco de apartamentos tinha sido forçada, mas conseguiu entrar. Nat Serache continuou a descer a rua e reparou que um homem armado fazia sinais de dentro de um edifício vizinho para os que se encontravam no autocarro. «Quando Serache se aproximou, o homem sacou da pistola e apontou-a. Os do autocarro saíram para a rua e começaram a correr na sua direcção. Serache, fingindo que também tinha uma arma, conseguiu despistar os atacantes e fugir», narra uma declaração do ANC sobre o incidente. A polícia foi chamada, mas, segundo o ANC, os agentes terão sido «extremamente insolentes, afirmando que tinham vindo para investigar um assalto à mão armada que estaria a decorrer, e foram-se embora, recusando-se a dar os nomes e os números de identidade».

EXPRESSO, SÁBADO 14 DE SETEMBRO DE 1991

(Continuação)

Investigações posteriores confirmaram que os três homens permaneceram dentro do mini-autocarro vigiando a entrada do prédio mesmo quando a polícia esteve presente.

Se esta alegada tentativa de assassinio tivesse tido êxito, as consequências teriam sido catastróficas, principalmente devido à importância de Gill Marcus. O êxito da convenção de paz ficaria comprometido, o que tornaria praticamente impossível qualquer tentativa de reconciliação entre as facções beligerantes.

A suposição de que uma «terceira força», integrando elementos das forças de segurança, está empenhada numa conspiração para fazer malograr o processo de paz é uma ideia que está ganhar

cada vez mais adeptos face aos processos normalmente utilizados para desencadear a violência. De todas as vezes, os crimes deram-se imediatamente antes ou depois de progressos significativos nas negociações. Por exemplo, em 29 de Janeiro, o Inkatha e o ANC anunciaram que tinham conseguido um acordo de paz. No dia 1 de Fevereiro, homens armados atacaram os comboios que levavam as pessoas para um comércio conjunto do ANC com o Inkatha em Soweto, matando uma e ferindo dez. Mais oito pessoas foram mortas no mesmo dia, em confrontos entre apoiantes das duas organizações, em Natal. Em Fevereiro e Março houve uma série de massacres. A 24 de Maio, o Governo convocou uma circosira de paz. No dia anterior à sua realização,

dois homens armados e mascarados entraram numa cervejaria numa cidade negra a sul de Joanesburgo e fizeram 13 vítimas.

A juntar a tudo isto, têm sido feitas declarações por diversos homens que alegam ter tomado parte em assassinios políticos por conta das forças de segurança. Afirmaram que estavam a ser utilizados esquadrões da morte, que antes operavam nos conflitos da Namíbia e de Moçambique — como parte das «Forças Especiais» do exército sul-africano, com o objectivo de provocar combates entre o ANC e o Inkatha.

Embora haja ainda suspeitas de colaboração entre o Inkatha e estas forças especiais, o facto é que Buthelezi tem vindo a dar sinais nas últimas semanas de que está ansioso por que seja posto

termo à violência. O seu apoio, juntamente com o do ANC, ao acordo de paz deste fim-de-semana foi considerado como o progresso mais positivo de todo o processo. Esperava-se que dentro de alguns meses se pudesse realizar uma conferência multipartidária que marcasse o início das negociações de uma nova Constituição não racial. Todavia, embora a convenção se esteja a desenvolver conforme o previsto, há dévidas crescentes sobre a sua validade real face à aparente conspiração assassina.

Tal como afirmou esta semana o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, se a luta não for suspensa poderá «devar a uma espiral de violência incontrollável. A África do Sul está à beira de um abismo», disse.

Acordo de paz obtido na África do Sul

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 DE SETEMBRO DE 1991

THE HIGHER SEPTEMBER 6 1991

Gangsters threatens health in township

FROM STEPHEN TAYLOR
CAPE TOWN

THE PAINS of societies in transition are nothing new, whether they are in the Soviet Union or South Africa. But the problems have a special poignancy on the Cape peninsula where, amid burgeoning township unrest and gangsterism, a brave and durable programme of student service to the community is in jeopardy.

Shawco, the welfare arm of the University of Cape Town (UCT) has been dispensing healthcare and supporting education in the city's black townships for almost 50 years. Through the state of emergency and other upheavals of the apartheid era, Shawco services were a beacon for township dwellers.

Now that the power-sharing process is underway, however, criminals are exploiting the political unrest that has become academic in the townships, and in particular the vast and fast-growing squatter community of Khayelitsha.

Shawco has been hit by a series of armed robberies and burglaries. Services have been affected and student volunteers and staff are expressing increasing anxiety over security.

In the past two months staff have three times been victims of armed robbers and Shawco centres have been repeatedly burgled. A nutrition centre was robbed and, in the most recent incident, a van taking meals to school children was held up by four armed men.

No Shawco staff or volunteers have yet been

injured, but most robbers have firearms and use them indiscriminately during hold-ups. Recent studies by monitors and UCT's Institute of Criminology indicate that South Africa's so-called "Mother City" has the highest murder rate in the world.

Much of the crime takes a particularly mindless form. Two black teenagers in school uniform were recently attacked and stabbed in Khayelitsha, one fatally, for no other reason than that they attended one of Cape Town's best schools.

For the time being Shawco health clinics, serviced by UCT medical students in turn supervised by volunteer doctors, are continuing as normal. But students indicated last month that they were no longer willing to go to Khayelitsha to run adult education classes, which last year helped 350 blacks to matriculate.

The Khayelitsha class has been cancelled. Attendance at other centres has been significantly reduced over the past year because township residents are themselves increasingly reluctant to go out at night.

Other Shawco services, such as nutritional programmes for pre-school and primary school children, have been disrupted by episodes of localised unrest. A pupil protest or class boycott is now regarded as entailing sufficient risk to Shawco personnel for the service to be suspended.

"As dedicated as people are, you cannot expect them to repeatedly and voluntarily put

themselves at risk," says Derek Livesey, Shawco's warden for more than 20 years. He reflects sadly that the heightened intimidation and suspicion in the townships has led to an erosion of community goodwill towards Shawco. "Things have suddenly got out of hand," he says.

Founded in 1943 by medical students who opened a clinic in a Cape Town slum, Shawco quickly expanded into social and education projects and by 1954 was a registered welfare organisation.

It started the first meals-on-wheels service in South Africa, and opened mobile health clinics and crèches. From a financial base of UCT Rag proceeds, Shawco has expanded its fund-raising activities to a point that revenue last year was Rand2.5 million (£500,000), against expenditure of Rand2.6 million.

It is common cause that many township residents, the young in particular, have been brutalised by the struggle against apartheid in which revolution and martyrdom became the highest calling for a generation.

In the past year political violence has been concentrated in the provinces of Natal and Transvaal, but simultaneously crime has been spiralling out of control in the Cape peninsula.

Stuart Saunders, vice chancellor of UCT and chairman of Shawco, told a news conference called to highlight the Khayelitsha violence: "We have to ask ourselves what sort of community we are developing when hold-ups on welfare facilities are occurring."

O GOVERNO de Pretória, o Congresso Nacional Africano (ANC) e o movimento zulu Inkatha assinaram, ontem, em Joanesburgo, um acordo de paz visando pôr fim à violência que grassa nos bairros negros da África do Sul.

O acordo foi assinado pelo Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, e pelos líderes dos dois movimentos, respectivamente, Nelson Mandela e Mangosuthu Buthelezi.

Pretende-se, assim, afastar a violência, endêmica na África do Sul, que se soma, desde 1981, em dez mil vítimas, resultantes, principalmente, dos confrontos entre facções inimigas rivais.

O Presidente Frederik de Klerk declarou que o acordo constitui muito mais do que "um simples passo no difícil caminho da paz", devendo ser encarado como uma "fundação sólida sobre a qual se pode construir".

Não deixou, porém, o estadista de reconhecer que o acordo "será difícil de aplicar" antes das negociações sobre o futuro da África do Sul.

Acordo não é «varinha mágica»

Por seu lado, Nelson Mandela, presidente do ANC, disse que o acordo remete para a história «as chamadas da violência». Mas, ele também, não deixou de expor algumas reservas, ao declarar que o acordo de paz não é uma «varinha mágica».

Nelson Mandela é da opinião de que a Assembleia Geral das Nações Unidas deverá adoptar uma «resolução pública» visando retirar o seu apoio aos partidos que não

assinarem ou não respeitarem este acordo.

Cerca de 30 outras organizações, partidos políticos, sindicatos e igrejas assinaram igualmente este acordo de paz, sendo de referir o Partido Comunista Sul-Africano (SACP), a muito poderosa federação dos sindicatos COSATU e o governo do bantustão de Kwazulu.

A assinatura do acordo ocorreu em ambiente solene, tendo sido transmitida em directo pela televisão sul-africana.

Apenas um episódio veio perturbar o decorrer do encontro, pois, enquanto este decorria, no exterior manifestantes do movimento Inkatha - cerca de três mil -, brandindo armas tradicionais, como machados e lanças, dançavam e entoavam cânticos guerreiros.

Apenas passadas algumas horas, os primeiros manifestantes começaram a dispersar.

Fontes do Inkatha disseram que os manifestantes vieram «espontaneamente» da região do Natal (Sul do país) para Joanesburgo, mas outra versão, obtida junto de alguns deles, dá conta de anterior apelo lançado pelos dirigentes do movimento.

Cinco mortos

A confirmar que, apesar do acordo de paz, a violência ainda continua, refira-se que cinco mineiros foram ontem mortos em confrontos entre grupos negros rivais, nas minas de ouro de Winkelhaak, a leste de Joanesburgo.

As forças de segurança da mina usaram gás lacrimógeno para separarem os dois grupos negros rivais.

Paz assinada na África do Sul

REJO
DOMINGO 15 SETEMBRO 1991

Jorge Heitor*

A paz foi ontem assinada no hotel de Joanesburgo onde se encontra instalada Maria Barroso, mas antes disso assistira-se a uma impressionante manifestação de zulus, com as suas armas tradicionais.

As principais forças políticas da República da África do Sul assinaram ontem um acordo de paz, a fim de se acabar com os actos de violência que ao longo do último ano causaram a morte a mais de 3000 pessoas.

Antes de o Presidente Frederik de Klerk e os líderes do ANC, Nelson Mandela, e do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, haverem assinado o acordo, na presença de 400 delegados a uma autêntica Convenção de Paz, mais de 2000 zulus tinham-se manifestado no centro de Joanesburgo, com catanas, zagaias e outras armas tradicionais.

Quando o rei dos zulus, Goodwill Zwelitini, chegou ao local foi saudado pelos seus súbditos, que vestiam camisolas do Partido Inkatha, considerado o principal adversário do Congresso Nacional Africano (ANC).

Durante toda a manhã, a mais importante etnia da África do Sul parecia ter-se apropriado da festa, mas ao princípio da tarde muitos dos manifestantes dispersaram, depois de insistentes apelos da polícia para que se afastassem do hotel onde ia decorrer a cerimónia. E depois de o próprio Buthelezi lhes ter falado no mesmo sentido.

Por coincidência, naquele mesmo hotel encontrava-se instalada a mulher do Presidente da República Portuguesa, Maria Barroso



Assim se manifestaram ontem os zulus

Soares, de passagem pela África do Sul.

Foi pouco depois das 16h00 locais (15h00 em Lisboa) que o Governo, o ANC e o Inkatha assinaram o acordo, como forma de se procurar acabar com a violência que nos últimos sete anos já causou perto de 10.000 mortos.

Mais de 30 outras organizações, partidos, sindicatos e igrejas assinaram igualmente o documento, incluindo o Partido Comunista, a federação sindical COSATU e o governo regional do Kwazulu.

Grandes dúvidas

No entanto, há quem duvide de que a cerimónia venha a ter grandes efeitos práticos, até porque existem cada vez mais indícios de uma "terceira força" que estaria interessada em perpetuar a violência e em prejudicar a solidificação de

uma autêntica democracia.

A chamada "terceira força" seria aparentemente constituída por elementos conservadores das Forças Armadas e da Polícia, apostados em sabotar todo o processo de transição pacífica a que o Presidente De Klerk meteu ombros.

Mandela em apuros

Ontem, depois da assinatura do acordo, foi dada uma conferência de imprensa em que Nelson Mandela disse que, se em vez de terem sido partidários do Inkatha houvessem sido militantes do ANC os que se concentraram junto ao Hotel Carlton, outra teria sido a dureza da polícia.

Mandela teve uma acesa troca de palavras com o Presidente De Klerk, acerca das alegadas preferências do Governo, quanto aos grupos da maioria negra.

O próprio líder do ANC tivera de fugir dos manifestantes zulus, temendo que algum deles tomasse uma atitude mais agressiva, na sequência do clima de tensão que na última semana, uma vez mais, se viveu no país.

Por isso mesmo, por o clima ainda estar tenso e haver bastante dificuldade em se passar das palavras aos actos, Mandela declarou que não vai acabar com o braço armado do seu movimento nem pedir à comunidade internacional que acabe com as sanções à África do Sul.

Buthelezi, por seu turno, ostentou perante a imprensa uma das armas tradicionais do povo zulu, a fim de fazer valer o seu ponto de vista de que se trata de objectos culturais e não de instrumentos de guerra.

Uma "comissão de paz" vai agora começar a funcionar dentro de poucas semanas, mas ninguém ainda sabe ao certo quando é que partidos políticos, sindicatos, igrejas e associações patronais se sentam à mesa para começar a debater a futura

Constituição da África do Sul.

Quando isso acontecer, um dos problemas mais difíceis a resolver vai ser o do estatuto das quatro regiões negras a que Pretória deu uma independência que nenhum outro país reconheceu: Transkei, Bophutatswana, Ciskei e Venda.

Além disso, existem outras regiões reservadas para diferentes grupos negros e que no futuro perderão de certo o seu estatuto de bantustões: Gazankulu, Lebowa, Kwandebele, Kangwane, Kwazulu (de que Buthelezi é "primeiro-ministro") e Qwaqwa.

Todas essas divisões perderam razão de ser com o fim do apartheid, a doutrina que durante 43 anos esteve em vigor na África do Sul e que se encontra actualmente a ser enterrada, se bem que alguns dos seus efeitos ainda tendam a perdurar. ■

*Com Steven Lang, em Joanesburgo

One Group, One Vote

De Klerk offers South Africa's blacks the vote but still stops short of genuine majority rule

One person, one vote in a unitary South Africa." For decades, that one phrase has encapsulated the goals of the anti-apartheid cause. Now that South Africa has a white president, F. W. de Klerk, who says he, too, believes in political equality, one person, one vote may finally be at hand. But first blacks and whites must work through profound differences over how to achieve it in practice. Last week de Klerk presented a proposed constitution that would give black South Africans the right to vote—up to a point. The African National Congress quickly denounced de Klerk's blueprint. The plan, said ANC president Nelson Mandela, "was a cynical exercise designed under fancy constitutional language to dupe South Africans."

Blacks object to features of the plan designed to protect the rights of the white minority. In effect, the plan would allow blacks to share power, but not to exercise it. An executive council, made up of members from the three largest parties in the lower house of Parliament, would replace the president. The National Party could generally count on finishing third or even second in a general election—giving whites an effective veto. The constitution would require the cabinet to include ministers from minority parties. And whites would be likely to obtain a disproportionate share of the seats in an upper house of Parliament. De Klerk has clearly designed these rules to assuage white fears of an outright black takeover. "Black domination is as unacceptable as white domination," de Klerk told delegates to a party congress.

Clearly, de Klerk is positioning the National Party to retain the maximum possible leverage while in the political opposition. That belies his public optimism: de Klerk claims "a

substantial percentage" of blacks will support the party that invented apartheid, which recently opened its membership rolls to all races. "The National Party currently enjoys considerable support among black South Africans and majority support among all other population groups," de Klerk told the assembled delegates in Bloemfontein. "Between us we can and will form a majority of South Africans looking for stability." Government officials are quietly touting the prospects that a centrist alliance might counter the ANC. Led by the National Party, it would include the Inkatha movement of Chief Mangosuthu Buthelezi, the anti-apartheid Democratic Party, conservative black church leaders and small parties representing Indian and mixed-race populations.

Wishful thinking: That sounds like wishful thinking. "One person, one vote" would enfranchise 14 million blacks—nearly three times the number of whites, Indians and mixed-race Colored voters combined. And so far the National Party has made few



inroads among the country's black majority. A few dark-skinned "new Nats" attended last week's party conference in Bloemfontein; all were from the small Indian and Colored communities. And although de Klerk enjoys a surprising degree of popularity in Soweto, Mandela probably could easily roll up an outright majority in a direct election.

Support for the ANC has declined in the 18 months since de Klerk legalized it because of continuing political violence, the conviction of Winnie Mandela on kidnapping charges and growing unease over the influence of the South African Communist Party. Still, the ANC remains the country's premier political organization. The credibility of Mandela's chief rival, Buthelezi, has been badly damaged by revelations that the government secretly funded Inkatha's recruitment drive as part of an effort to dilute support for the ANC. One recent poll found that 60 percent of black urban voters would back ANC candidates. Another found that only about 10 percent of blacks would back de Klerk. Yet under the National Party's constitutional plan, an ANC president would find his hands tied by an obligatory coalition government. Mandela called it "a recipe for governmental paralysis ... plain and simply aimed at

A New National Order?

The National Party's proposal for a new constitution would allow blacks to share power but not govern in proportion to their numbers. Among the plan's highlights:

- The decentralization of power to local authorities would recognize tribal and cultural differences but could be used to entrench certain enclaves of white privilege.
- Voting rights in national elections would be extended to all adults, including 14 million blacks 18 years or over.
- National decisions would be made by a collective presidency, drawn from the heads of the strongest three or more parties, and a cabinet comprising the same groups.
- Most laws would be passed by a simple majority in two houses of Parliament, both elected by all races. The ANC says whites would hold a veto in the powerful upper house.
- The cutoff for discussions on a new constitution would be 1994, when de Klerk is obliged to call an election.



PATRICK DE NOIRMONT—REUTERS

preventing majority rule from having any meaning." He also renewed his demand that the power immediately be turned over to an interim government. He noted that the de Klerk government was elected in 1989 by just 1 million of the the country's 36 million people. "We speak of a government without a shred of legitimacy," he said. De Klerk last week called the demand for an interim government "totally unacceptable."

In defense of the constitutional proposals, de Klerk's advisers often invoke Germany and Switzerland as successful European examples of multiparty government. But political leaders in those countries enter into multiparty coalitions of their own free will, not because the Constitution says they must. "The underlying principle of checks and balances at various levels of government will be accepted [by the ANC]," says political consultant Harald Pakendorf. "But [de Klerk] is saying that if you get 60 percent of the vote you'll still have to form a coalition with two smaller parties. It takes a little bit of the point away from voting."

Even if the government relents on "power sharing," another difficult area remains: decentralization. De Klerk seeks a federal model that will assign more powers to regional and local government bodies, whereas the ANC prefers a strong central government endowed with sufficient powers to enforce a new, postapartheid order. De Klerk's plan would give each of nine new legislative districts broad power, including the authority to levy taxes. That



JOHANN KRUIS—AP/WIDE

Searching for the maximum possible leverage: De Klerk, a gathering of 'new Nats' in Bloemfontein (above), conservative whites protesting the sharing of power



RON HAVIV—SABA

would favor white town councils and regionally based parties like the Inkatha movement, which draws most of its support from Zulus living in Natal province. Cities, towns and neighborhoods would have councils empowered to set their own "norms and standards," a hedge that might allow white communities to keep out blacks. In addition, the blueprint proposes that half of the members of each town council be elected by property owners or tenants who pay taxes. That 19th-century notion clearly favors whites over blacks, who own less property and often are forced to live in

shacks. "This would be a system of government constructed on the injustices of the past," said the Johannesburg-based Sunday Times. "What [the National Party] has in mind is not a democracy."

Pretoria is expected to insist on this "devolution of powers" to local and regional authorities. The government will emphasize the rights of all South Africans to speak their own language and practice their own faith. ANC officials accept those principles in recognition of South Africa's tribally and culturally diverse society—there are 10 major languages—but they are wary that a reduction of the national government's powers could be used to entrench de facto apartheid. Thus, for example, a white town council could deny blacks access to the local elementary school because they do not speak Afrikaans fluently enough. "Decentralization [could] be used to create enclaves of white privilege," warns ANC constitutional expert Albie Sachs.

National election: Nobody expects the negotiations to be concluded soon. For one thing, the only real deadline for agreeing on a new constitution is 1994, when de Klerk is required to call a national election. Still, for all their differences, the two sides have consensus on several basics. Both the government and the ANC support a two-house legislature, an independent judiciary and a bill of rights. The government is poised to scrap the notorious black "homelands"; the ANC appears unlikely to insist on nationalizing key industries like mining. The mere fact that South Africa's power players are prepared to settle their differences on "one person, one vote" around a table is itself a welcome change.

JOSEPH CONTRERAS in Bloemfontein